



E-topia

Nº 2

ENSAIOS

A utopia do *Quinto Império* em Vieira e nos pregadores da Restauração

João Francisco Marques

(Universidade do Porto)

Citação: João Francisco Marques, "A utopia do *Quinto Império* em Vieira e nos pregadores da Restauração", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X

<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>

O P. António Vieira (1608-1697), paradigmático arquitecto e apologista do *Quinto Império* que ao tempo dinamizou a mentalidade da nação, proporcionou a Manoel de Oliveira o filme *Palavra e Utopia* (2000), onde a exaltação do verbo oratório do célebre pregador português corre paralelo com a evocação do seu perfil, dinâmico e corajoso. Tendo sido, *primus inter pares*, Vieira foi um religioso de actividade vária e transbordante, cujo percurso de orador, diplomata, missionário e defensor das causas mais delicadas e provocatórias do mundo em que viveu: a liberdade dos oprimidos – os índios brasileiros reduzidos a degradante convicção servil e o tratamento desumanizado dos nativos africanos levados para o Brasil como escravos, atravessa o séc. XVII por inteiro. Autor de a *Clavis Prophetarum*, a História do Futuro e Esperanças de Portugal, que considerava os "altíssimos castelos" e preferia aos sermões, tidos por "pobres choupanas", ergue-se como paladino do sonho milenarista do *Quinto Império*, para si, não utopia antes realidade futura de cujo advento se não podia duvidar, pois tinha por alicerce a promessa divina.

1. O profetizado destino universalista de Portugal foi comungado, durante séculos, pela maioria dos oradores sagrados da nação. Seguir essa trajectória é ver, historicamente, com a objectividade possível, a importância do mito fundador da monarquia lusitana na pregação coeva, empenhada na justificação da autonomia política reavida em 1 de Dezembro de 1640 e na defesa da independência sob a égide dum *rei natural*.

Na aparição de Cristo crucificado a Afonso Henriques no campo de batalha de Ourique em 1139, anunciando-lhe a vitória sobre o mouro infiel, foi prognosticado o destino glorioso da nação a quem Deus prometeu o domínio do mundo. Por isso, o milagre de Ourique, mito para que apontava a justificação de polemistas e pregadores portugueses do movimento autonomista de 1640, era também invocado a fim de acalantar a utopia do *Quinto Império* (ver Marques 1989), que implicava a conversão do mundo e o início duma nova idade de ouro. Mas, se por um lado, a narrativa divulgada pela historiografia alcobacense permitia calcular o monarca em que recaía a *Décima sexta geração atenuada*, por outro, não constituía tarefa fácil fixar o início concreto desse império universal associado ao trono luso.^[1] Para a argumentação dos vários oradores impunha-se, no entanto, ligar os dois elementos. Ideologicamente, nenhuma dificuldade apresentava semelhante perspectiva, dado o carácter providencial de que, para eles, se revestira o sucesso aclamatório do 1º de Dezembro da era de quarenta. Se Deus tornara possível aquilo em que já se começara a desesperar, conjecturavam os pregadores que o fora para se efectivar por completo o que prometera à nação portuguesa. Desta forma, visionavam que o *messias libertador*, unido por um laço profético à Providência divina que o suscitara, deveria ser também o executor integral do plano assignado ao novo povo eleito. Assim, no exórdio do primeiro sermão oficial da Aclamação, pregado em Goa, o teatino Ardizzone Spinola assinala o acontecimento restauracionista como sendo a restituição do Reino a seu rei natural e legítimo senhor, o ressurgimento de uma Monarquia a precipitar-se no ocaso, a chegada do encoberto por tantos anos e só então descoberto. E acrescenta: "à quem o Ceo preordenou de preterito, para haver de soceder no mando, & governo do vosso Império na 16. geração de seus avós & depois cõ muitos oráculos, prognosticos, & profecias volo prometeo defuturo, & de presente volo deu com muitos prodígios, & com esperanças mui certas de muitas felicidades" (cf. Spinola 1680a: pp. 3-4). Alcançada a liberdade da pátria, podiam os portugueses refazer o sonho messiânico milenarista da conquista do mundo e da sua conversão cristã consubstanciado na ideia de um *Quinto Império*. Insistir neste elo revelava-se de grande alcance pragmático, pois que o esforço para a defesa da autonomia reavida tinha uma dimensão transcendente: visava, como objectivo supremo, a unidade religiosa e política do mundo. Ourique era a raiz e o penhor de uma empresa político-espiritual que se chegava a apontar vaticinada na Bíblia e se divulgava através do profetismo popular.

1.1. O discurso do púlpito sobre o vector justificativo do movimento restauracionista assenta nestas premissas e percorre uma tríplice coordenada: o império futuro será português, universal e também temporal, para exclusivo serviço da fé católica.

O tom convicto de um destino imperial e messiânico, pertença de Portugal depois da exclusão dos judeus, é assim transmitido por Ardizzone Spinola, no sermão pronunciado na Índia em 1641, ao mencionar o "milagre" de Ourique:

Quão [Deus] escolheu entre as Nações do Mundo aos Hebreos na ley escrita, lhes chamou povo: *Eritis mihi populus* [Deut. 7,6]. Mas quando entre os Christãos escolheu a Nação Portuguesa, como mais favorecida, & amada, lhe não quis dar nome de povo, mas de Imperio, para sogeitar muitos povos, render muitos Reys, conquistar muitos Reynos, senhorear muitos mares, & por meio da pregação Evangélica dilatar a Fè Catholica nas mais vastas províncias, & terras dos Mouros, & Gentios: *Volo in te*, disse Christo á este Serenissimo, & primeiro Rey de Portugal; *Volo in te, et in semine tuo Imperium mihi stabilire, ut deferatur nomen meū in exterar gētes.* (*idem*, 6)

A utopia era, pois, um poderoso motor para impulsionar a mística da luta pela consolidação da recuperada autonomia. Na verdade, o advento do *Quinto Império* seria o corolário da guerra contra Castela e do reatar da expansão ultramarina de quinhentos. É esta a ideia defendida por Fr. João da Conceição, ao pregar na presença de D. João IV recentemente aclamado. Dirigindo-se ao auditório de escol que o ouvia na Capela Real, afirmou serem esses descendentes dos conquistadores do Oriente – destituidores e fautores de reis na África, Ásia e América – quem havia de restituir, mercê do seu valor,

este reino a suas antigas prosperidades, & ainda auêtejadas, pera q se principie neste reino hua noua Monarchia superior a dos Medos, Percas, & Roma nos, que assi volo promete o Ceo, dilatarseha a Fè nas mais remotas, & barbaras nações, aruorareis vossas bandeiras, illustres pellas reais quinas, significatiuas das sagradas Chagas de Christo, nas mais altas torres de Constantinopla, & ainda da infame Casa de Meca: terà effeito por vós sua ruina, como já algũa vez intentaste; animo tendes pera muito, & Rey pera mais que muito, pêra que assi seja Deos seruido, sua Fè exalçada, sua Igreja dilatada. (cf. Conceição 1641: 22)

1.1.1. Sabido como dentro da estrutura retórica do discurso parenético as perorações constituíam a parte do sermão que oferecia melhor oportunidade para uma referência a esta crença futura, era natural que os pregadores convidassem os ouvintes à prece pelo que mais ardentemente se desejava no imediato e pelo que se considerava como suprema aspiração. Se a graça da salvação eterna entrava num banal formalismo, por imperativo de uma religiosidade voltada para esse objectivo último da vida espiritual, a conversão do mundo podia unir-se-lhe no mesmo voto. E, na expansão do Reino de Deus na terra, Portugal havia sido desde a sua origem o instrumento humano providencialmente escolhido para efectivar essa parusia. Mas, o que por vezes torna equívoca a referência a este sonho patriótico, é quererem alguns oradores vincar a messianidade da nação portuguesa e exaltar o seu carácter nobilitante de império, a fim de o distinguirem dos restantes estados cristãos, levando-os a citar, por isso, as palavras de Cristo em Ourique enquanto referentes à fundação do reino. Quase sempre, porém, a dimensão futura e universalista do império, por força da missão evangelizadora, aparece associada. De tão frequentes e vulgares, na sua expressividade, não merece a maioria dessas referências que nelas se insista, para além de se anotar que surgem como uma espécie de obrigatório refrão, revelando bem a mentalidade que as enfermava e as manipulações ideológicas a que se prestavam. Algumas de tais alusões obedecem, todavia, a uma intenção que ultrapassa esse mero convencionalismo.

O P. António Vieira é dos que mais se aproveitam das partes finais das pregações para alusões imbuídas de um intencionalismo marcante, conforme os momentos pretextavam. Assim, logo no sermão dos Bons Anos, em 1642, substitui expressamente as três habituais *Avé Marias* por três petições, sendo uma delas o advento do Reino de Cristo – *Adveniat Regnum tuum*:

Venha a nós, Senhor, o vosso Reyno de Portugal, que assim nos fizeste mercê de o dizer a seu primeiro fundador El Rey Dom Affonso Henriques: *Volo inte, et in semine tuo Imperium mihi stabilire*. E por isso mesmo *adveniat*, venha: porq como há de ser Portugal hum tam grande Império, posto q tem vindo todo o Reyno, que era, ainda o Reyno, que há de ser, nam tem vindo todos. (Vieira 1642: 29; e 1696: 379; Trindade 1645: 46-47)

Algo, porém, de curioso ocorre no sermão gratulatório de Francisco Escobar, em 1655, quando D. João IV acabara de vencer uma grave enfermidade. [2] A recuperação da saúde do Monarca é tida pelo orador como sinal da perpetuidade prometida por Deus a ele e aos seus descendentes que tanto se inseria na letra da promessa de Ourique, como no espírito do passo profético de Isaías (Is. 44) acerca do Messias. A alusão ao *Quinto Império* fá-la inequivocamente, inscrevendo-a como um feito português na sequência dos quatro anteriores impérios universais:

E que aja pera sempre de durar esta benção, promessa [*sic*] he, não só de Christo na Cruz a esse Marte heroe, insigne Portugues O grande Rey D. Affonso Henriques, se não que de antes tinha feito Deos a seu filho pello Propheta Isaías: *Effundam spiritum meum super semen tuum gratiam conferendo, et benedictionem meam super stirpem tuam in gloria consumando.* [...] Com a saude de Sua Magestade poz o Ceo o vltimo termo â nossas esperanças, & o primeiro principio ás glorias de Portugal, pera que nelle se vejaõ renouadas assim as antiguas quanto famozas monarchias dos Assirios, Medos, Persas, & Romanos; assim o espero ver, assim o dezejo segurar pera o nosso Reyno seja o vltimo da fortuna, & o mayor empenho dos astros. (Escobar 1655: 14)

Se, como assinalámos, a peroração era o momento do discurso mais motivador para este género de incisos, semelhantes explanações dependiam, no entanto, da finalidade e natureza do acto religioso em que o sermão ocorria.

Na verdade, a circunstância de D. João IV haver nascido a 19 de Março, dia de S. José, que por isso mesmo era considerado seu particular patrono, dava ensejo a que os sermões no aniversário do Monarca incluíssem referências aos vaticínios que se esperavam ver realizados no seu reinado. Tal acontece nas pregações de Ardizone Spinola e António Vieira ocorridas nessa festa litúrgica celebrada na Capela Real.^[3] Com efeito, em outro seu sermão ao Santo, em 1644, o P. António Vieira evocou, à maneira de exemplo a seguir pelos reis, os sonhos do Faraó e de Nabucodonosor como prenunciadores do futuro, isto é, as grandes distâncias de tempo que os olhos fechados permitem alcançar por dobrarem a esfera da vista (cf. Vieira 1644: 20 nn). O orador parece querer alertar enigmaticamente o Soberano para uma actuação governativa conducente a obter-se o império visionado e prometido:

Vio Nabucodonosor aquella prodigiosa estatua, que representaua os quatro Imperios dos Assírios, dos Persas, dos Gregos & dos Romanos; o corpo estaua descuidado, com os sentidos presos, & a alma andaua cuidadosa, levantando, & derrubando estatuas, fãtasiando Reynos, & Monarquias. Mais fazia Nabucodonosor dormindo, que acordado: porque acordado cuidaua no gouerno de hũ Reyno, & dormindo imaginaua na sucessão de quatro. Pois se Nabuco era Rey dos Assírios, quem o metia com o Imperio dos Persas, com o dos Gregos, com o dos Romanos? Quem? A obrigação do officio que tinha. Era Rey, & quem quer conseruar o Reyno proprio hade sonhar com os estranhos. (*ibidem*; à margem: *Dan. 3.*)

Em 1649, na sua perspectiva alegórica sobre o evangelho da festa de S. José – onde pretende estarem retratadas as três natividades do rei de Portugal: a natural, a política ou civil e a milagrosa –, Ardizone Spinola argumenta, afirmando que, por esta última, D. João IV tem a Deus por Pai. E será, por isso, o imperador nascido “para todo o Mundo, para senhorear inimigos, desfazer as Abetas dos Herejes, derrubar as Mesquitas dos Mouros, destruir os ídolos dos gentios” (cf. Spinola 1649: 20). A menção vale, sobretudo, por assinalar o carácter universalista e cristão do império a formar, partindo da monarquia portuguesa.

Mais breve, e como tal indicativo de mera alusão formal, é a do graciano Fr. Cristóvão de Almeida, em 1656, que associa o patrocínio de S. José à duração mantida da autonomia recobrada e à esperança do Reino se expandir, a fim de vir “a ser império” como o prometem tantos vaticínios.^[4]

Ao lado, porém, deste culto particular a S. José, o da Virgem, como padroeira da nação, proporcionava igualmente referências afins. Foi o que aconteceu na solenidade da Imaculada Conceição, em 1645, onde o franciscano Cristóvão de Lisboa sublinhou que o agradecimento ao Céu era a via para que “muitas outras coroas se houvessem de ajuntar, & sujeitar” à de Portugal ora liberto do cativo de Castela (cf. Lisboa 1646: 9-10). A prova residia na promessa divina à nação agradecida que “tirá das cabeças dos mais poderosos Reys do mundo” as coroas para “engrandecer, & aventejar cõ ellas”, a do seu Reino escolhido. No acontecido em tempo de D. João I, continuava o orador, se observara já o início de tal facto quando Deus, ao ver os portugueses gratos pelas vitórias alcançadas sobre Castela, lhes abriu o mar Oceano e os levou a “vários, & muitos Reinos” com cujas coroas “engrandeço, aumentou, honrou, & galardoou a de Portugal” (*idem*, 10). Assegurava-lhes, deste jeito, que, se procedessem assim, sobejariam semelhantes felicidades que “muy cedo por sua misericórdia” a Providência divina lhes concederia (*idem*, 11). Na continuidade de um passado histórico assentava, pois, o futuro mítico do avassalamento do mundo sob o trono luso. De mencionar nos parece também pela sua curiosa concepção o aproveitamento que, desta ideia, fez o carmelita Fr. José do Espírito Santo, ao pregar em Guimarães, na festa de N^a S^a da Oliveira, provavelmente em 1656. A terra onde proferia a oração é tomada como referente para poder associar os três elementos que o autorizavam a enunciar a outorga a um rei natural da realidade vaticinada à nação portuguesa, ou seja, o império do mundo – o papa S. Dâmaso, o monarca fundador, o templo da Oliveira, todos sítios na cidade berço da nacionalidade:

Se foi filho de Guimarães o primeiro que celebrou, & publicou esta festividade da coroação da Senhora: filho há de ser de Guimarães o que em Portugal se intitula seu Rei, para que sejao filhos de Guimarães os Reys de Portugal, que haõ de estender, & dilatar por todo o mundo a Monarquia mais feliz que lhe esta prometida. Tenha Guimaraens pela Senhora, & tenha Portugal por Guimaraes a coroa imperial do mundo todo. a nenhum outro Rei se pronostique ser Monarcha do mundo a quem respeitem todos os outros Reis, senão a quẽ foi Rei de Portugal, e nenhũ outro se chame Rei de Portugal, senão for Portugues, & descendente do Real tronco que brotou desta terra. (cf. Espírito Santo 1659: 93-94)

Dentro do espírito da oratória barroca, estas associações eram “agudezas” bem compreensíveis.

1.1.2. Assunto convencional na parénese restauracionista, mercê da invocação constante do “milagre” de Ourique, será lícito conjecturar, através dos textos na altura publicitados, constituir prática corrente tocarem os pregadores, nos dias sobreditos, nesse tema de tanta sensibilidade patriótica.^[5]

Como se verifica na leitura deste sermonário, o teor profético com que era apresentado o mito do *Quinto Império* assentava, pois, nas palavras insistentemente repetidas por Cristo a Afonso Henriques e aceites com o carisma de reveladas. De resto, a harmonização entre a existência histórica de Portugal – nascido num contexto de cruzada e celebrizado por uma acção ultramarina associada ao proselitismo religioso e firmado pela autoridade ético-jurídica do Papado – e um destino universalista, a cumprir pelo seu povo,

era não apenas fácil num plano retórico, mas correspondia até a um sentimento radicado na consciência da nação.

Mercê de vários factores – milenaristas, judaicos e nacionais, – a realidade pudera mesmo projectar-se, simbolicamente, neste ideal messiânico de cariz político-religioso que veio a adquirir uma forte raiz popular. A dimensão sacral desse destino, que pressupunha a conquista do mundo para o evangelizar, foi, para a mentalidade eclesiástica da época logo assimilada pelo povo, o aspecto merecedor de maior atenção nas mais diferentes circunstâncias que pretextavam a pregação: bélicas, natalícias e litúrgicas.

Assim, o dominicano Lopo Soares, em Elvas e no início da campanha militar de 1643, dirige-se aos soldados em termos destinados a avivar-lhes essa mística messiânica que os levaria a empunhar armas contra Castela, afim de deter o exército invasor. Lembrando aos presentes a missão providencial da nação, na esteira do povo hebreu, conferida por Deus nos primórdios da monarquia, acentua enfaticamente o pregador:

Mas nessa ocasião lhe acudio Christo nosso Deus e salvador e favorecendo visivelmente ao famoso e valeroso dom Afonso Henriques confortando-o e ajudando-o muito e dizendo-lhe que aceitasse o título de Rei que os seus lhe querião dar logo para com elle entrar na batalha que foi o mesmo que dizer-lhe Não temais pequeno rebanho de catholicos portugueses porque o pastor eterno teve por bem não só o dar vos a vitória gloriosa e insigne contra esta inumerável multidão de inimigos seus e nossos, se não também darvos num reino o mais celebre e famoso e o mais illustre e glorioso com victorias com triunfos e trofeos de quantos ade aver no mundo [...]. (cf. Lopo Soares, 1643: 2-20)

Idêntico é o pensamento que domina o sermão do jesuíta António Bandeira, ao celebrar o nascimento do futuro Afonso VI, em 1643. Parafraseando a aparição de Ourique e augurando no Infante a continuidade da acção de Afonso Henriques e dos reis da dinastia de Avis, para quem a conquista se colava à expansão da Fé, afirmou:

Bem tem mostrado o sucesso a certeza da visão, & a verdade da promessa, pois em todo o descoberto não ha parte tão remota, nem ha naçam tão inculta, aonde os Portugueses não leuassem a fee de Christo, hūs como soldados da terra, com a espada ferindo: outros como soldados do Ceo, com palavra pregando: aruorando hus, & outros nas 4. partes do mundo, na Asia, na Africa, na America, na Europa, o estandarte real, que o bom lesu nos deu de suas preciosas chagas, por armas do nosso Reino, & confessa já o mundo, que quando os Portugueses foraõ dilatando o Reyno, de donde o Sol se poẽ até onde elle nasce, mais foraõ sempre obrigados de dilatarem a fee, que de estenderem o imperio. (cf. Bandeira 1643: f. 7v.)

Nesta linha sequencial, subordinada ao prosseguimento da difusão da crença católica, o jesuíta Diogo de Arede, ao pregar no dia de S. Tomé, em 1645, na Capela Real, apela com veemência. Como campo de acção, aponta todo o espaço índico e asiático, baluarte da crença muçulmana e heresia monofisita a áreas influenciadas pelo judaísmo e evangelismo protestante, luterano e calvinista.

Acompanha o repto, a promessa da vitória de Portugal tradicionalista, católico-romano e militarmente triunfante. A peroração expande-se num frêmito épico, onde insiste no móbil evangelizador, presente no desencadear da expansão ultramarina, que o levou a arvorar as "quinas, & chagas sagradas", desde a África Ocidental a Cambaia, do Malabar ao Japão, da China ao Império Mongol, em que se "relataõ tradições, que cedo haõ de ser os Portugueses senhores daquelle imperio" (Arede 1646: 35 nn). E, para acentuar que em tudo isso apenas há o propósito de ver cair a idolatria e triunfar a fé de Cristo, faz-se eco deste voto, advogando como resultado o zelo pátrio:

(...) o retorno de sua gloria no vencimento de seus inimigos, na dilatação da sua conquista, nos interesses dos seus comercios, no sucesso de suas viagens, na honra de seu nome, no credito de sua patria, na gloria de sua [sic] monarcha (...). (*idem*, 36 nn)

Algo contraditoriamente, o orador não enjeitava, todavia, o lado humano, em seus proveitos morais e materiais, concomitantes à empresa da dilatação da fé.

1.1.3. Atendendo, porém, à mítica do *Quinto Império* recolhida pelos pregadores do profetismo popular, veja-se algo do que, neste aspecto, aparece.

Chama o cisterciense Fr. Luís de Sá *profecias caseiras* às que circulavam entre o vulgo, prognosticando acontecimentos patrióticos (Sá 1641: f. 12v). Entre outras, menciona a de S. Tomé (*idem*, ff. 12v.-13), que surgira na Índia junto à sepultura do Apóstolo,^[6] em época bem anterior à Restauração, como rezava a lenda. Note-se que o fascínio do Oriente era grande e S. Tomé era o patrono das conquistas portuguesas.^[7] Se lá ficava, no entanto, o teatro da acção da epopeia ultramarina, a decadência do império oriental, de que a Índia constituía o centro, repercutia-se, de facto, dolorosa e inquietantemente, na Metrópole, desde há quase um século. As dificuldades materiais acompanhavam o declínio na evangelização – isso se tornara bem patente nos tempos do domínio filipino. Daí haver motivos bastantes para pulpular este género de vaticínios, em verso latino, traindo uma origem eclesiástica e, certamente, jesuítica. O "maravilhoso", que lhes autorizava a origem, tornava-os facilmente críveis e respeitados, favorecendo a divulgação e a exegese interpretativa.^[8] O mencionado Fr. Luís de Sá, no seu Sermão da Aclamação, realçou a importância da profecia de S. Tomé, citando-a nas estâncias onde

se regista o que estava a suceder desde D. Sebastião a D. João IV, a quem se prognostica o prometido império, que o orador traduz pela perífrase de "infinitas felicidades, muito maiores ainda, do q foraõ nossas desgraças tegora" (cf. Sá 1641: f. 13).

Ao pregar na Sé do Porto, em idêntica celebração, o Dr. Jorge Velho motiva o agradecimento dos ouvintes na peroração, referindo que o Monarca aclamado há-de manter o "Reino firme, estavel, defendido" dos inimigos "e isto naõ por hum ano ou dous mas para sempre". E acrescenta que "por ser homem sancto lhe ha de Deus de fazer este Reyno perpetuo até o fim do mundo que nunca se acabe", como "se colhe de huma prophecia que se achou junto ao sepulchro de S. Thomé na Índia", no ano de 1515 (Velho: res. 463, f. 29).^[9] Esta, continua o pregador, "parece que lhe prophetizou o P. Francisco de Mendonça religioso da Companhia de Jesus" que lhe dedicou "o seu 2º tomo dos Reys", dizendo-lhe que havia "de ser hum grande Sor do Mundo" muito superior a seu pai (cf. *idem*, ff. 29-30). Por sua vez, na alegorização da bíblica Hebron, cidade natal de David, figura de D. João IV, referida a Vila Viçosa, berço do ducado de Bragança e do Monarca, o mesmo Fr. Luís de Sá, num aproveitamento circunstancial da chegada do rei a Lisboa em 1640 e do prestígio militar de seu irmão o Infante D. Duarte, serviu-se da corrente profética peninsular para fazer uma leitura portuguesa de certas alusões ao famigerado mito:

Porem eu naõ me contenho senhor com que sejais so Rey desta coroa vossa, espero em Deos, que o auveis de ser de hum largo imperio: que duas prophecias que estaõ ainda por cumprir entendo que propriamente se diseraõ por vos, he a primeira de pedro Angelio Bargeo na sua Hierolima lib. 6.^[10] onde tras hum vaticinio de hum felicissimo Rey, q affirma auia de nacer depois da era de 1600.^[11] o qual ha de dominar o mundo, alcançando gloriosos triunfos até da Sythia fria, & Libia ardente [...]. A segunda prophecia com q acabo he do Bispo de Pamplona, Dom Fr. Prudencio de Sãdoul, na historia de Carlos quinto lib. 3. n. 2. foi mihi 102.^[12] onde afirma que vulgarmente andaua na boca de Espanhois todos, & que naõ auia Castelhana, que naõ julgasse por verdade infaliuel: q auia de vir tempo que *alpuerto de Villauicioza vernion [sic] muchas gentes en cauallos de maderacompanhando al Gigante*. Sofrei que por despedida vos fallasse castelhana, & despediuos todos de vos entenderdes mais com esta lingua te o dia do juiso: ja q foy necessario vir o dia do juiso pera conheserdes bem quam confusa Babel foy pera com vosco Castela. (cf. Sá 1641: ff. 17, v-18)

E o orador prossegue, apresentando a sua própria interpretação do vaticínio, de forma aos referentes históricos lhe permitirem persuadir os ouvintes da justeza da acomodação:

A qual sem saber o que dezia nestas palavras prophetizou nossas glorias: porq posto que Sandoul no lugar refferido, diz que se cumprio esta prophecia quãdo Carlos quinto entrou em Villauioza de Leaõ ^[13]: eu digo ajudado do sucesso, que não se verificou senão agora em que ao nosso Leaõ de Villaviçoza do nosso Portugal foraõ buscar os nossos portugueses, & acompanharaõ este verdadeiro gigante em animo, poder, & forças até Lisboa, entrando em cauallos de pao todos, paasando o Tejo em bateis, & se quiserdes entender a prophecia de gente que em varios acõpanha outro Gigante da nossa Villaviçoza o Infante & Senhor D. Duarte, que esperamos por momentos a quem muytas gentes seguiraõ em cauallos de madeira & galleons de guerra te o trazer ao seu Villauioza [...]. (cf. *idem*, f. 18)

Conclui, então, num tom encomiástico, de ressaibo épico, onde se situava a sede da casa ducal de Bragança:

Esta prophecia fez com que acabasse o sermão com o próprio seu principio. Olhai como Villaviçoza foi figurada em Hebron, q se nesta Cariat Akbe habitaraõ três gigantes q eu expliquei nas tres caras do Templo de Proserpina, q em Capipoli fundou a gentilidade transformado este templo no do glorioso Apostolo S. Tiago assim como a aontigua Calipoli em Villaviçoza: agora digo, q neste Hebron Lusitano, & em esta Villaviçoza do David Euangelico se vem oje os tres gigantes antiguos de Hebron, sendo o primeiro S. Tiago, o segundo o nosso Rey, & o terceiro o nosso Infante vencendo, & desbaratando os tres Phelippes figurados nos gigantes de Cabeb. (*idem*, 18v.) ^[14]

Como se vê pelas explanações textuais de Fr. Luís de Sá, a exaltação patriótica tudo parecia comportar: o atropelo à verdade histórica, o trocadilho desprimoroso à língua castelhana, o encómio hiperbólico, em jeito de ameaça a Madrid. E tudo isso era expresso através de uma imagética barroquista de personificações: bíblica, hagiográfica e clássica.

As trovas de Bandarra, porém, eram dentro do profetismo popular as que de maior voga usufruíram, permitindo, como se sabe, pelo seu conteúdo vário e suficientemente enigmático, as interpretações mais acomodadas às vicissitudes de um povo que, entre o passado e o futuro, se debatera no "cativeiro" e na esperança, acreditando no seu destino messiânico. O mito imperialista tinha lá a sua coutada.

Dele se valeu também a parénese aclamatória na linha referida. Foi aproveitando-se de um tal filião que Fr. Roque do Soveral pôs termo à sua oração gratulatória pelo acontecimento de 1640, pronunciada em Tomar, num misto de euforia e alento, mas consciente de interpretar o sentir colectivo:

[...] e virá *Portugal* a merecer os bens que lhe estão prometidos por muitas pessoas que o tem profetisado. Os que chegamos aver, o que nesta era vimos, já podemos crer em tudo até ao Sapateiro de Trancoso, que diz em suas trovas que ha Portugal de ser cabeça do Imperio [...]. (cf. Soveral: Ms. 448, f. 18)

Logo, então, enfaticamente pergunta o orador:

A que pessoa podia dar tal soberania se não ao Inlyto muy alto e poderoso Rey Dom João o 4º pois pello Deos por neste lugar fez milagre; podemos esperar, que se estenda seu poder tanto que tendo hum pee em Portugal esteja com outro pizando Espanha e seja do mundo todo Emperador. (*idem*, 18)

1.2. Perpassa, pois, como se detecta pelos extractos apresentados, uma mística imperial em função da fé. Afirma-se a prioridade do espiritual sobre o económico. Proclama-se um expansionismo à escala da orbe, para destruição de todas as religiões e triunfo do catolicismo. Tudo isto sob a égide de um rei português, após a *décima sexta geração atenuada*. A Restauração, que repusera Portugal no trilho do passado, dentro da melhor tradição épica nacional – guerreira e missionária – fizera ressurgir a viabilidade próxima do sonho do *Quinto Império*. Mas terão os pregadores esclarecido mais objectivamente a natureza desse império universal a construir? Das referências transcritas e das fontes documentais onde se apoiam, pode inferir-se que ele assumiria uma dimensão terrena, destinada a permitir a conversão do mundo. Ora é na esteira desses pressupostos que alguns oradores adiantam a ideia de dois impérios, sugeridos pela doutrina medieval das *duas espadas*, adicionando-lhe o mítico estádio de uma idade de ouro.

Fr. Cristóvão de Lisboa, em 1643, evoca a alegoria da estátua do sonho de Nabucodonosor, interpretado pelo profeta Daniel, que viu nela figurados reinos, impérios e monarquias; e o franciscano identifica a pedra que a destruiu, isto é, os conjurados, ou seja, a república que "Deos fez Imperio seu para sempre durar e dominar a varias nações" (Lisboa 1644: 30). Para o pregador, Castela era um dos originais desta estátua; e "quãdo menos o cuidou veio hũa pedrinha sem mãos ajuntaraõse quarenta fidalgos, que entãõ representarão a Republica de Portugal, sem os mover mão poderosa de Príncipe algũ", em brevissimo tempo deu com ela no chão, desfazendo-a seus próprios ministros (*idem*, 31). Acrescentou que esperava ver Deus "sublinhar, & acrescentar" essa República a ponto de vir "a dominar a terra, & durar em quanto ela permanecer" (*ibidem*). E, sobre tais premissas, assentou a sua teoria acerca da natureza desse visionado império, argumentando:

Porque conforme esta divina profecia, a Republica que destruir a estátua, he chamada Reyno de Deos, & dis que durará para sempre sem ser nunca senhoreado de potência alheia, & dado que principalmente se falle aqui do Reyno espiritual da Igreja, tão bem no sentido literal se podem tomar as sobreditas palauras pelo nosso Reyno de Portugal, porque no aparecimeõto, " q Deos fes a nosso Rey Dom Afonso Enriques, deu a este Reyno o titulo de Reyno seu, & lhe prometeu, que depois da atenuação da decima sexta geração sempre o favoreceria, & duraria como o retificou tão bem por boca S. Bernardo, q escreveu o mesmo a el Rey Dom Afonso, onde faz menção do cativo deste Reyno, segurando o que não teria outro. (*idem*, 31-32) [15]

1.2.1. A existência de dois impérios, a partir da necessidade de uma acção espiritual e temporal, para se cumprir o plano da Providência, encontra-se, pois, aqui assinalada. Outros, porém, como Ardizone Spinola e Vieira, serão ainda muito mais explícitos acerca da essência desse *Quinto Império*. Com efeito, o orador teatino, que ao assunto deu insistente tratamento, expõe claramente, em várias pregações, a sua concepção dos termos em que pensa vir a concretizar-se a promessa de Ourique que, como já assinalámos, constituía, afinal, um dos mitos universais da cristandade do Ocidente. [16] Assim, no seu sermão acerca da liberdade de Portugal, pronunciado em Goa, dois anos depois da Aclamação, o napolitano Spinola para esclarecer o seu pensamento recorreu a uma imagética com base na lua, "o Planeta immortal", que compara à nação portuguesa. Ao mesmo tempo, apoiou-se na concepção platónica e vitalista da história da humanidade segundo a qual os impérios e monarquias da terra são semelhantes em seu curso às idades dos homens. Só depois o missionário teatino principiou a recordar a doutrina de Inocêncio III sobre os dois poderes universais, simbolizados no sol e na lua. Citando um texto do célebre Pontífice, afirmou que Deus teria pretendido figurar neles duas dignidades: " no mistico Ceo da Igreja Universal queria fundar, hũa espiritual maior, outra temporal menor, hũa que senhoreasse no dia, à saber nas cousas espirituaes, & outra, que senhoreasse ná noite, à saber nas cousas temporaes, & com tanta diferença, quanta ha entre, o Sol e a Lua" (cf. Spinola 1680b, 146-147). [17] Adverte, no entanto, que o Sol representa o Império da Igreja e o "Papa Senhor do Mũdo todo no espiritual" e a Lua o Império temporal e o "emperador Senhor do Mundo todo" (*idem*, 147), acrescentando,

Discorrão agora as Nações de Europa, & cada hũ levado do amor de seu próprio Rey, acarrete pronosticos, & prophecias, para mostrar, que na sua Caza Real tem Deos reservado este primeiro lugar, este Imperio universal do Mundo todo quanto ao temporal, porque nunca poderão negar, levarlhes muita ventagem a Nação Portuguesa, o Reyno de Portugal, os descendentes del-Rey D. Affonso Henriques, a Caza Real del-Rey D. João IV. Porque dous Imperios somente tem Christo Senhor nosso fundado por sua boca, & os té feito com privilegio singular imperios seus, hum espiritual, outro temporal, hum em Roma, que entregou á S. Pedro, & seus soccessores, outro em Portugal, que entregou ao Santo Rey D. Affonso Henriquez, & sua geração, ambos pelo mesmo modo, & quasi com as mesmas palavras. Pois se o Imperio de S. Pedro he o Sol, que alumea, & Senhorea o Mundo todo quanto ao espiritual, o Império do Sancto Rey D. Affonso Henriquez he a Lua, que ha de alumear, & senhorear o Mundo todo quanto ao temporal. (*idem*, 147-148)

A monarquia espiritual do mundo a fundou Cristo – comenta o pregador Spinola servindo-se de textos bíblicos e patrísticos –, quando apareceu ressuscitado, com as chagas recebidas na Cruz, ao seu apóstolo Pedro, tornando-o pastor da sua Igreja, seu Império muito amado, "santo, puro, sem mancha", firme e perpétuo (*idem*, 149. Cita: S. Paulo, "ad Eph. 5, 25"). E acrescenta que Cristo se houve do mesmo modo com Portugal, em Ourique, insistindo sobre as semelhanças de ambos, mas sem deixar de assinalar a especificidade de cada um: espiritual o do Papa e temporal o do Monarca luso (*idem*, 151).

1.2.2. No aproveitamento circunstancial desta doutrina, onde se acentua a subordinação do poder temporal ao espiritual que lhe é superior, pressente-se o diferendo que opunha a Monarquia portuguesa à S. Sé, e dolorosamente se arrastava. De facto, era sensível a opinião pública à recusa do Papa Urbano VIII em receber o embaixador português, agravando assim a resolução do problema da provisão das dioceses vagas (cf. Borges 1957: 119-128). Ardizzone Spinola toma posição ao recomendar a obediência ao Pontífice, sustentando ser esta a política "mais acertada, para as felicidades, & glórias do Imperio de Portugal" e "a razão de estado mais verdadeira, & mais segura", para "se perpetuar eternamente" a dinastia reinante (Spinola 1680b : 153).^[18]

O teatino voltará ainda a insistir na ideia das duas monarquias e na sua função. Lembrará que as une a mesma finalidade última, pois se encontram ligadas por idêntica origem pelo brasão que ostentam por armas. Fê-lo na festa de S. Tomé em 1648, no púlpito da Capela Real, com o tom enfático que lhe era peculiar, tomando por bases justificativas da sua crítica a situação religiosa na Índia e as responsabilidades da monarquia portuguesa:

A perfeita semelhança de duas grandes Monarchias, hũa espiritual em Roma, outra temporal neste Reyno, nos servirá de guia para a acõmodação do Evangelho em dia tao alegre, & festival em que a India tributa suas riquezas a seu glorioso padroeiro, & Apostolo S. Tomé, & reconhece sojeição a seu legitimo Rey. A perfeita (digo) semelhança: Porque estas duas Monarchias são de Christo com titulo especial de dominio, de que não goza outra nenhũa no mûdo, fundadas immediatamente por elle por hum mesmo modo, & para hum mesmo fim. Fundou Christo sua Monarchia espiritual crucificado no Calvario, dizem os Sanctos padres, Crucificado no Campo de Ourique fundou esta sua temporal, dizem as historias. (cf. Spinola 1652: 1) ^[19]

Todo o exórdio é preenchido por esta acentuação ideológica: ambos os reinos Cristo os estabeleceu para si; a entrega fez-se por intermédio das suas Chagas; o fim foi a propagação do Evangelho, a perpetuidade os consagraria (*idem*, 1-2). Daí infere que tanto o Papa como o Rei de Portugal são vigários de Cristo na terra: um para o temporal e outro para o espiritual (*idem*, 2). E, como cerne da similitude entre os dois, convergente nos meios, as chaves das duas monarquias eram as Chagas de Cristo – chave do paraíso e instrumento de conquista:

A Monarchia he espiritual; pois sejaõ espirituaes suas conquistas: Para conquista do Reyno do Ceo, para conquista do Reyno da Gloria, para conquista do Paraíso: *Tibi dabo claves Regni coelorum*. Estas mesmas chaves deu Christo ao sancto Rey, & seus descendentes na fundação desta sua Monarchia temporal: *Insigne tuum ex pretio quo ego humanum genus emi, compones*.^[20] Para que? Para conquistas temporaes suas conquistas.^[21] Como se dissera o Senhor: Tomai (õ Rey Portugues) as chaves da terra, para a conquistar, & sojeitar debaixo do vosso Imperio, tomai as mesmas chagas, que dei a S. Pedro, para conquistar o Ceo. Ide com ellas abrir as portas de África senhorear o Reyno de Angola, dominar o Estado do Brasil. [...] a costa fertilissima da india, a rica perola Ilha de Ceilão a grão cidade de Meliapôr, famosa por ser do meu Apostolo S. Tomé, as terras grandiosas de Bengala, o admiuavel Pegu, as muytas, & grandes fortalezas do Malayo, o Babilonico Seyão, Cambõja, & Cõchiochina, o dilatado Imperio da China, as Ilhas de Samàtra, Borneo & as Malúcas, hũa, & o Iapão, finalmente hum mundo, aonde nace o Sol, & as riquezas. (*idem*, 3)

Semelhante recurso geográfico, atinente a dar uma dimensão do império português, é retórica, porém circunstancialmente conseguido. Se por um lado, se justificava a legitimidade da empresa ultramarina portuguesa com o proselitismo religioso e se incitava à continuidade que conduziria ao domínio do mundo, por outro lado se encorajava à defesa da integridade territorial do espaço já conquistado. Havia motivo para fazê-lo, se pensarmos na corrente que em Lisboa existia com vista a um acordo com a Holanda, que passava pela cedência de parcelas do império já em sua posse, e de que Vieira era um dos defensores (ver Cidade 1942: 1-14; 1951a: VII-XXV e 1-28; 1951b: 29-106). O realismo político que avalizava a posição destes últimos – e que por conjuntural, não invalidava a coerência com que comungavam no mesmo sonho do *Quinto Império* – parecia traição ao passado e carência de fé no destino providencial da nação eleita em Ourique para o domínio do mundo. Mas o que se deve, uma vez ainda, ressaltar é a natureza deste império, constante de dois poderes monárquicos, exercendo no mesmo espaço, em perfeita coordenação, duas funções política e espiritualmente orientadas para a salvação da humanidade.

Por sua vez, no sermão da terceira quarta- feira da quaresma, na Capela Real de Lisboa, em 1651, a dimensão do futuro império, que se aguarda para a monarquia portuguesa, Vieira expõe-na alegoricamente, a partir do comento da palavra *tuo* do memorial evangélico da petição da mãe dos apóstolos Tiago e João. Na base desta passagem, está o profetizado reino de Cristo, nas revelações de Isaías e Daniel: estendido do setentrião ao meio-dia, formado por "todas as gentes, todos os povos,

todas as línguas" e "servido de todos os Reys, & Monarchas do Mundo" (cf. Vieira 1683: 92). Daí o conjunto de exigências, a requerer especiais qualidades aos ministros, que implicavam o "conhecer as regiões, & as gentes, para perceber, e entender as línguas, para compreender os negócios de Estado, & tantos Estados, para responder ás embaixadas, para aceitar as obediências, para capitular as condições, para estabelecer as pareas, para ajustar os tratamentos: enfim para concordar as vontades, & compor os interesses de todos os Reys & Principes do Universo" (*idem*, 95). Razões suficientes para se excluírem candidatos ocasionais e se avaliarem competências, tanto mais que, no visionarismo milenarista, iriam administrar um reino onde seria preciso conter a voracidade do lobo "& a gula real do leão, a que se sustête, como o boi, da eyra, & da montaria, & do bosque", concluindo o orador:

A Ley não pode ser mais justa, nem mais benigna; porque assaz indulgencia, & favor se faz ao Leam, que passeia, & não trabalha, em que coma igualmente à custa do boy, o que elle puxando pelo arado, & pela grade, pelo carro, & pela trilha, começou, & acabou com tanto trabalho. Mas como este mão foro está tão introduzido pelo costume, & tão canonizado pelo tempo; que zelo, que força, & que resoluçam havera de Ministros tão intrepidos, & constantes, que contra tam poderosos contrarios a pratique, a estabeleça & a defenda. (*ibidem*)

Há aqui, pois, um império terreno que tende para a dimensão utópica.

2. A leitura profética do "milagre" de Ourique, como se acentuou de início, não apontava apenas para o advento de um redentor da pátria, mas também de um imperador do mundo. O monarca que Deus escolhera para a realização do *Quinto Império*, segundo a mentalidade visionária de Vieira e dos pregadores da Restauração de 1640, só podia ser o de Portugal de novo restituído às suas "antigas liberdades".

Se, porém, D. João IV morrera sem realizar a parte ecuménica dos vaticínios feitos ao rei fundador, o caminho continuava aberto para outras mistificações que tivessem como objecto esse referente idealizado. A utopia só necessitava de arrojo criador ou de extrapolações no plano de uma conjuntura histórica propícia. Assim aconteceu com a transferência feita pelo P. António Vieira para uma futura ressurreição do monarca restaurador,^[22] e depois para os seus descendentes (Cf. Vieira 1926: 38-39). Outros oradores também o tentaram encorajados pêlos sucessos militares conseguidos na luta pela consolidação da independência e reconquista do ultramar caído na posse dos holandeses (Ver Sá 1665; Deus 1664).

Com efeito, o jesuíta António de Sá, no aniversário natalício de Afonso VI, em 1663 – alternando o excesso encomiástico, a um monarca física e psiquicamente diminuído, com a crítica a uma orientação política feita sob a sua responsabilidade nominal –, serviu-se do pretexto, aliás vulgar na oratória barroca, da exposição da Eucaristia para sugerir que o verdadeiro "desejado" era o Soberano reinante, O *esperado descoberto*, para realizar o sonho imperial:

A estrela em cujos rayos me mandaraõ ler os prognósticos deste grande dia, he Christo Sacramentado; estrela, na qual depois de por muitas vezes attentamente os olhos achei tam cuberta sempre de nuvês, que vim a sospeitar, que era sem duvida estrela do encuberto; & conferindo este pensamento meu com o nascimento natural de vossa Magestade ao mundo, & cõ o nascimento politico de V. Magestade ao Reino resolvi comigo, q se V. Magestade não era o encuberto esperado era o esperado descuberto. (Sá 1665: 1)

Aliás esta ideia, de que as profecias referentes ao "imperio mayor", como lhe chamou Ardizzone Spinola, se consumariam nos filhos de D. João IV, já aparece no sermão de S. José, deste mesmo orador, pregado em 1649 e publicado de imediato.^[23] Na Capela Real, dirigindo-se ao príncipe D. Teodósio, afirmou-o em termos que permitiam concluir que o "encoberto" para realizar esse sonho imperialista no sentido pautado em Ourique seria o herdeiro do trono (Spinola 1649: 22). Como mais tarde aponta no texto certamente reelaborado nessa passagem em que se refere a propósito do então regente, o futuro D. Pedro II, seria este o predestinado para monarca do prometido império (Spinola 1680c: 697).

*

Assim, em suas linhas gerais, se perspectivou e manipulou patrioticamente, como a conjuntura impunha, a promessa de um império universal na sermonária portuguesa, ao longo do período restauracionista sendo a mesma de primordial relevância para a consolidação e defesa da independência restaurada e do extenso Além-Mar, que fazia parte integrante do país, bem como do advento do sonho ecuménico e milenarista profetizado ao Monarca fundador, que embalou durante séculos a nação lusa.

NOTAS

[1] Ver "Dimensão profética do "milagre de Ourique": raízes do destino messiânico da nação portuguesa", t. 2, pp. 109-145, in Marques 1989.

[2] Cf. Escobar 1655. A edição 1ª é de 1655, mas há outra de 1672. O rei esteve doente em Salvaterra, "lugar de recreação", onde costumava passar os meses de inverno, com a gente de sua casa real (Jesus 1942: 230).

[3] Os sermões pregadores e publicados por Vieira e Ardizzone Spinola, no dia de S. José, na Capela Real, ascendem a dois cada, respectivamente nos anos de 1642 e 1644 e 1649 e 1650.

[4] Cf. Almeida, 1686: 25. O pregador cita as palavras proféticas de Ourique – *Volo in te et in semine tuo imperium mihi stabilire* – e, à margem, escreveu: *Verba Christi Dni in iuramêto feren*. Reg. 11 def. Henriq Año 1152.

[5] Recorde-se que o Sermão da Imaculada de 1653, pregado no Funchal por Francisco de Castro (Rochela, 1656), durante a celebração de uma missa nova, se refere precisamente a esse costume.

[6] Luís de Sá diz que a possui há 12 anos (cf. f. 12v.). No *Memorial de Pero Roiz Soares* encontram-se, em versão latina e portuguesa, estas profecias com a indicação de haverem chegado a Lisboa em Maio de 1628 (cf. edição de Manuel Lopes de Almeida: 1953, pp. 506-508).

[7] Como se sabe, a Capela Real tinha por orago, desde o reinado de D. Manuel I, o Apóstolo S. Tomé, protector da Índia; e em 1581, no reinado de Filipe II, foi trasladada para local do Paço da Ribeira onde se conservava ainda no tempo de D. João V. Cf. Sousa, 1947: 107.

[8] Ver Moreira 1641: f. 8v, perguntando enfaticamente o orador: "Mas que profecias são estas? Certo que o não saberei dizer. Porem o que se ve he, que os sucessos vistos parece que os canonizão, & as declarão, & o espirito que as conseruou tantos annos naquelles papelinhos, as poderia dictar".

[9] O jesuíta Francisco Gomes confirma também a data de 1515 (cf. Gomes: f. 30).

[10] O pregador refere-se a Pietro Angelo (ou Angeli) Bargeo (ou de Bargo), poeta italiano (1517-1596), nascido em Bargo (Toscana) e falecido em Pisa.

[11] Há aqui um equívoco ou uma manipulação patriótica de factos. Na verdade, não foi D. João IV (1604) o único príncipe da Europa a nascer após 1600, pois o mesmo sucedera a Luís XIII (1601) e a Filipe IV (1605).

[12] Prudêncio Sandoval (c. 1560-1621), beneditino espanhol, cronista régio, bispo de Tui (1608) e de Pamplona (1612), muito citado pelos historiógrafos alcobacenses, escreveu, entre várias obras e trabalhos genealógicos sobre certas famílias nobres, *Historia de la vida y hechos del emperador Carlos V*.

[13] O episódio a que o pregador se refere, citando Sandoval, insere-se na viagem a Espanha (1517-1520) de Carlos V que aqui se deslocara para receber a coroa imperial.

[14] Sobre a antiguidade e origens histórico-lendárias de Vila Viçosa, a ermida de S. Tiago, o culto de Prosérpina e o nome de Callipole, dado por André Resende em 1593 (cf. *Libri quattuor de Antiquitatibus Lusitaniae*), ver Espanca 1892: 13, 63-100.

[15] Os sonhos de Nabucodonosor, o da árvore e o da estátua (Dan. 2 e 4), são "prophecias de seu império & doutrina muy sarta dada do Ceo aos Reys da Terra", afirmou Spinola (1680c: 701). E, à maneira de Cristóvão de Lisboa, vê espelhada naqueles sonhos a forma como o império de Portugal evolui (cf. *idem*, 702-703).

[16] Sobre a Monarquia Universal um dos mitos do Ocidente, ver entre outros: Bataillon 1966: 226-228; Delemeau 1978: 199-208, 225-227 e *passim*; Solé 1979: 82-102, 124-128 e *passim*; e Elorduy 1944. Trata-se de um mito que, no entanto, conhecia os seus opositores. Já no tempo de Francisco Suarez (1548-1617) a viabilidade de uma Monarquia Universal, como realidade geo-política, perdia terreno, a ponto de se considerar utópica. Cf. Beau 1959: 395 e 407-416. Todavia, a existência de uma tradição doutrinária coeva, que ao menos teoricamente não rejeitava a ideia da Monarquia universal, e a pressão de certos contextos nacionais e internacionais, paralelamente com o proselitismo evangélico da conversão e salvação da humanidade, permitiram a persistência desse visionário utópico do *Quinto Império*, como Vieira o concebia. Ver a propósito: Beau 1959b: 421-434.

[17] À margem cita: "Innoc. III const. 28". Trata-se de uma referência à transcrição latina inserida no texto e que remete para a "Constitutio" 28, de Inocêncio III (1198-1216).

[18] Havia, nesta altura, 14 dioceses da Metrópole e Ultramar sem bispo.

[19] À margem cita: "F. Bern. P. 1 de Chronica de Cister L. 4. p. 132. Almeid. da Rest. de Portug. I p. C. 5 Sousa do maior triumph. in princ". As obras citadas são facilmente identificáveis, com excepção da última. Tratar-se-á de alguma parte da *Lusitania Liberata* (1645) de António de Sousa de Macedo?

[20] À margem: "Mat. 16, 15, Hierony. apud Thom. opusc. 58. [=S. Jerónimo, apud S. Thomas, *Opusculus*, 58].

[21] À margem: "Fr. Ber. P. I Chr. de Cister, lib. 3.C.3, Vieg. L. 4 p. 132. Almeida de restaur. de Port. P. I, c. 15". Trata-se das conhecidas obras de Bernardo de Brito, A. Pais Viegas e Gregório de Almeida.

[22] Cf. Azevedo 1931: 317; Cidade 1957: XIV-XV.

[23] Saiu, de facto, ainda em 1649.

Obras Citadas

Almeida, Cristóvão de (1686), "Sermam em Aççam de Graças pela Vittoria de Aljubarrota", in *Sermoens Varios*, IV, Lisboa.

- Almeida, Manuel Lopes de (ed.) (1953), *Memorial de Pero Roiz Soares*, Coimbra, Por ordem da Universidade.
- Areda, Diogo de (1646), *Sermão do Apóstolo S. Thome*, Lisboa.
- Azevedo, Lúcio de (1931), *História de António Vieira*, vol. II, Lisboa, Edição Clássica Editora.
- Bandeira, António (1643), *Sermão [...] na See [...] de Coimbra [...] no nascimento do Serenissimo Infante Dom Affonso*, Coimbra.
- Bataillon, Marcel (1966), *Erasmus y España: estudios sobre la historia espiritual del siglo XVI*, Trad. Antonio Alatorre, México, Fondo de Cultura Economica.
- Beau, Albin Eduard (1959), "O conceito e a função do *Imperium* em Francisco Suarez", in *Estudos*, vol. I, Coimbra, Por ordem da Universidade. pp. 371-420.
- ___ (1959b), "A ideologia Imperialista do Padre António Vieira", in *Estudos*, vol. I, Coimbra, Por ordem da Universidade. pp. 421-434.
- Borges, A. Antunes (1957), "Provisão dos bispos no reinado de D. João IV", in *Lusitania Sacra*, II, Lisboa, pp. 119-128.
- Castro, Francisco de (1656), *Sermão da Conceição de Nossa Senhora*, Rochela.
- Cidade, Hernâni (1942), "O 'Judas do Brasil' Francisco de Sousa Coutinho. Algumas cartas inéditas sobre a sua acção diplomática na Holanda", in *Brasília*, I, Coimbra, pp. 1-14 (separata).
- ___ (1951), "Prefácio", in P. António Vieira, *Obras escolhidas*, III, Lisboa, Sá da Costa.
- ___ (1957), "Introdução", in António Vieira, *Defesa Perante o Tribunal do Santo Officio*, I, Salvador-Baía, Universidade.
- Conceição, João da (1641), *Sermam que pregou, em a [...] Real Capella [...] em 18 de Dezembro de [...] 1640*, Lisboa.
- Delumeau, Jean (1978), *La Peur en Occident*, Paris, Fayard.
- Deus, João de (1664), *Sermão [...] à Rainha Santa*, Coimbra.
- Elorduy, Eleuterio (1944), *La idea de Império en el Pensamiento Español y de otros Pueblos*, Madrid, Espasa-Calpe.
- Escobar, Francisco (1650), "Sermam Funebre nas Exéquias do Infante, Dom Duarte", in *Exequias do Serenissimo Infante D. Duarte*, Lisboa.
- Espanca, Joaquim J. da Rocha (1892), *Compêndio de notícias de Villa Viçosa*, Redondo.
- Espírito Santo, José do (1659), "Sermão Segundo da Immaculada Conceição", in *Sermões Vários*, Lisboa.
- Gomes, Francisco (s.d.), *Sermão primeiro [...] o Collegio de Iesu de Coimbra na eleição de N. Sõr Dom Joaõ o 4º*, A. N. T. Tombo, ms. da Liv. 2147, f.30.
- Jesus, Rafael de (1942), *18ª Parte da "Monarquia Lusitana"*, II, Coimbra.
- Lisboa, Cristóvão de (1644), *Sermão [...] a 18 de Setembro de 1643*, Lisboa.
- ___ (1646), *Sermão [...] da Immaculada Conceipçam*, Lisboa.
- Lopo Soares (1643), *Sermão [...] na [...] catedral da cidade de Elvas [...] na ocasião da porcição geral [...] de 1643*. B.P. de Évora. CXXII. f. 8. pp. 2-20.
- Marques, João Francisco (1989), *A Parenética Portuguesa e a Restauração, 1640-1668. A revolta e a mentalidade*, 2 ts., Porto, INIC/Faculdade de Letras.
- Moreira, Filipe (1641), "Sermão", in *Applausos da Universidade a el Rey n. S. D. João o III*, Coimbra.
- Sá, António de (1665), *Sermaõ [...] no dia que S. Magestade faz annos em 21. de Agosto de 663*, Lisboa.
- Sá, Luís de (1641), "Sermam Encomeastico, e Demonstrativo", Coimbra.
- Sandoval, Prudêncio (1625), *História de la vida Y hechos del emperador Carlos V*, Barcelona, Sebastian de Cormellas.
- Solé, Jacques (1979), *Les Mythes chrétiens de la Renaissance aux Lumières*, Paris, Albin Michel.
- Spinola, A. Ardizzone (1649), *Nascimentos da Magestade Del Rey [...] Dom João IV [...] celebrados na solemnidade do Espozo da Virgem Sam Joseph*, Lisboa.

___ (1652), "*Saudades da Índia [...] aos 21 de Dezembro de 1648*", Lisboa.

___ (1680a), "Felicidades de Portugal debaixo do domínio de seus reis naturais", in *Cordel Triplicado de Amor a Jesus Sacramentado*, Lisboa.

___ (1680b), "Liberdade de Portugal Redemido [...] Pregou-o na Índia [...], no primeiro dia de Dezembro de 1642, in *Cordel Triplicado de Amor a Jesus Sacramentado*, Lisboa.

___ (1680c), "Política Christã [...] pregada [...] em I. de Janeiro de 1651", in *Cordel Triplicado de Amor a Jesus Sacramentado*, Lisboa.

Sousa, António Caetano de (1947), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, III, Coimbra.

Soveral, Roque de (s.d.), *Oração [...] na solene Porcisão [...] em exaltação [...] Rey Dom João o quarto de Portugal*, B. P. de Évora, Ms. 448.

Trindade, António da (1645), *Serman pregado em dia do Seraphico Padre Sam Francisco*, Lisboa.

Velho, Jorge (s.d.), *Sermão que pregou [...] dia de S. Tomé*, B. P. de Évora, res. 463, f. 29.

Vieira, António (1642), *Sermão que pregou na Capella Real ó primeiro de Janeiro [...] de 1642*, Lisboa.

___ (1644), *Sermam do Esposo daMay de Deos, S. Loseph*, Lisboa.

___ (1683), "Sermão da Terceira Quarta feira da Quaresma", in *Sermoens do P. António Vieira*, t. III, Lisboa.

___ (1926), *Cartas*, II, Coimbra.

___ (1951) "Parecer sobre se restaurar Pernambuco e se comprar aos Holandeses. Ano de 1647" ("Papel a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses"), in *Obras Escolhidas*, III, Lisboa, Sá da Costa.

___ (1696), "Sermão de S. Joseph, [...] na Capella Real, anno de 1642", in *Sermoens do P. António Vieira*, t. XI, Lisboa.

As comunidades utópicas e os primórdios do socialismo no Brasil

Adelaide Gonçalves

(Universidade Federal do Ceará, Brasil)

Citação: Adelaide Gonçalves, "As comunidades utópicas e os primórdios do socialismo no Brasil", *E-topia: Revista Eletrônica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X

<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>

Coordinemos nuestras ideas, establezcamos cada cual para sí. Mi Utopía, busquemos, los que son capaces, los medios eficaces para expresar esas concepciones altamente – eso será ya algo – Un día, de aquí, de allí, surgirá de nuevo alguien que os escribirá una bella utopía, que sepa encontrar ese missing link, el lazo que falta, entre el porvenir y el presente, entre nuestro sueño y nuestras personas presentes, encontrará una vía y se dará un paso hacia adelante en el país sin límites de la utopía libre.

Max Nettlau

I – O Brasil do Século XIX

O Brasil inicia o século XIX preso ainda às amarras coloniais, uma sociedade rural e escravocrata onde são raras as cidades dignas desse nome e onde uma diminuta classe média letrada, vive acomodada em sua existência pacata. As notícias da agitação na Europa deveriam parecer boatos remotos aos poucos interessados na vida do Velho Continente. Apesar disso, as mudanças aproximavam-se, as cortes portuguesas estavam prestes a fugir para o Rio de Janeiro, aonde chegariam em 1808, escapando dos exércitos de Napoleão e do vendaval liberal. O século terminaria com um país independente que havia, finalmente, abolido a escravatura e onde as idéias liberais da Revolução Francesa e as teorias socialistas, nascidas na Europa, chegavam nos porões dos navios, através dos livros e outras publicações ou na cabeça de imigrantes que, mais que a riqueza, procuravam semear a utopia.

Nas primeiras décadas do século XIX, no Nordeste do Brasil, a experiência cosmopolita era diminuta e o ambiente intelectual estava marcado por uma pobreza provinciana. A desigual e descontínua circulação de idéias, alargada, pouco a pouco, a partir de 1808, encontra eco junto a um público reduzido e díspar: comerciantes das casas importadoras, estudantes de liceus, preparatorianos e dos cursos jurídicos, professores, empregados da função pública, militares, livreiros, tipógrafos, literatos, livre-pensadores, membros de irmandades secretas, padres, entre outros.

Dito de outro modo, até onde e de que modo o Iluminismo, via Ilustração Européia, alcança e se desenvolve na América Portuguesa ?

Lentamente, com variantes, mas “é o fermento iluminista que aduba 1817, 1824 e se prolonga por quase todo século XIX no Recife”, como registra Gláucio Veiga, para quem “aqueles nascidos em Pernambuco e no Nordeste, nos últimos decênios do século XVIII, climatizados no pombalismo e modelados pelos oratoreanos [...] sentiram que não se tratava apenas de uma revisão, antes uma ‘revolução mental’, prenunciadora de algo misterioso, porém, renovador”. No dizer da época: era uma “premunção” de que “o Mundo está dobrando uma esquina” (Veiga 1981: 87).

Aqui é pertinente recorrer à cautela metodológica sugerida por Wilson Martins para o estudo deste período: “chamado com enorme latitude terminológica de Iluminismo Brasileiro [...foi] um período contraditoriamente caracterizado pela repressão contra as idéias ilustradas” (Martins 1978: 454). Dos padres, da Congregação do Oratório, diga-se do seu papel destacado na democratização do ensino. Sua biblioteca no Recife de 1826 é a melhor da época, ultrapassando os quatro mil volumes. Quanto aos professores régios, desde a secularização do ensino, impulsionaram o sentimento liberal e difundiram as idéias filosóficas combinadas à política, aquilo que Veiga acertadamente anota como “o desbordamento da ação prática, tecnológica e científica para a problemática política”. Isso se dá em 1817 e na vaga revolucionária que se segue, agitada sob o influxo da Revolução Francesa: 1824, 1834, 1848. Como assinala Joaquim Nabuco: “todas as nossas revoluções foram, dir-se-ia, ondulações começadas em Paris”, ou ainda, referindo-se a Pernambuco, “a política complicava-se com um fermento socialista”.^[2] Como também assinalaria Amaro Quintas sobre a Revolução Praieira, de Novembro de 1848: “a influência das idéias revolucionárias francesas no movimento da Praia, da interferência do espírito quarante-huitarde na preparação e no desenvolvimento da nossa revolta de 48”.

Não obstante as dificuldades próprias impostas pelo projeto colonizador quanto à circulação de idéias, à formação de uma opinião pública, liberdade de expressão e condições de funcionamento livre e regular da imprensa, os motins, os movimentos de contestação, de protesto e de revolta, os grupos sediciosos são demonstrações do inconformismo, expressam elementos de coesão, vão conformando um arcabouço ideológico de novo tipo e constroem um novo léxico político. Nalguns casos são simples

levantes, puras contestações; noutros, caminham para além do protesto. É o caso de 1817, em Pernambuco. Recife passa a ser vista como o palco “da desordem e insubordinação de indivíduos turbulentos”, no dizer do reacionário Visconde Cairu, para quem fixar um curso jurídico em Pernambuco é desatino: “seria perigoso estabelecer aí Universidade, no risco de corromperem os jovens no foco do jacobinismo”. O referido curso é instalado em 1828, em Olinda.

Antônio Pedro de Figueiredo, em sua tentativa de sistematização, na revista O Progresso, das idéias que chegam da Europa, realiza um esforço de observação e análise das realidades específicas de seu tempo e espaço, sem que as idéias difundidas sejam mero exercício de transplante cultural ou mimetismo do pensamento em voga nos círculos mais progressistas da Europa, em particular da França. Em suas seções “Exterior” e “Páginas Informativas”, trata do avanço tecnológico e das ciências naturais como condição essencial de progresso, como bem anota Gláucio Veiga: “não descurou nem alheou uma autoconsciência”. Para Veiga, Figueiredo bem pode ser justamente apreciado como exemplo de “letrado à força do método”. Diferença fundamental em Figueiredo, pois que a vigência no Brasil do século XIX é ser “letrado a força do estudo”, daí a ausência de “ortodoxias ideológicas”, o ecletismo, derivados da aquisição de conhecimentos por acumulação de autores e teorias europeias, sem sentido crítico e como “esforço de colagem de instituições europeias no Brasil” (Veiga 1981: 18-25).

Tal anotação de Veiga é tomada da “sugestão metodológica” afirmada em Euclides da Cunha em relação ao exame das idéias no Brasil do século XIX: em que medida se dá uma tradução das realidades nacionais ou em que medida se dá tão somente uma “atualização” cujo parâmetro são as realidades europeias?

Para Alfredo de Carvalho, um dos primeiros a tratar do pensamento de Antônio Pedro de Figueiredo, este tinha “mentalidade vigorosa e singularmente culta [e] traduzia pouco antes dos vinte anos o Curso de Filosofia de Victor Cousin” (Carvalho 1908: 433). Isto referido há um tempo, descrito pelos espíritos argutos, em que era acentuada a distância do pensamento europeu de vanguarda. Senão vejamos a impressão de Lopes da Gama: “cada século tem uma doutrina dominante, a qual comunica a sua influência a uma parte das opiniões e das ações dos homens. O nosso Brasil desgraçadamente caminha um século atrasado da civilização europeia; e pode-se dizer que ainda se acha no século XVIII”. Ou ainda: “Nós somos nesta parte ainda os Franceses do século passado...”. [3]

II - O Recife e as Idéias Reformadoras

Já em 1802, um manuscrito da lavra do Bispo Azeredo Coutinho, oficiando à Câmara de Igarassu, é pleno de evidências quanto ao conhecimento das idéias de Rousseau em Pernambuco. Em 1829, o Diário de Pernambuco divulga acusação de um aluno contra Moura Magalhães nestes termos: “Entusiasta da demagogia, que não senão em Rousseau, Helvecio, La Mettrie, e nos direitos inalienáveis do homem, na regeneração do gênero humano, na injustiça da escravidão, nos horrores do despotismo, na fogueira do Santo Ofício, na inutilidade dos padres, na tirania dos reis [...]”. Em 1831, O Olindense informa “os publicistas que andam nas mãos de todos”: Montesquieu, Bentham, Benjamin Constant, Rousseau. As teses de Bentham parecem ter sido bem acolhidas em Recife; seja pelos anúncios de livros quanto pelos extratos publicados em jornais e polêmicas suscitadas. O pensamento de Pascal também alcança um círculo de leitores, através dos enciclopedistas franceses.

Em 1830, a loja Ponchet anuncia Pascal e outros autores. Ainda que não indique as obras, a loja relaciona Voltaire, Rousseau, Racine, Corneille, Volney, Pudendorff, d’Aguesseau, Mably, Fenelon, Molière e Montesquieu: “são os melhores autores e chegados ultimamente da França oferecem a vantagem de serem das mais recentes e melhores edições”. [4] Em 1836, anuncia “boa quantidade de livros de literatura francesa, sendo o Cours de Littérature, de La Harpe, o mais vendido; como ainda obras de economia: Smith, Ricardo, Mill, Sismondi, Say, Malthus e a “Revue Mensuelle d’Economie Politique”(onde colaboram Rossi, Blanqui, Sismondi, Walras, entre vários).

Abra-se aqui um parêntese para dizer das dificuldades de acesso aos livros, dado ao rigorismo da censura. O viajante Henry Koster, em clássico relato, registra com pasmo em 1810 a inexistência em Recife de tipografia ou livraria e testemunha o rigoroso controle exercido sobre a entrada de livros no Brasil: ele próprio alvo desse rigor, ao enfrentar na aduana o confisco de todos os seus livros, só obtendo liberação já no navio, de volta à Europa. Espanto e desalento também saltam do relato de Antônio Morais e Silva: “Não sei eu, porque maus fados não há nesta terra nenhum alfarrabista de cartilhas e livrinhos de Santa Bárbara; nem ao menos um pouco de espírito comunicativo de cousas boas e de novos frutos que honrem o nome brasileiro” (*apud* Veiga 1981: 180). Se as “cousas boas” e os “novos frutos” são de difícil acesso, diga-se que é livre o curso e fácil o acesso à literatura de teor anti-iluminista e anti-revolucionário: Bonald, de Maistre, Chateaubriand e Malthus, que em sua primeira edição anônima é de combate a Condorcet e Godwin: *An Essay on the Principles of Population, as it affects the future improvement of society; with remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet and other writers.* (1798).

O contrabando é a forma de circulação de livros e autores indexados. Relatos de viajantes e autos da Devassa são testemunhos da circulação das “leituras proibidas”. Em depoimento contra Bernardo Luiz Ferreira Portugal, uma testemunha declara que “o reverendo dissera que há seis anos botava livros abaixo para fazer a revolução”. A frase, insistimos nela, “Botar livros abaixo” revela a força da palavra impressa e sua tradução das realidades locais, fundando novas sociabilidades. O que não significa dizer que a presença de livros e de bibliotecas “revolucionárias” constitua garantia de radicalização nas práticas políticas. Neste tocante, recomenda Gláucio Veiga particular cautela quanto às conclusões a que se possa chegar em consulta às listas de obras e autores presentes nas prateleiras das bibliotecas públicas ou conventuais; não há garantia quanto à consulta sistemática e as evidências apontam para a difusão das práticas de leitura por dentro de um círculo restrito. Do referido autor é a informação de que “a ‘experiência textual’ com os pensadores e filósofos é precária” e os escritos filosóficos chegam através da obra de Bruecker, e no meado do século XIX é o labor de A. Pedro de Figueiredo, divulgando Victor Cousin, que amplia essa “experiência textual”.

Ainda que se aceite como precária a “experiência textual”, não se pode desconsiderar a difusão das idéias iniciadas já no século XVIII. Em Kátia Queiroz Matoso, no estudo “Presença Francesa no Movimento Democrático Bahiano de 1798” (sobre a conspiração dos Alfaiates), encontramos o levantamento das bibliotecas de Cipriano José Barata e Hermógenes Francisco de Aguiar Pantoja, com Voltaire, Genovesi e Rousseau, entre vários.

Estudos sobre a presença de livros iluministas nas Minas Gerais dos Inconfidentes do final do século XVIII destacam como tendo sido a biblioteca mais revolucionária a do heterodoxo Cônego Luís Vieira da Silva: Voltaire, Diderot, d’Alembert, Marmontel, Luís Antônio Verney, Mably, Antônio Genovesi (e com ele, Bacon, Descartes e Locke). Mesmo que estudos sobre os inconfidentes de Minas localizem uma “insuficiência teórica” informando os líderes do movimento, destacamos aqui a circulação das idéias e seu desbordamento para o campo político.^[5] Neste sentido, é precisa a afirmação de Antônio Cândido quanto ao século XVIII (“a nossa breve Época das Luzes”): sinal de emergência de uma consciência antagônica à “mentalidade jesuítica e legista das elites anteriores, preparando-se para uma concepção mais ousada do papel da inteligência na vida social e das relações entre Metrópole e Colônia” (Cândido 1964: 245).

De Luiz Antônio Verney, o “Diário de Pernambuco” de 07/10/1829 anuncia um volume da sua Lógica (através da qual se conhece Locke), na “Loja de livros defronte do Palácio”. Sua *Philosophia Rationalis* consta da lista de doações à Faculdade de Direito em 1831, publicada pelo citado jornal. A Lógica, de Genovesi, é o compêndio mais usado, divulgando Bacon, Leibnitz e Locke. Naquele ano é encetado um movimento para angariar doações de livros à referida Faculdade.

João Ribeiro, chamado de padre revolucionário, não apenas teria lido o filósofo Condorcet, como ainda “voltado olhos” ao jornalista em plena revolução em seu jornal *Chronique de Paris*. O viajante francês Tollenare indica ter conhecido o padre João Ribeiro, dizendo possuir “uma imaginação que andava mais depressa do que o seu século e, sobretudo adiantava-se muito à índole de seus compatriotas”, então “arrastado pela leitura de Condorcet”. Leituras por certo contrabandeadas, uma vez que o controle das tipografias e o rigor exercido pela Mesa Censória em Portugal (um substituto de Pombal à censura jesuítica) e pela Inquisição em Espanha impediam a circulação da palavra impressa. Ilustrativo do controle exercido pela Mesa Censória é um edital de 1770, “condenando à pena de fogo mais de 120 livros, geralmente em língua francesa, mas também em inglês e latim, entre eles obras de Hobbes, Rousseau, Spinoza, Voltaire”, referido por Laurence Hallewell, para quem “Ao estudar a atitude dos portugueses em relação às ‘letras impressas’ no Brasil devemos ter em mente a importância que eles evidentemente atribuíam ao isolamento da colônia de todas as influências externas, uma obsessão que parece ter-se agravado à medida que avançava o século XVIII” (Hallewell 1985: 20).

A prática da censura, aliada às ordens de “queimar as impressoras e derreter os tipos”, explicam, em parte, a forma desigual da difusão das idéias na colônia, mas explicam também o contrabando. Lord George Macartney, passando pelo Rio de Janeiro em 1792, com pasmo registra apenas duas livrarias, ainda assim observando que “aqueles com quem tivera contato se mostravam muito curiosos acerca da última subversão na França”. Ou de como dirá Max Netlau, em obra referida adiante, abordando a circulação das idéias neste período, não obstante os limites impostos: “a utopia, o pseudônimo, a impressão clandestina ou o livro introduzido de contrabando, tudo pertence a essa boa guerra que preparou os espíritos para a revolução”.

O contrabando nos navios não parece ter sido pequeno. Além de livros, os jornais e panfletos chegam ao Recife. Do já citado viajante francês Tollenare é a informação (com pasmo) da circulação de gazetas francesas e dos jornais *O Investigador Português*, *Correio Braziliense* e *O Português*, editados em Londres e de circulação proibida em Portugal e colônias. Registre-se aqui, que em Londres e Paris, após 1814, têm incremento a produção editorial de livros e periódicos em língua portuguesa, atendendo à

demanda do comércio ilegal, o que demonstra o crescimento do público leitor. A respeito do comércio editorial de livros em língua portuguesa editados em Paris o estudo minucioso de Vítor Ramos “A Edição de língua portuguesa em França” confirma o crescimento desse comércio até 1850.

As gazetas e as revistas cumpriram destacado papel na difusão das idéias nas primeiras décadas do século XIX. Não se pode subestimar sua função, pois de múltiplo alcance: ampliar o número de leitores; tornar possível o acesso às recensões e extratos de obras e a divulgação de listas de livros editados na Europa; fonte permanente dos jornais editados na província, alimentando suas colunas de filosofia, literatura e política. Cumpre assinalar o caráter de permanência do jornal à época: fonte de informação, é encadernado e suas coleções são encontradas nas bibliotecas e gabinetes de leitura.

Fontes da época indicam a presença de jornais franceses nas bibliotecas ou gabinetes particulares de leitura, além das revistas. Frei Caneca teria tido contato com a *Revue Encyclopédique* (séc. XVIII) e a Faculdade de Direito registra em seu acervo a *Revue Britannique* (1833-1837), *Edinburg Review*, *The Quartely Review*, *Westminster Review* (1839), *Revue des Deux Mondes* (1835-1837), *Journal de l'Institut Historique* (1834-1836), *Journal des Connaissances Utiles* (1832-1837), *Journal des Economistes*, *Illustration* e *La Revue*.

O acervo da Faculdade de Direito em Olinda é constituído pela Biblioteca dos Oratoreanos (entre quatro a cinco mil volumes), doações de particulares, conforme registros de 1831, e doações do Governo Imperial. A criação do curso impulsiona o comércio de livros (as “lojas de livros” ocupam-se do comércio e não mais as boticas, lojas de ferragens ou o pregão dos mascates de porta em porta) e a criação de biblioteca pública em Recife, até então inexistente. Se é certo o incremento ao comércio de livros e em seguida o estabelecimento das casas tipográficas, o curso jurídico enfrenta internamente um “prolongamento da censura”. Os compêndios adotados devem ser aprovados pela Congregação conquanto “estejam de acordo com o sistema jurado pela nação”. O que não significa dizer que os compêndios sejam o material exclusivo dos cursos. Outros textos circulavam: é o tempo das ‘sebentas’ e do início das traduções. Além da biblioteca do curso jurídico, aparecem registros de bibliotecas anteriores à criação dos cursos jurídicos através do relato de Tollenare e outros, referindo a Biblioteca dos Conventos (de São Bento, do Carmo, de São Francisco), de particulares abastados e de quadros da burocracia.

Convém sublinhar que a implantação dos cursos jurídicos, além do incremento do comércio de livros, aumenta a população de estudantes, faz nascer os círculos de leituras, as sociedades literárias e as folhas estudantis. São vários os títulos que aparecem por todo o século XIX, além da colaboração em outros periódicos. As folhas estudantis, no espírito da época, intitulam-se literárias, filosóficas, políticas e participam dos debates em voga.

Um dos temas mais caros à imprensa do período é “o combate à ignorância política”. O Olindense chega a apoiar mensagem à Câmara dos Deputados propondo que o governo traga ao Brasil “escritores modernos” (Charles Comte, Dunnoyer, Droz, Jouy, entre outros), “para ensinar ciências sociais”. Uma anotação de Gláucio Veiga é relevante para nosso estudo: Dunnoyer e Charles Comte, fundador e redator respectivamente de *Le Censeur Européen*, no período ainda então “impregnados de saintsimonismo”, teriam chegado aos estudantes de Olinda através da gazeta francesa (que repercutiria inclusive no título de alguns jornais, em Pernambuco e no Rio de Janeiro) e da obra do primeiro: *L'Industrie et la Morale considerées dans leurs rapports avec la liberté*, de 1825.^[6] Sobre a influência dos chamados socialistas utópicos, o já citado Gláucio Veiga, estudando as idéias do Padre Lopes Gama, a quem considera “descartado da tradição revolucionária pernambucana”, não obstante ser um anti-escravagista e antiabsolutista, um “constitucionalista”, conclui que o eixo ideológico de Lopes Gama estrutura-se saint-simoniano. Fundamenta sua assertiva na leitura dos vários escritos de Gama, destacando “Melhoramento da Sorte das Classes Industriais” de 1845, onde afirma que “em nossos dias, três homens distintos têm tentado o melhoramento das classes laboriosas, mediante a reforma da sociedade em geral: St. Simon, Fourier e Owen”.^[7]

Ao comércio de livros feito nas lojas vêm juntar-se as primeiras tipografias. Manoel Figueiroa de Faria, em 1831, ao lado de sua loja de livros em Olinda abre uma tipografia, editando os primeiros livros de Pernambuco: obras de Direito, mas também traduções do francês de Voltaire, Stuart Mill, Erasmo, Bentham. Desse período é a importante publicação em Recife do livro *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, da feminista pioneira Nísia Floresta (Dionísia Gonçalves Pinto), uma livre adaptação da obra de 1792 de Mary Wollstonecraft, *Vindication of the Rights of Women*.

O referido Manoel Figueiroa de Faria, em 1845 expõe em sua livraria várias publicações que chegam da França, por encomenda de Vauthier: *Almanack Phalanstérien*, *Les Enfants au Phalanstère*, *Débauche de la Politique*, *Notions de la Science Sociale*, *Vie*, de Charles Fourier, *Examen et Défense du Système*, de Fourier, *Exposition Abrégée du Système de Fourier*, *Trois Discours*, *De la Politique Nouvelle*, *Solidarité*, *Nouveau Monde Industriel*, *Petit Cours de Politique et d' Economie Sociale*, entre outros. Praticamente a

mesma lista de publicações, em quantidades que variam de 2 a 12 exemplares, com predominância de Fourier, estão à venda no mesmo período com o livreiro Coutinho; donde se infere ser intenso o trabalho de Vauthier, ampliando o círculo de leitores e possíveis adeptos do fourierismo no Recife, como é o caso de Antônio Pedro de Figueiredo.

III– Antônio Pedro de Figueiredo: a revista O Progresso e Louis Léger Vauthier

Alfredo de Carvalho, dos primeiros a divisar a contribuição intelectual de Figueiredo, embora o restringindo ao campo do jornalismo, lança luzes sobre essa personalidade adiantada ao seu tempo, encontrando nele leituras modificadas ao influxo de Owen, Saint-Simon e Fourier. Gilberto Freyre, em O Nordeste, avança na apreciação do intelectual e dimensiona seu papel como “revolucionário intelectual do meio escravocrata do Nordeste e como crítico da organização patriarcal”. Amaro Quintas, tomado de admiração por Figueiredo após a leitura de O Progresso envida esforços para sua reimpressão, acatando a recomendação de Freyre para que A. P. Figueiredo não permanecesse tão na sombra, tão no escuro, tão dentro da alcinha [Cousin Fusco] que lhe deram os conterrâneos (sempre tão apedrejadores dos profetas).

Amaro Quintas, em eloqüente apresentação da reimpressão da revista O Progresso, chama atenção para o lamentável fato que conduz ao apagamento de campos significativos da história das idéias socialistas no Brasil. Antônio Pedro de Figueiredo é um dos “esquecidos”. Aqui se quer tratar de seu imenso labor de intelectual engajado, não sucumbindo ao impulso da “enorme condescendência da posteridade”, para usar a feliz expressão de E. P. Thompson, mas alcançando o homem e a obra no seu tempo. De suas idéias expostas n’ O Progresso, como em outros periódicos, seus exegetas, em particular A. Quintas, localizam pontos luminosos de “verdadeiras antecipações”. Em virtude de seu avanço em relação aos quadros intelectuais da época, Quintas situa-o como “um precursor da ciência social” no Recife e como “um dos mais lúcidos estudiosos de nossa realidade sociológica”.

De tudo o que Amaro Quintas observa acerca do pensamento de Figueiredo, importa reter um ponto para o estudo das idéias socialistas e sua aplicação à realidade brasileira: “na obra de Figueiredo encontramos o socialista buscando uma solução para os problemas de então em função dos postulados do socialismo dito utópico da primeira metade do século passado e o estudioso objetivo preocupado em resolver esses problemas dentro de um estilo realista, dentro das nossas necessidades” (Quintas 1950: 7). Aliás, o próprio Figueiredo, no artigo de abertura do primeiro número de O Progresso, ao mesmo tempo em que o afirma “asilo ao livre pensamento, às considerações serenas da filosofia e da ciência”, alerta para a tendência à época de “copiar servilmente a Europa”, propondo então o caminho da “aplicação ao nosso país dos dados das ciências sociais”, buscando “os germes de um futuro generoso”.

Aqui vamos nos ater ao encontro intelectual entre o professor e jornalista pernambucano Figueiredo e o engenheiro francês Vauthier, localizando na revista O Progresso pontos de influência deste e a interlocução resultante das leituras partilhadas, fornecendo o substrato para as análises sobre o quadro da realidade do latifúndio escravista e a prefiguração de ações políticas desenvolvidas na perspectiva do progresso e da reforma social. Gilberto Freyre localiza com precisão a influência de Vauthier junto a um número expressivo de intelectuais pernambucanos e, em particular, de Figueiredo: “Vauthier contribuiu para que se antecipe no Recife da primeira metade do século XIX o estudo das questões econômicas e sociais brasileiras, dentro do critério socialista.[...] concorre para a irradiação das idéias socialistas francesas nesta parte da província” (Freyre 1960: 148).

Antônio Pedro de Figueiredo, de origem humilde, inicia-se nas letras sob o amparo dos frades do Convento do Carmo. Muito jovem, vivendo “entre livros”, desenvolve o gosto pela filosofia e torna-se conhecido nos meios literários de Recife, após a tradução da “História da Filosofia” de Victor Cousin e de seguidas traduções acompanhadas de prefácios de Ortolan (Da Soberania do Povo e dos Princípios do Governo Republicano Moderno), e de George Sand (As Sete Cordas da Lira). Inicia aí seu labor na imprensa pernambucana, nos jornais A Imprensa, Aurora Pernambucana, O Lidador, Diário de Pernambuco, em cuja seção A Carteira, expende comentários sobre livros, autores, faz resenhas, entre outros assuntos sob o pseudônimo de Abdalah El-Kratiff.

A revista O Progresso (Social, Literária e Científica), como parte do esforço de aplicação das idéias reformistas no Brasil, circula de 1846 a 1848. Publicação mensal, a revista agrupava suas matérias em algumas seções: Revista Literária, Revista Política (Exterior e Interior), Variedades, Poesia. Além dos artigos de fundo e artigos assinados, publica vários trabalhos abordando os temas do Comércio Internacional, Colonização do Brasil, Latifúndio Territorial, Liberdade de Imprensa, Formas de Governo, entre outros. As traduções ocupam grande espaço com os temas da Lei Agrária, O Comunismo na Alemanha, O Socialismo na Suíça, a Doutrina de Saint-Simon, entre outros.

No primeiro número da revista, L. Vauthier escreve duas notas, versando sobre a inauguração de obras públicas no Recife. Numa nota noticia a inauguração da caixa d’água e dos três primeiros chafarizes

provisórios, construídos pela Companhia Beberibe, na Boa Vista. Faz considerações técnicas acerca da melhoria no modo de abastecimento d'água potável como um benefício para a população e faz um apelo à continuidade de tais ações de melhoramentos na cidade: "Este resultado, primeiro parto do espírito de associação em Pernambuco, não se pode conseguir sem grande trabalho, firmeza de caráter, e aturada paciência das pessoas ilustradas, que tomaram parte na direção da Companhia; e é agora de esperar, que as felizes conseqüências financeiras da empresa animem os nossos capitalistas a fundarem novas associações do mesmo gênero, para outros objetos de interesse público" (Vauthier 1846).

Seus escritos sobre as obras públicas estão sempre chamando atenção para o uso correto dos materiais, adequação de procedimentos e inovação quanto ao rebaixamento de custos. Uma pergunta é constante nas críticas que dirige aos serviços de encanamento, empedramento de aterros e outros mais: "Quantas vezes nas artes se conseguem maus resultados no emprego de meios bons em si, mas de que se faz errônea aplicação".

Em artigo abrindo a seção "Revista Científica", Vauthier faz uma longa exposição sobre Os Caminhos de Ferro, abordando questões técnicas ligadas à construção das estradas, processos locomotores, sistema por ar comprimido. Apesar de informar que o artigo traz informações "segundo a ciência e a arte do engenheiro", enfatiza a necessidade da aplicação do sistema de estradas de ferro no país, posto que "a questão não é apenas científica, é também econômico-política". Para Vauthier, o emprego dos caminhos de ferro representa não apenas o progresso comercial e industrial para muitos países, mas segundo ele "virão a ser dentro em pouco tempo, um dos mais potentes órgãos de paz e associação fraternas entre as nações", assertiva bem ao estilo fourierista.

IV - Vauthier, Mure e Derrion – divulgadores do fourierismo no Brasil

Em 24 de Julho de 1840, Louis Léger Vauthier embarca na França com destino ao Recife. O tempo da longa travessia é preenchido com o estudo de português e as leituras: *Études Sociales*, de J. Lechevalier, Barbier, um folhetim de Philaresté (discordando do autor quanto às apreciações feitas sobre o sistema de Fourier), além da leitura da exposição das doutrinas de Saint-Simon estabelecendo as comparações com o pensamento de Fourier, entre outras. Entremeia as leituras com as horas de reflexão sobre o pensamento de Bacon, a recitação de poemas de Victor Hugo, as conversas com os outros passageiros (até a discussão sobre questões sociais).

Uma característica marcante de Vauthier: o desejo de difundir as idéias de remodelação social ressalta da leitura de seu diário. Uma observação recolhida nele afirma esta característica: "Há em mim um desejo imperioso, uma viva necessidade de falar às vezes dessas coisas elevadas que ainda hoje a ciência pressente mais do que explica. Mas bem raras que têm idênticas aspirações e desejos. Tenho então de refletir sozinho, – porém o trabalho solitário do pensamento me é extremamente penoso. As idéias que não posso transmitir perdem para mim todo o encanto" ("Diário Íntimo de Louis Léger Vauthier", *apud* Freyre 1960, voll. II: 532). Sua atitude frente ao conhecimento é orientada pela discussão e o debate dos pontos-de-vista das novas doutrinas.

Logo de sua chegada encontra em Auguste Millet, um dos técnicos de sua equipe (que viria a ficar definitivamente no Brasil), espaço para conversação sobre o sistema de idéias de Fourier e abordam juntos "idéias sobre a regeneração da humanidade". Ainda que, aqui e ali, lance mão de um comentário ferino ("Domingo – dia perdido em conversações falansterianas com Millet"), este é alcançado pela matriz fourierista de idéias socialistas. Seus escritos na revista *O Progresso* confirmam a influência de Vauthier; ali o engenheiro Millet na série de artigos intitulados "Interesses Provinciais" apresenta sugestões de projetos de lei à Assembléia Legislativa de Pernambuco. São suas proposições: criação de um Conselho Provincial, com o objetivo de examinar as contas dos órgãos públicos do estado e do município e dos estabelecimentos de caridade subsidiados com verbas públicas; nova circunscrição territorial para a província de Pernambuco; criação de um imposto sobre as heranças e legados de toda espécie; criação de um imposto sobre os rendimentos acima de 200\$000 anuais e a criação de um banco popular.

É permanente a ação de Vauthier como divulgador de autores e publicações. Frente à rusticidade do meio, seus pedidos de livros em França são cada vez mais freqüentes, abastecendo não apenas seu círculo mais próximo, como ainda as poucas e precárias livrarias: a dos livreiros franceses no Recife, Gabriel Bez e Marie Deshayes, e dos livreiros Manoel Figueiroa de Farias e F. Coutinho são exemplos. [8] Desde sua chegada ao Recife, empreende muitas andanças pela cidade, seus desvãos, seus arredores, engenhos das cercanias e outros mais afastados, anotando mentalmente suas impressões sobre a terra e as gentes. "Então para o observador superficial, que não visse quanta miséria verdadeira se mistura a essas aparências de luxo", segundo ele, encontraria uma paisagem encantadora – "mas que é tudo isso, meu Deus, no meio de uma população escrava e faminta, no meio de seres que deixam miseravelmente ociosa a mais fecunda e rica natureza que existe sob o céu?" Essas visões inspiram o que Vauthier chamou de "amargas reflexões", resultando uma perspectiva sombria: "Se esse povo seguir

a marcha usual dos progressos sociais, está ainda bem longe de atingir estado mais ou menos suportável”. Ainda assim, em suas variações do olhar europeu, ora maravilhado com a luz, as cores e os sabores, ora irritado com a lerdia burocracia ou ainda decepcionado com a falta de brilho nas conversações mundanas dos chás e as insípidas polêmicas dos salões, vai pouco a pouco enxergando luminosidade nalguns espíritos.

Atento às manifestações de abertura ao debate das idéias reformadoras, busca contatos e estreita laços. Um dos exemplos é a anotação do diário sobre Filipe Lopes Neto (participante da Rebelião Praieira); em quem Vauthier percebe um espírito não “rotineiro”: “soube que ele é falansteriano”, possível de ser “seduzido pelas idéias inovadoras”. As conversas com Filipe Neto giram em torno de informações sobre a empreitada do Dr. Mure na península do Saí, em Santa Catarina.

Alia ao seu trabalho técnico o desejo de conhecer a paisagem social e humana da região. A todo instante se manifestam nele o engenheiro e o reformador social. De sua França não se distancia. Para ele “É ainda ali que se encontra o maior número de almas generosas e corações nobres. É ainda ali que há verdadeiras luzes e germes de progresso”.

Os paquetes que chegam e partem levam suas cartas e impressões do Recife e trazem livros, periódicos, gazetas que aos poucos vão encontrando um público afeito ‘às luzes e ao progresso’. Dedicava boa parte de seu tempo às leituras. Muitas delas são ligadas às técnicas de edificação, construção, engenharia de pontes, de onde extrai farto material para as soluções urbanísticas requeridas para a Recife de então. No entanto, sua atenção não se descola da experiência de leitura e decifração das idéias reformadoras gigantes na Europa.

Em sua casa, no acanhado gabinete de trabalho, onde escreve seus versos e pinta seus esboços e retratos, muitos títulos e autores se juntam: Introdução à Economia Política, de Say, Confissões, de Rousseau, as Memórias de Delambre, Bouguer e Condamine. Como ainda a presença de Sismondi, Mignet, Michelet, Ravinel, Genings, d’Aubuisson, Victot Hugo, Gauthey, Puissant, Volney, entre outros. De sua vária leitura não podiam faltar as gazetas e periódicos franceses: recebe muitos números do Messenger e é assinante da Phalange e Démocratie, encadernados em suas coleções e disponíveis à consulta de seu círculo intelectual.

A provisão de livros, gazetas, periódicos e outros impressos é feita de Paris por F. Cantagrel. No Diário de Vauthier encontramos seguidas anotações, que se vão avolumando, de pedidos de publicações: os livros Le Fou, Paget, assinaturas de Phalange, coleções completas da obra de Fourier. Observe-se que Vauthier preocupa-se também em divulgar na França as notícias sobre os avanços no Brasil das “idéias inovadoras”. Para Cantagrel se destinam não apenas pedidos de publicações, como ainda as notas de Vauthier sobre a colônia de franceses que se instalara no Saí sob a orientação do Dr. Mure, impressos do próprio médico francês, exemplares do Jornal de Pernambuco do Diário do Commercio do Rio de Janeiro (com matérias sobre a experiência falansteriana do Saí), do Socialista da Província do Rio de Janeiro, de O Progresso, de Antônio Pedro de Figueiredo.

Das observações do meio físico e social, da sistematização das leituras vai retirando o material a partir do qual firma sua influência, de repercussão duradoura e significativa, como divulgador do fourierismo no Recife. Começa a colaborar em periódicos locais e estreitar a correspondência com a Phalange bem como desenvolver seus estudos ligados aos arranjos técnicos que favoreçam a remodelação urbana de Recife. Fruto das observações feitas no período é seu estudo Des Maisons d’Habitation au Brésil, para a Revue Générale de l’Architecture, publicada em 1853. Acerca das várias contribuições de Vauthier (e sua equipe) veja-se extrato do artigo publicado na revista O Progresso, quando de sua partida do Recife:

A organização de uma administração una e hierarquicamente ordenada, a substituição dos processos científicos e exatos as apreciações empíricas, até então em voga, orçamentos claros e precisos quanto aos preços e quantidades, susceptíveis de serem verificados por todo aquele que possui conhecimentos na arte de Engenheiro, economia de cento por cento no custo das porções de estradas executadas, trabalhos feitos com solidez, elegância e economia, não são ainda senão uma parte dos serviços prestados a nossa província pelo hábil engenheiro das pontes e calçadas de França, serviço que só há podido escurecer a cegueira do espírito de partido e de interesses particulares. [\[9\]](#)

Já se viu que o esforço permanente de Vauthier no tocante à divulgação de idéias é alargar o círculo de leitores, tornando as leituras sistemáticas. É o caso de passar rapidamente do hábito de empréstimo dos jornais recebidos da França para formar um público de assinantes, o que torna possível ampliar as práticas correntes de leitura, visto que um mesmo jornal é sempre lido por várias pessoas e em seguida objeto de coleção e provisão de extratos para a imprensa do Recife, como é o caso da revista O Progresso. Entre os nomes anotados em seu Diário como assinantes da Phalange ou do Démocratie, como ainda recebendo folhetos e livros: o Barão da Boa Vista, Soares de Azevedo, Antônio J. de Miranda Falcão, Antônio Borges da Fonseca, Antônio J. de Sousa Castro Figueira de Melo, Maciel Monteiro (médico), J.C. Bandeira de Melo (professor e advogado) José Bento da Cunha Figueiredo

(advogado), Antônio Pedro de Figueiredo (jornalista e professor), Carneiro da Cunha (magistrado), Paula Batista (professor) entre outros; e os franceses Millet, Buessard, Brosser, Morel, Saisset, Boultreau .

Tal é o interesse em firmar uma audiência das novas idéias no Recife que, tão logo é informado da transformação de Phalange em jornal diário, trata de encaminhar à França uma lista, de sua iniciativa, de quinze subscritores de ações. Exemplo claro de intercâmbio e auto-sustentação das publicações. Anote-se aqui o interesse de Vauthier em relação às publicações e o intercâmbio com o Rio de Janeiro. Recebe coleções do Socialista da Província do Rio de Janeiro, distribuindo-as com alguns dos já referidos assinantes de Phalange ou Démocratie.

Seu intercâmbio com o Rio de Janeiro é certamente facilitado pela significativa presença francesa no ramo editorial e do comércio livreiro na capital (Plancher, Villeneuve, Mougenot, Bossange, Aillaud, Laemmert, Garraux, entre outros). O editor francês Plancher já em 1827 anuncia alentado acervo (com a predominância dos textos políticos) trazido da França: d'Alembert, Condillac, Guizot, Pitt, Diderot, Mirabeau, Montesquieu, entre outros. Na descrição da Rua do Ouvidor no Rio de Janeiro, feita por Joaquim Manoel de Macedo, entre os vários livreiros ali instalados (Villeneuve, Garnier, Cremière, Firmin Didot) destaca a livraria de Louis Mongie. Macedo em suas Memórias da Rua do Ouvidor destaca Mongie como livreiro de instrução variada e conversação ilustrada, tendo sido sua livraria “preciosa fonte de civilização, freqüentada pelos homens de letras e pelos cultivadores das ciências que achavam nela os melhores livros de publicação recente”.

Ademais, o afrancesamento do Rio como do Recife, é fenômeno largamente estudado. Hallewell, em sua História do livro observa com precisão a “receptividade excepcional [no Brasil] a todos os adornos da cultura francesa”, acrescentando que se chegava a “identificar tudo o que era francês como moderno e progressista”. Como teriam anotado os viajantes Kidder e Fletcher sobre a quantidade de publicações francesas nas livrarias sobre “ciência, história e filosofia atéia”, estava disseminado o gosto pelas traduções de romances franceses, posto que até as mulheres liam “a maior parte das obras de Balzac, Sue, Dumas, George Sand”. É nessa ambiência de afrancesamento que Vauthier tenta recolher prosélitos e difundir as idéias francesas de regeneração social.

Da intensa atividade de Vauthier no Recife chegando ao meado do século XIX, destaque-se aqui três campos: o recurso da técnica (construção do Teatro Santa Isabel, pontes, levantamento de mapas, soluções de equipamentos urbanos de encanamento e moradia, introdução de maquinaria, administração de obras públicas, entre outros), o estudo da paisagem humana e social (higiene de habitação, relações entre o espaço público e o privado, o mundo dos senhores e dos escravos, a cultura política, as relações de trabalho, a propriedade da terra, a família patriarcal, relações interétnicas, a vida privada, hábitos, costumes e tradições, entre vários) e a ampliação do debate em torno das idéias de “regeneração humana” (distribuindo publicações, colaborando na imprensa, divulgando novas leituras, intercambiando experiências e estudos, conectando as idéias e os experimentos de progresso social no Recife, Rio de Janeiro e Santa Catarina e destes com a Europa; alargando o círculo de leitores intelectuais e progressistas, alimentando polêmicas, ampliando o mapa das idéias socialistas no Brasil).

Quando Vauthier volta à França, em 1846, o Recife tinha-se tornado num centro de debate das novas idéias de reforma social e, por isso, não é de estranhar que foi nessa cidade que José Ignácio Abreu e Lima (1794-1869), o ex-general de Simon Bolívar e filho do revolucionário Padre Roma (fuzilado em 1817), publicou o primeiro livro O Socialismo, onde fala das idéias de Lamennais, Saint Simon, Owen, Fourier, referindo-se também a Godwin e Proudhon. Abreu e Lima, de volta ao Recife e seguindo uma vida de intensa militância, publica A Cartilha ao povo, onde defende a necessidade de “desimportuguezar o Brasil”, participa de campanhas reformistas em torno do sistema eleitoral brasileiro, colabora no Diário Novo da Rua da Praia e funda, em Maio de 1848, seu próprio periódico, A Barca de São Pedro, quando começa a expor seu pensamento acerca dos princípios de reorganização social, como na edição de 16 de Outubro de 1848: “O meu princípio fundamental é a comunidade de trabalho, princípio socialista especificado no saint-simonismo, comunismo e fourierismo, mas as teorias não são suficientes para mudar o mundo” (in Chacon 1983: 61). Em 1855, publica O Socialismo, onde afirma sua concepção nestes termos: “O socialismo não é uma ciência, nem uma doutrina, nem uma religião, nem uma seita, nem um princípio, nem uma idéia: é mais do que tudo isto. É um designio da Providência. Em que consiste o socialismo? Na tendência do gênero humano para tornar-se uma só e imensa família”. Um leitor atento de Lamennais, mas que marca a diferença ao declarar ao fim de seu livro “Aquele que tiver um pouco de inteligência, verá finalmente que falei como filósofo e não como teólogo, desta e não da outra vida” (Abreu e Lima 1979).

Feita esta digressão em torno da rica figura de Abreu e Lima, ele próprio alcançado pelas doutrinas fourieristas, tendo travado contato com Michel Derrion, volto a falar da aventureira viagem societária dos lioneses em direção ao Novo Mundo. Em torno de 1840, os fourieristas franceses, após o insucesso do primeiro falanstério francês de Condeé-sur-Vesgres, voltam-se decididamente à aplicação de seu projeto

societário em direção ao Novo Mundo. Evidência do fato é a publicação no periódico falansteriano *Le Nouveau Monde*, em 21 de Janeiro de 1840, de uma proclamação em torno da criação de experimentos societários e a imediata formação de três grupos denominados de “realizadores” ou de “trânsito”: um em torno do fourierista polonês Jean Czynsky, diretor do periódico referido, com o objetivo de estabelecer um falanstério no Texas (experiência não realizada, embora seu idealizador tenha realizado viagens exploratórias entre 1841 e 1843); outro em torno do belga Zoe Gatti de Gamond e do inglês Arthur Young, com vistas à fundação de um experimento fourierista em Citeaux; e o terceiro em torno de um dos signatários do aludido, proclama Michel Derrion para fundação de um falanstério no Brasil. Aqui se dá o encontro de idéias e projetos entre Derrion e Jules Benoit Mure, cujo resultado imediato é a criação da União Industrial e a definição da província de Santa Catarina, ao sul do Brasil, como lugar de eleição do falanstério.

Michel Derrion, de quem se conhecem soluções pessoais em torno aos problemas sociais vividos pelos trabalhadores da indústria da seda, publica em 1834 o folheto “*Constitution de l’industrie ou organisation pacifique du commerce et du travail ou tentative d’un fabricant de Lyon pour terminer d’une manière définitive la tourmente sociale*”, e na seqüência, seu projeto reformista propõe a formação de cooperativas (‘Comercio Veraz e Social’), que têm vida até 1838. Neste período transita do pensamento saintsimoniano ao fourierismo, formando junto ao grupo que publica o boletim *Correspondance Harmonienne*, lugar também de combate dos lioneses às teses de Victor Considérant. Em Paris, se agrega ao grupo em torno do periódico *La Phalange*, depois *La Démocratie Pacifique* e por fim *Le Nouveau Monde*. É aqui que Derrion, homem de ação, é tocado pelas acaloradas discussões acerca da necessidade de “passar de imediato ao terreno do ‘garantismo’, à fase de experimentação, intermediária entre a civilização e a harmonia”. É quando conhece outro colaborador de *Le Nouveau Monde*, Benoit-Jules Mure.^[10]

Benoit-Jules Mure combina em seu apostolado duas fontes: o proselitismo homeopático e as teses fourieristas, cujas evidências vamos encontrar em 1837 quando Mure, em Palermo, abre um dispensário homeopático e funda um periódico falansteriano, *L’Attrazione*, dado por Pierre-Luc Abramson como o primeiro e talvez o único periódico falansteriano da Itália. O próprio Mure em 1839, na *Correspondance Harmonienne*, reivindica o pioneirismo na Sicília quanto à introdução do que chama de “ciência societária”. Em 1839, em Paris, abre um instituto homeopático e um centro hidroterápico e inicia sua colaboração, como membro do conselho de redação, junto ao jornal *Le Nouveau Monde*.

Neste ponto se dá o encontro com Derrion e a criação da União Industrial rumo à experiência falansteriana no sul do Brasil.^[11] Aqui é de interesse destacar a força da propaganda direta que informa estes experimentos, ou como observado em Max Nettlau, a fé numa realização direta do socialismo fez com que as nuvens da utopia baixassem à terra por uma chamada vibrante ao coração dos homens. É o momento em que “el deseo del experimento reemplazó la utopía e se ardía de impaciencia por realizar las ideas em carne y hueso (...) sus ideas les han parecido dignas de realización y necesitadas de una aplicación mucho más práctica, (...) por el ensayo en proporción conveniente, por el experimento” (Nettlau 1991: 64-65).

As idéias de reforma social que começaram a chegar ao Brasil na década de 40 do século XIX coincidiram com o primeiro impulso que haveria de transformar lentamente o Brasil monárquico, rural e escravista em uma República oligárquica que iniciaria a industrialização e urbanização do país. Por essa razão as idéias modernizadoras de Benoit Jules Mure, médico da cidade de Lyon que aderiu ao fourierismo quando vivia na Sicília em 1839, idealizador da Colônia do Saí, tiveram uma ampla receptividade na imprensa da época, tendo o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, divulgado amplamente e debatido seu projeto associativo.

Nessa mesma época em que Vauthier, no Recife, divulgava Fourier, o médico Benoit Jules Mure dava, no sul do Brasil, em Santa Catarina, os primeiros passos para instalar um falanstério. Trazia consigo um projeto amadurecido em França de criação duma comunidade falansteriana, tendo por base as idéias de Fourier. Com esse objetivo fora criada em França uma sociedade, a “*Union Industrielle*”, cuja finalidade era divulgar e apoiar a implantação de uma comunidade societária no Novo Mundo. Acerca da escolha do Brasil, cabe agregar a informação de Jean Gaumont, para quem a decisão teria sido de Mure e, provavelmente, sob influência de Tandonnet, então no Uruguai. O que é certo é que Mure, após a apresentação, em 21 de Setembro de 1840, dos estatutos da União Industrial ao cônsul do Brasil em Paris, parte para o Rio de Janeiro em Novembro do mesmo ano, com o objetivo de realizar os preparativos formais para a instalação do experimento societário.

Através do *Jornal do Comércio* começou Benoit Mure, em Dezembro de 1840, a divulgar suas idéias, e embora não ocultasse o caráter reformador e progressista, procurava cativar o apoio dos políticos e elites brasileiras principalmente prometendo trazer para o nosso país um grande número de operários e

especialistas que iniciariam a manufatura de máquinas a vapor, uma novidade tecnológica num país ainda eminentemente agrário.

Esse projeto – que correspondia ao desejo modernizador de alguns setores das elites brasileiras – logo chamou a atenção da corte, tendo Mure sido recebido pelo Imperador e obtido promessas de apoio do governo imperial. Apoio que logo se traduziu na possibilidade aberta para que o médico fourierista embarcasse em navio da Marinha, percorrendo a costa do sul do Brasil em busca do local ideal para localizar seu projeto. Acabando por se decidir pela Península do Saí, em frente a São Francisco (Santa Catarina), já que aí havia terras disponíveis e estava perto do porto, o que possibilitaria a exportação das máquinas a vapor, que pensava ser a principal produção da colônia, para o Rio e São Paulo. A concessão de terras em Santa Catarina, pela administração imperial, resulta em júbilo para o Dr. Mure, que encanta-se com a localização e o clima, como se depreende do estudo a ele atribuído “*Doctrine de l'École de Rio de Janeiro et pathogénésie brésilienne*” (1849), onde destaca os cuidados com a higiene e a saúde dos falansterianos e afirma que “graças à homeopatia, se viu pela primeira vez uma colonização europeia isenta de mortalidade sob um clima tropical”.

Em Julho de 1841, a Câmara de Deputados aprovou um empréstimo de 64 contos de réis, para apoiar o início do projeto. No mesmo período, em França, Michel Derrion e Joseph Reynier fazem a ativa propaganda e recrutam os futuros colonos, principalmente graças à ação deste último, dado sua legitimidade junto aos meios operários e socialistas de Lyon.

Definidos os principais critérios de recrutamento chega-se ao primeiro grupo formado por 110 pessoas, entre homens, mulheres e crianças que, em Setembro de 1841, se dirigem ao porto de Havre, não sem antes realizarem uma romagem cívica ao túmulo de Fourier, no cemitério de Montmartre, como atesta o emocionado artigo de Anastasie Czynski, no jornal *Nouveau Monde*, de 1º de Outubro de 1841. O primeiro grupo, com Michel Derrion à frente do vapor *La Caroline*, parte para o Rio de Janeiro.

Deste episódio é comovida a descrição de Jean Gaumont que nos chega: “Um verdadeiro romantismo obreiro e social, religioso e fraternal, parece brotar e exaltar-se ante à evocação deste redescobrimento do Novo Mundo, ante esta visão maravilhosa, ante a Terra da América” (Gaumont 1924: 115). Para Pierre-Luc Abramson “não é difícil imaginar o entusiasmo destes aventureiros pacíficos quando partiam para a Terra da Promissão do Novo Mundo. Cantos e poemas de esperança foram interpretados nessa ocasião” (Abramson 1999: 211). No entanto, problemas resultantes de divergências pessoais e políticas entre Mure e Derrion, quando da discussão dos estatutos da União Industrial, portanto já antes da partida do primeiro grupo, provocariam uma divisão entre os franceses, originando a criação de duas colônias, a do Palmital e a do Saí. No entanto, convém informar que em França era continuada a obra de propaganda e o apoio à experiência societária brasileira, como se vê com a publicação do jornal *Le Premier Phalanstère*, sob a direção de Simon Blanc e os constantes anúncios insertos na imprensa operária de cariz socialista. O enfraquecimento desta atividade se dá quando a divisão também chega à França, cindindo a União Industrial Francesa e formando dois comitês de apoio à experiência falansteriana no Brasil.

As duas colônias logo se viram confrontadas com as adversidades na realização societária, para já comprometida face às ambigüidades entre o projeto original e a realidade vivida. O apoio prometido pelo governo foi limitado, a localização inadequada, a utilização de mão de obra local trazendo novos problemas de relacionamento, tendo os utopistas franceses de lutar por sobreviver no meio da mata atlântica, em condições difíceis e desconhecidas, uma situação agravada pelo fato de serem na sua totalidade operários e artistas provindos do mundo urbano. Todas estas dificuldades levaram a que muitos dos franceses que vinham com destino à comunidade acabassem ficando no Rio de Janeiro, não chegando a integrar a experiência, como é o caso do contingente de 120 emigrantes que embarca em 1º de Setembro de 1842 com destino à Santa Catarina.

Relatórios de inspetores do governo de 1842 e 1843, embora favoráveis à experiência, apelavam a que fossem tomadas medidas urgentes de apoio ao empreendimento. Na prática pouco foi feito, o que certamente determinou a frustração do projeto econômico da colônia industrial. Quanto ao projeto societário, do falanstério – caso a experiência fosse mais duradoura –, certamente se confrontaria com outros e não menos graves problemas: como realizar uma sociedade ideal, no micro-espço de uma comunidade isolada? Ainda assim, segue sendo de significação histórica a recuperação do estudo destas experiências, porquanto mobilizadoras de notável energia criadora e pelo conteúdo de prefiguração de novas práticas sociais: homens, mulheres e crianças transplantando do vocabulário das utopias do século XIX o ensaio de uma plausível comunidade de destino e, até, inscrevendo uma outra história.

Neste sentido, a realização de estudos atualizando o tema vem iluminando algumas dimensões destes projetos que estiveram durante longo tempo silenciadas ou esquecidas. É o caso da recuperação do texto testemunhal de Louise Bachelet Phalanstère du Brésil: *Voyage dans l'Amérique méridionale* (Paris:

Imp. de Pommeret et Guenot, 1842). No escrito de Louise Bachelet, longa missiva aos fourieristas de Paris, encontra-se o relato de sua presença no falanstério do Saí em Julho de 1842. Segundo o estudo de Pierre-Luc Abramson, trata-se do relato lírico realizado por esta apaixonada militante de quem desafortunadamente pouco se sabe. Sabe-se que já havia participado da experiência falansteriana de Conde-sur-Vesgres e resolve difundir o pensamento fourieirista na América, chegando assim ao Uruguai e, daí ao Saí, no Brasil a que chama “a terra tão largamente sonhada da realização” e onde é recebida pelos colonos com um hino que fortalece sua imaginação: “Partamos, partamos à Terra da Promissão/ É necessário um novo mundo para destinos novos”. O escrito de Bachelet contém ricas informações sobre o modo de vida, as dificuldades do cotidiano, a utensilagem da vida doméstica e do trabalho, o emprego de trabalhadores brasileiros e, a um só tempo, conclui que o falanstério segue sendo ainda um esboço e reafirma a crença inamovível nas idéias fourieristas. Passagem singular de sua narrativa é aquela em que um colono mostra-lhe, do alto de um monte, o lugar onde se erguerá o palácio societário com sua arquitetura de sonho, ela recorda a experiência de Conde-sur Vesgres e compara: “Nenhuma semelhança com o que sucede aqui: esta natureza nobre e exuberante do Novo Mundo se encontra tão bem e em harmonia com o desenvolvimento do pensamento falansteriano! Ela é tão abundante em esperanças e em promessas! Me entreguei sem reservas a todas as impressões que me chegavam ao contemplar um rincão da terra prometida a tão elevados destinos” (*apud* Abramson 1999: 217). Palavras alusivas à permanência no tempo da continuada relação entre harmonia, utopia, exuberância e fecundidade da terra de promessa no imaginário do socialismo romântico.

Não se sabe ao certo quantas pessoas fizeram parte das colônias, embora Mure tenha afirmado em 1844, depois de abandonar o Saí, que tinha trazido quinhentos operários para o Brasil. As fontes do período indicam que a terceira partida de emigrantes até Santa Catarina se deu em Fevereiro de 1843 em direção ao Palmital, que na altura tinha presumíveis 200 membros, e talvez o dobro dos que permaneciam no Saí. Sabe-se também que as autoridades brasileiras trabalhavam no sentido de estancar o fluxo da travessia, o que se confirma da correspondência do cônsul francês, pedindo providências para impedir a vinda de mais franceses, preocupado com o número de conterrâneos que apareciam na embaixada em busca de apoio.

Desses franceses alguns permaneceram no Brasil, outros regressaram a França, alguns deixaram descendência no Brasil, outros rumaram ao Uruguai, e outros ainda buscaram em 1855 no Texas, Estados Unidos, ensaiar uma nova comunidade fourierista (La Reunión), fundada em 1854 por Victor Considérant, o mais destacado continuador de Fourier.

Benoit Mure abandonou a experiência e instalou-se no Rio de Janeiro onde viveu de 1843 a 1848. Igual caminho é adotado por Michel Derrion. Na capital, Benoit Mure instalou, em 12 de Dezembro de 1842 o primeiro de uma série de vinte e cinco dispensários homeopáticos, sendo um dos primeiros divulgadores dessa medicina chegando a fundar um Instituto Homeopático contando com doze professores, abriu sucursal na Bahia e seus ecos terão chegado ao Recife. Em seu apostolado no campo da homeopatia conjugada ao fourierismo, Mure segue travando famosas polêmicas com os defensores do que chamava “a velha medicina” alopática, arregimentando adeptos e distinguindo-se também por atender escravos e gente do povo sem recursos.

A frustração de seu projeto comunitário não esmoreceu sua crença no fourierismo, mantendo uma grande atividade no Rio de Janeiro de divulgação de idéias, tendo fundado com outros franceses o jornal O Socialista da Província do Rio de Janeiro, um dos primeiros periódicos socialistas do Brasil e da América Latina. Jornal que o engenheiro Vauthier divulgava no Nordeste.

Mesmo de curta duração, as comunidades do Saí e Palmital têm significação sócio-histórica. Aqui aceitamos algumas das conclusões de Pierre-Luc Abramson sobre os falanstérios de Santa Catarina, para quem “sua vida em comunidade não se traduziu em um rotundo e imediato fracasso, e foi o falanstério cujos estatutos mais se aproximaram dos sonhos de Fourier e o que durou mais tempo”. De tudo, nos legam uma lição: a esperança comum é uma das variáveis indispensáveis para o êxito, ainda que limitado, de uma experiência comunitária e, dos relatos que nos chegam, os membros daquelas comunidades ensaiaram uma nova forma de vida, posto que, alimentados por uma esperança maior que o reduzido desejo de melhoramentos em sua situação pessoal (Abramson 1999: 222).

É de se observar e aquilatar, para o caso específico do Brasil, a repercussão do processo que originou tais experiências como a ampla discussão na imprensa e nos círculos progressistas da época, gerando ou agregando novos elementos ao debate em torno dos temas cruciais – a necessidade de reformas sociais, o impulso modernizador da industrialização, a abolição da escravatura e de modernização do Brasil. Impulso modernizador que viria a ter continuidade na obra mais pragmática de Irineu Evangelista de Souza, o Visconde de Mauá, que alguns estudiosos consideram influenciado pelas idéias de Saint-Simon, e com repercussão em outros países da América do Sul.

A vinda dos fourieristas ampliou o interesse no Brasil para as novas idéias que informavam os círculos avançados na Europa, pondo em questão a forma de organização social dominante e procurando uma alternativa societária. Nas décadas seguintes o interesse pelas idéias precursoras de Owen, Saint Simon e Fourier iriam se expandir às dos socialistas da Geração de 48, em particular Proudhon. Desembocando no nascimento dos primeiros grupos de militantes socialistas na última década do século XIX e no sindicalismo revolucionário.

V - Colônia Cecília, uma nova experiência comunitária

Como escreveu Carlos Rama no seu livro *Utopismo Socialista*, “O Utopismo prolonga-se no anarquismo muito mais que em outras correntes socialistas do século XIX”.

Esse impulso por um socialismo experimental que tinha influenciado partidários de Fourier, de Owen e, depois, de Cabet, trouxe ao Brasil em 1890 um primeiro grupo de italianos decidido a fundar uma colônia socialista experimental, a Colônia Cecília. Nessa mesma época, outros emigrantes começavam a chegar fugindo da miséria e da perseguição política na Europa. Seriam estes trabalhadores que dariam uma contribuição decisiva na divulgação das idéias socialistas e do sindicalismo no país. Como em 1840, com Vauthier, Derrion e Benoit-Mure, as novas idéias nascidas na Europa chegavam ao Brasil.

A Colônia Cecília nasceu da iniciativa de Giovanni Rossi (1856-1943), engenheiro agrônomo, médico veterinário e militante anarquista italiano, que defendia a necessidade de colônias socialistas experimentais onde fosse praticado um projeto social libertário. Em 1878, publica em Milão *Un Comune Socialista, bozzetto semi-verídico di Córdias* [\[12\]](#) – uma novela em torno do amor romântico de Cardias e Cecília, um casal que compartilha idéias de emancipação social e convence o irmão de Cecília a dispor de suas terras para a tentativa de um experimento redentor. Assim nasce a aldeia imaginária de Poggio al Mare, espécie de comunidade idílica que reúne pescadores e camponeses. Por esta via populariza seu projeto de uma comunidade libertária e segue se afirmando como defensor dos experimentos comunitários, alvo que é dos críticos que vêem nestes ensaios um desvio da ação sindical e política.

Do mesmo ano de 1878, é a publicação de um artigo de Rossi no periódico *Il Lavoro*, onde apresenta pela primeira vez seu projeto de uma comunidade socialista experimental. Em 1882, edita em Gavardo um periódico, *Dal campo allá stalla*, uma ação de propaganda junto aos camponeses tanto da idéia comunitária quanto da melhoria de seu labor, em torno das novas técnicas agrícolas. Em 1883 inicia a colaboração ao jornal *Il Socialista* de Pisa e até 1889 difunde suas idéias na imprensa operária de Itália: *La Favilla*, de Mantova, *In Marcia!*, de Pesaro-Fano, *Il Secolo*, de Milão, *Humanitas*, de Nápoles, *La Reivindicazioni*, de Forlì, *La Plebe*, de Altri, entre vários. Em Maio de 1886, na cidade de Bréscia, publica o jornal *Lo Sperimental*, dedicado à defesa da fundação de colônias experimentais e, antes de mais, lugar de irradiação do pensamento dos socialistas românticos, dos utopistas e dos anarquistas.

Escreve também a obra *Socialismo Practico: Note Storiche*, um manuscrito de 296 páginas considerado pelos estudiosos como uma importante história das comunidades utópicas, com um vastíssimo conhecimento das tentativas de vida comunitária, no campo religioso e laico, desde suas origens até aos anos 1880; larga exposição também do pensamento de Fourier, nomeadamente suas idéias sobre o “matrimônio progressivo” e as “corporações amorosas”, assim como a experiência comunitária norte-americana de Oneida e sua prática de matrimônio coletivo (práticas malthusianas e eugênicas), e ainda largo comentário sobre Albert Owen e a comunidade de Topolobampo, no México, chegando mesmo a traduzir integralmente o texto de adesão comunitária de Owen, *Our Principles*. Sobre este manuscrito se perguntará sempre as razões que levaram Giovanni Rossi a não publicá-lo.

Depois de algumas experiências na Itália e da tentativa malograda em outros lugares, Rossi decidiu-se pela implantação de uma comunidade no Brasil, onde buscaria “experimentalmente, uma forma de convivência social que correspondesse da melhor maneira possível às aspirações de liberdade e justiça”.

O primeiro grupo anarquista embarcou para o Brasil em Fevereiro de 1890, chegando a Palmeira, no estado do Paraná, no mês de Abril. Nesta região, onde já existiam uma Colônia Francesa, de famílias oriundas de Avignon, e Colônias Russas, instalaram-se os emigrantes anarquistas para criar sua comunidade, iniciando logo o duro trabalho de desbravamento da mata, abrindo clareiras para o plantio e manejo da terra para suas casas.

Apesar das outras colônias serem de emigrantes sem definição ideológica, os anarquistas italianos estabeleceram desde a sua chegada boas relações, principalmente com os agricultores franceses, que ajudariam à instalação na nova terra. No entanto, imediatamente surgiram dificuldades de adaptação a uma vida isolada, numa terra estranha, com um clima e um solo bem diferentes, que exigiam uma prática agrícola adaptada às características tropicais. Problemas semelhantes aos que os fourieristas do Sai haviam experimentado décadas antes.

Em Fevereiro de 1891 chegou um novo grupo à Colônia, que incluía várias famílias de agricultores, abrindo novas possibilidades para o grupo anarquista pioneiro pouco experiente na lida com o manejo da terra. Contudo, uma nova dificuldade se colocava: a comunidade não tinha capital, infra-estrutura e uma produção agrícola que suportasse o número elevado de novos membros, ultrapassando a duzentos. Alguns conflitos e problemas políticos com as autoridades locais agregaram outro tanto de obstáculos aos membros da Cecília.

Apesar disso, a Colônia funcionou, como pretendia Giovanni Rossi, como um laboratório de experiência sociológica, onde era possível acompanhar a tentativa de criar novas relações de produção, cooperação e sociabilidade, inclusive no campo das relações entre os sexos, entre os seus membros. Em termos da total ausência de normas e regras é elucidativo o relato de Rossi: "Por uma reação natural ao formalismo estéril e funesto do período passado, o grupo quis ser absolutamente desorganizado. Nenhuma convenção, nem verbal, nem escrita foi estabelecida. Nenhum regulamento, nenhum horário, nenhuma delegação de poder, nenhuma regra fixa de vida ou de trabalho. A voz do primeiro despertava os outros; as necessidades técnicas do trabalho, evidentes para todos, chamavam a pôr mãos à obra, às vezes separados, às vezes em conjunto; era o apetite o que nos chamava a comer, e o sono a buscar repouso" (Comolli 1976: 39; ver também Marcorelles 1976; e *Cinéma et anarchie* (1984)).

O tema da paixão e do amor, que tanta atenção havia merecido de Charles Fourier, também teve um destaque importante nas análises que Rossi fez sobre a Colônia Cecília: "Para mim, com este amor sem rivalidade, sem ciúme, sem mentira, o nosso experimento socialista se completa e do estudo dos problemas sociais, eleva-se aquele dos sentimentos mais íntimos, mais complexos, mais obscuros, que agitam a psique humana" (Rossi 1893).

O fim da Colônia Cecília foi explicado mais tarde por Rossi: "[A colônia] desapareceu porque foi pobre, e foi pobre porque principiou com pouquíssimos recursos, com pessoas incapazes para os trabalhos agrícolas e porque estava só no mundo, que lhe era economicamente estranho" (Rossi 1897). Com o desaparecimento da comunidade, por volta de 1894, só algumas famílias permaneceriam no local como agricultores. Os anarquistas se espalharam pelo Brasil, desenvolvendo sua militância nos sindicatos e na imprensa libertária. Giovanni Rossi, depois de viver no sul do Brasil, onde incentivou a criação das primeiras cooperativas rurais, regressou à Itália. Nos seus livros, *Cecilia*, *Comunità Anarchica Sperimentale* e *Un Episodio D'Amore nella Colonia Cecilia*, bem como em inúmeras cartas, Rossi faz um balanço dessa experiência comunitária, que poderia valer também para as Colônias do Saí e Palmital:

Deves compreender bem isto: que quando uma comunidade, seja agrícola, seja industrial, não tem capacidade e meios de produção suficientes, os seus membros passam melhor, pelo menos aqui, explorados como assalariados dos capitalistas. Esta, para mim, foi a causa verdadeira que preparou, pouco a pouco, a dissolução da Cecília. (idem)

Note-se que Rossi sublinha o fato da dissolução da Colônia em meio às dificuldades de vária natureza, o que não significa ter avaliado o experimento em sua dimensão temporal e social enquanto fracasso. Tal é evidente em artigo de sua lavra, em Dezembro de 1916, no periódico *L'Università Popolare*:

Para mí, que forme parte em ella, la Colonia La Cecilia no fué un fracaso... Ella se proponía un objeto de carácter experimental: darse cuenta si los hombres actuales son aptos para vivir sin leyes y sin propiedad individual....Hasta aquel momento, a la exposición doctrinaria de la anarquía, se objetaba: 'Son ideas muy bellas, pero impracticables para los hombres actuales'. La Colonia Cecilia demostró que un centenar de personas, en condiciones económicas más pronto desfavorables, habían podido vivir dos años, con escasas diferencias y una satisfacción recíproca, sin leyes, sin reglamentos, sin jefes, sin, códigos, bajo el régimen de la propiedad común, trabajando espontáneamente para la comunidad.... El resumen, opúsculo publicado con el título Cecilia, comunidad anarquista experimental, conduce a esta conclusión. Fué redactado por mí y aprobado por la unanimidad de los colonos. (apud Armand 1982: 14)

Neste ponto é razoável pôr em tela a discussão proposta em Max Nettlau, afirmando a reflexão de Irving Horowitz que ao referir-se à pertinência da visão de mundo libertária destacava que não se poderiam avaliar as utopias anarquistas desde o ponto de vista do êxito, uma vez que são os próprios anarquistas a rechaçarem esta ótica ao buscarem uma vida alternativa com base em outros valores, na direção da formação de um novo homem e uma nova mulher (Nettlau 1991: 4).[\[13\]](#)

Sobre sua autoreflexão acerca do experimento comunitário e de sua idéia de socialismo anárquico experimental, o estudo de Salvo Vaccaro sobre os textos de Rossi, em particular do escrito de 1895 *Il Paraná del secolo XX* [\[14\]](#), ajuda a situar o pensamento de Rossi no tempo:

Senza dogmi teorici, senza soluzioni preconstituite, anzi con notevoli iniezioni di autoriflessioni sui limiti e di autocritica sugli effetti della sperimentazione concreta (e non letteraria), Rossi, dopo vent'anni di utopia vissuta e praticata, riesce a trarre lucidi giudizi intorno ai deficit di un progetto sperimentali in ambienti sfavorevoli.

VI - A repercussão da Colônia Cecília na imprensa anarquista de Portugal

As pesquisas realizadas indicam grande repercussão do experimento comunitário da Cecília, ainda que o tratamento seja diferenciado. Nas edições de 1891 do periódico italiano La Reivindicazione encontram-se artigos críticos a Rossi, em particular de Errico Malatesta (18 de Março de 1891), para quem Rossi, no Brasil repete tardiamente, quando o problema social reclama soluções urgentes e gerais, os experimentos de diletantes, à maneira dos precursores do socialismo na primeira metade do século XIX. Os revolucionários, diz Malatesta, estes sim, permanecem em seu posto de combate. Já em França, a repercussão é de outra natureza, como se pode observar da leitura de vários artigos nos periódicos La Revolte, Revue Liberaire, Les Temps Nouveaux, referidos por Jean Maitron em sua história do movimento anarquista francês. Na Argentina e Uruguai encontram-se artigos referentes à Colônia Cecília e, em Buenos Aires, deve-se ao anarquista catalão José Pratt a tradução, em 1896, de Un episodio d'amore nella colonia Cecília, além dos testemunhos de José Batlle y Ordoñez, um saintsimoniano em visita à Cecília. Nos países de língua alemã a obra de propaganda da Colônia é realizada por Alfred Sanftleben que a partir de 1894 publica textos de Rossi em vários periódicos de língua alemã (Socialist, de Berlim, Zukunft, de Viena, Freiheit, de Nova York) e em 1897 publica uma tradução integral de Cecília, Comunitá Anarchica Sperimentale, incluindo comentários de várias personalidades da época, e alguns contraditando o experimento.[\[15\]](#)

O jornal anarquista de Lisboa, A Revolta, dá a conhecer a seu público em 1893, as notícias que chegam diretamente do Brasil via imprensa anarquista de Barcelona e da Argentina, através dos jornais El Productor, La Revolte e El Perseguido.[\[16\]](#)

Assim observamos em várias edições do periódico as referências ao episódio da Colônia Cecília em notas que situam o leitor em relação à experiência libertária praticada no sul do Brasil, desde a localização, clima, disposição das casas e arranjos de equipamentos coletivos:

A 17 kilometros da pequena cidade de Palmeira, no Paraná, Brasil, e a 900 metros acima do nível do mar, está situada a colônia socialista-anarquista Cecília, numa superfície de 278 hectares, pouco mais ou menos. O clima é bom, nem demasiado frio, nem demasiado quente. A aldeia, que se compõe de 22 casas de madeira e de armazéns, cozinha, refeitório e currais a 200 metros d'aquellas, chama-se – Anarchia.

Falam do pioneirismo e do limite numérico de adesão, ao menos masculina, o que evidencia as dificuldades de provisão mínima de subsistência na Colônia.

É a primeira colônia anarquista que se fundou. Recebe muitos jornais anarquistas, mas solicita de todos os das línguas italiana, francesa, espanhola, inglesa e portuguesa, que lhe enviem exemplares de cada número. Presentemente só pode receber dois ou três sapateiros, sem família, um serralheiro e algumas mulheres livres de preconceitos. Os impacientes, porém, que não quiserem esperar que as circunstâncias permitam recebê-los, podem ir, e fundar perto de Cecília uma nova colônia anarquista, levando tudo que lhes pareça necessário.

Informam sobre o cultivo da terra, pequenos arranjos industriais, alimentação, habitação, educação das crianças, dificuldades materiais e culturais de adaptação, sacrifícios pessoais diante da natureza inóspita e das hostilidades do meio:

Além de cultivarem a terra, os nossos camaradas teem uma pequena indústria – sapataria, carpintaria e tanoaria, e tratam de instruir as crianças nos nossos justos princípios. A vida que levam é uma vida de sacrifícios, porque lhes faltam muitas coisas úteis, e bem difficilmente se habituam a isso os que estavam acostumados à vida fácil das cidades. A sua alimentação consiste em pão, batatas, arroz e legumes, e carne de porco, de tempos a tempos.

Ainda que as narrativas da experiência comunitária apresentem o quadro de dificuldades, estas não são dadas como incontornáveis e os anarquistas de Lisboa e do Porto, agrupados em torno do jornal A Revolta, e aceitando a apreciação de seus congêneres argentinos e espanhóis, destacam como exemplo anarquista praticado na Cecília, o modo de vida livre, o apoio mútuo no trabalho, a ausência de chefia ou de outra autoridade, a ausência de mecanismos de força, de regras, como se vê aqui :

Fundada em Abril de 1890 por 8 camaradas; reconstituída em Junho de 1891, esta colônia compõe-se atualmente de 66 pessoas, as quais vivem uma vida completamente livre, sem nenhuma lei, sem nenhum regulamento, numa palavra, sem nenhuma autoridade; trabalhando cada uma segundo as suas forças, guiada tão somente pelo desejo de ser útil.

Os relatos das dificuldades materiais, do meio e das gentes, transborda para as dificuldades nas relações interpessoais, tema onde o jornal é cuidadoso no trato, responsabilizando a presença feminina como supostamente portadora dos preconceitos da ordem burguesa:

Muitos membros da Colônia, as mulheres principalmente, não estão completamente emancipados dos preconceitos burgueses, e isto levanta pequenos desaguisados, sem contudo perturbar a harmonia, que é bem melhor do que em qualquer família da sociedade burguesa.

A afirmação pouco veraz do quadro de harmonia da Colônia e a certeza de futuro assegurado parece ser o justificado caminho para conquistar adesões entre os anarquistas de Portugal a quem os da Cecília

recorrem em busca de contribuições para o fomento da Colônia. Afinal tratava-se desde logo da prática deste lado dos valores do internacionalismo e da solidariedade diante de um empreendimento que ao longe fazia sua propaganda do ideal pela ação:

O futuro da colônia está assegurado, mas por agora ainda não podemos ajudar a propaganda, como era nosso desejo. Contamos fazê-lo mais para diante, se conseguirmos estabelecer aqui indústria produtiva, para o que decidimos, emitir entre os nossos camaradas ou grupos, ações de 5\$000 réis cada uma, reembolsável pouco a pouco, depois de três anos. E se previne que Puy Mayol não tem nada com a Colônia.

Os jornais *El Productor* e *El Perseguido* demonstram seu apoio à experiência de Rossi, sem no entanto deixar de advertir os leitores para os paradoxos ou as ambigüidades que advém de tal empresa, fazendo coro neste sentido às discussões em curso nos círculos anarquistas europeus acerca das contradições presentes desde sempre nas experiências comunitárias, inclusive a idéia de 'colônia' que alguns julgam imprópria, pela alusão e proximidade no tempo e no espaço com as colônias de exploração e de povoamento, matriz das políticas de governo na América Latina:

Uma tão diferente ordem de coisas, como é uma sociedade anarquista, não pode subsistir dentro do mundo velho, tirânico e explorador; tudo que é exequível depois da revolução social, é impossível hoje; enquanto um ensaio qualquer não adquire proporções, não é raro a tolerância social, máxime verificando-se o ensaio em territórios afastados e despovoados, mas assim que adquirir importância, a pata autoritária aniquila a empresa e apodera-se de tudo, com pretextos vários.

O jornal *La Revolte*, na mesma senda da crítica conceitual ao empreendimento, observa seus limites quanto à realização anarquista em seus fundamentos, o que não impede de efetivar apoio aos camaradas da Cecília, inclusive intermediando em Barcelona a coleta de fundos:

A falta de recursos de que esta se dá vê-se do apelo de fundos dirigido pelos colonos de Cecília aos seus irmãos da Europa – não tardará a lembrar aqueles que, sem esperança no futuro, vão procurar, longe da civilização, um solo livre onde realizem suas concepções duma sociedade melhor – que na sociedade atual, onde tudo se encadeia, é impossível a qualquer tentativa, por mais isolada que seja, subtrair-se completamente à sua funesta ação; a burguesia em toda a parte, detém o solo, os produtos e os meios de produção, e pesa, como todo o seu peso, sobre os que querem fugir-lhe. Toda tentativa anarquista não pode ser inteiramente anarquista, pelo fato de, ao seu lado, subsistir a organização burguesa que a domina.

Acrescenta ainda, transcrevendo um jornal francês, espécie de corolário à sua apreciação crítica: “O que é possível em grande, não é necessariamente em pequeno, ou reciprocamente. Foi o erro de Cabet, de Fourier, de Considérant, ter crido na experiência racional duma idéia, que exige para ser realizada, a refundição moral de toda a sociedade antiga”.

Por sua parte, o jornal *El Perseguido* avalia

que a Colônia terá de passar por muitas vicissitudes e de sofrer muitos desenganos, porque não produzindo todo o necessário, tem de comprar vários artigos ou de passar sem eles, e comprando-os, paga-los-á mais caros e está obrigada a sofrer, como nós, a exploração do homem pelo homem; e que é mister que o comunismo anárquico entre na posse de tudo, para que dê resultados satisfatórios.

Considerações finais

Las ideas que me tienen poseído no me dejan descansar... Debemos mirar hacia la esperanza y yo sólo la veo en una dirección: en el camino de la Revolución: todo lo demás no importa....

William Morris

O historiador inglês E. P. Thompson em suas inúmeras lições sobre a história desde abaixo, advertia ao vasto campo da história social para o fato de que quase sempre somente se recolhe o que triunfa, e no sentido daquelas aspirações que prefiguram desenvolvimentos posteriores. As causas perdidas, os caminhos mortos e os vencidos são olvidados. Thompson, em sua extrema sensibilidade, compõe uma história em busca dos vestígios da experiência olvidada do humilde tecelão, do artesão utopista e assevera que, embora se possa considerar que seus ideais humanitários fossem pura fantasia e suas conspirações revolucionárias infantis pretensões, nos alerta a todos para o fato inolvidável: eles viveram aqueles tempos de agudos câmbios sociais e suas aspirações ganham validade à luz de sua singular experiência. Aos que caíram vítimas da história, em vida condenados, não devem permanecer nesta condição. Outra vez o historiador alerta para o fato de que não deveríamos ter como único critério de juízo, no exame das ações dos homens do princípio da industrialização, as realidades posteriores, posto que em algumas das causas perdidas dos homens e mulheres do século XIX é possível desvendar uma profunda compreensão dos imensos males sociais que ainda estão por sanar.

Os comunitaristas owenianos (como outros) foram fecundos em idéias e experimentos prefiguradores de posteriores ensaios na educação das crianças, nas relações entre os sexos, na instrução em geral na moradia e na política social. Idéias que não estiveram circunscritas apenas aos limitados círculos intelectuais; são trabalhadores manuais de ofícios vários – tecelões, alfaiates, tanoeiros, canteiros que se mostraram dispostos a arriscar, ao menos por um tempo, seu meio de vida, para provar na

prática estas idéias, hauridas principalmente das prédicas nos acanhados salões das mutualistas e das leituras coletivas do "enxame" de periódicos que traziam o novo vocabulário da esperança e da justiça, gestando, o que terá sido a grande conquista espiritual do período de formação da classe operária: o internacionalismo como campo de ação e a autoconsciência coletiva.

O povo trabalhador não deveria ser contemplado apenas como uma imensa multidão de derrotados, posto que em seus experimentos alimentou, com imensa fortaleza de ânimo, a árvore da liberdade. (Thompson 1987)

A história das idéias socialistas no Brasil é bem mais longa e rica que o registro historiográfico feito sobre elas. Necessário, pois, reconstituir suas múltiplas experiências que vão das manifestações do socialismo romântico e das utopias por volta de 1840, quando Vauthier, Derrion e Mure contribuem para divulgar as idéias de Fourier e se começam a dar os primeiros passos para a criação da Colônia do Saí e Palmital, em São Francisco, Santa Catarina, e vão ganhando cada vez mais importância com a chegada de exilados da Comuna de Paris (1871) e dos anarquistas italianos que criaram a Colônia Cecília (1890), a que se juntaram, no final do século XIX, outros trabalhadores anarquistas espanhóis e portugueses.

O estudo e análise da ação destes imigrantes e dos brasileiros que a eles se reuniram, principalmente na primeira década do século XX, é condição de possibilidade para apreender a riqueza dos registros históricos firmados através de uma imprensa social combativa que, aliada a outros mecanismos de auto-educação, constrói no Brasil a via de um sindicalismo autônomo e de ação direta que marcaria as lutas sociais e a criação de uma cultura operária anti-capitalista no país.

A idéia de experimentar novas soluções societárias, que resultaram em muitas comunidades no Novo Mundo e que no Brasil originaram o projeto do Falanstério do Saí e do Palmital e da Colônia Cecília, prolongou-se ainda em outras experiências, menos documentadas, como a da Comunidade Futuro, no Avaí, que por volta de 1910, reuniu naturistas e utópicos austríacos e alemães, e a tentativa malograda do anarquista e esperantista francês Paul Berthelot de criar uma comunidade no interior do Brasil, junto aos índios de Goiás, onde morreu em 1910.

Ao testar novas formas de associação, produção e relacionamento humano esse socialismo experimental foi deixando claro que a reorganização da sociedade talvez fosse mais complexa e difícil que o otimismo de muitos no século XIX pretendia. Se em algum lugar inóspito longe do Estado e das poderosas instituições econômicas e sociais, os companheiros de utopia não conseguiam fazer vingar seu projeto de uma (pequena) nova sociedade, isso merecia uma análise cuidadosa. Poucos atentaram a este problema dentro do movimento socialista que começava a ganhar corpo.

Giovanni Rossi, com seu espírito curioso e metódico, dedicou uma atenção especial ao problema, já que para ele a Colônia Cecília era a concretização desse socialismo experimental que iria testar as idéias de reorganização social. Suas análises valem, em grande medida, para as diversas experiências comunitárias realizadas na época, mas que poderia aplicar-se às experiências feitas no nosso século.

Rossi reconhece que a raiz dos problemas que inviabilizaram as chamadas comunidades utópicas do século XIX não reside apenas nas formas de organização e produção e na relação entre essas experiências isoladas e a sociedade e a economia envolventes. Embora ele detalhe problemas como a falta de capital, recursos, experiência de trabalho, impossibilidade de definir pactos de cooperação etc, muitos dos insucessos poderiam ser atribuídos à condição humana ou, se quisermos usar outras palavras, aos condicionalismos psicológicos e culturais dos participantes dessas experiências.

Superar as tendências agressivas, egoístas, o poder, o ciúme, ou o espírito de concorrência, num grupo humano é bem mais complexo que a adoção de uma engenharia falansteriana ou de um ideal libertário. Foi o que mostraram, de forma clara, as comunidades fourieristas, comunistas e anarquistas, deixando como lição que os processos de reorganização da sociedade e a criação de uma nova economia social pressupõem mudanças radicais na cultura, nos comportamentos e nas mentalidades, que, possivelmente, exigem largos prazos que dificilmente são compatíveis com as necessidades urgentes do cotidiano produtivo e afetivo de um grupo humano.

De forma mais trágica, comprovou-o, no século XX, a macro-experiência do chamado "socialismo real", deixando claras as dificuldades de uma ampla e profunda reorganização social. Se os utopistas do século XIX resistiram aos seus fracassos e muitos aprenderam com eles, os fracassos do século XX, pela sua dimensão social e dramaticidade humana, resultaram na atual descrença generalizada na própria viabilidade de uma reorganização profunda da sociedade moderna e na perda do espírito utópico.

Após mais de 150 anos de tentativas de socialismo experimental, para usar o termo de Giovanni Rossi, impõe-se àqueles que, social, política e intelectualmente, estão insatisfeitos com a realidade do mundo, retomar a herança da utopia e esperança dos primeiros socialistas. Mas, acima de tudo, sua capacidade de experimentar, sempre reafirmando sem desânimo, após cada aparente fracasso, a idéia de que o homem e a sociedade podem ser diferentes. Radicalmente diferentes.

[Anexo I adelaide.anexoI.htm](#) – Comunidades da utopia social na América Latina do século XIX

[Anexo II](#) – Uma bibliografia para o estudo das comunidades utópicas e os primórdios do socialismo no Brasil

Notas

[1] O texto ora publicado, corresponde, com alterações, ao da Comunicação apresentada no Colóquio “Ilhas da Utopia” (Lisboa: Livraria Ler Devagar, Outubro/2004). Este trabalho participa das investigações em curso no estágio pós-doutoral realizado em 2004/2005 no Instituto de História e Teoria das Idéias da Universidade de Coimbra, com o apoio da CAPES/MEC.

[2] Sobre o período em Pernambuco há uma vasta literatura. De Manoel Correia de Andrade destacam-se os estudos: A Guerra dos Cabanos (1965), As Sedições de 1831 em Pernambuco (1956), Os Estudantes de Olinda e a Setembrizada (1953), Movimentos Nativistas em Pernambuco (1971), entre outros.

[3] Jornal “O Carapuçeiro”, Recife, No. 45, Outubro de 1839.

[4] Diário de Pernambuco, 11/08/1830 (*apud* Veiga 1981: 85).

[5] A este respeito consulte-se Frieiro, 1946. Sobre bibliotecas e livreiros na região de Minas Gerais, ver Moraes, 1979.

[6] Veiga 1981, vol. II: 228. Dunnoyer, mais tarde, adota teses antidemocráticas absolutistas expressas em “De la Liberté du Travail” (1845).

[7] Veiga 1981, vol. II: 264. Ver também os trechos do editorial d’ *O Carapuçeiro* (n.º 40, 1839), “O Industrialismo” e o texto d’ *O Sete de Setembro* (n.º 17, 1845). Registre-se a divergência de apreciação do pensamento de Lopes da Gama, entre Gláucio Veiga e Amaro Quintas. Este “enxergaria antecipações marxistas” em Lopes da Gama, caracterizado como “um verdadeiro precursor da teoria das lutas de classes”, o que é liminarmente descartado em Veiga.

[8] Para uma visão acerca da produção de livros em França, a situação da imprensa, os problemas com a censura consultar o estudo de Charle, 2000; em particular sua Primeira Parte “El ‘Tiempo de los Profetas’, 1815-1860”, assim como o ítem “La Comunidad de los intelectuales europeos: Exilio, viajes, intercambio”.

[9] “Adeus ao Sr. Vauthier”, Revista *O Progresso*, Recife, 19/11/1846.

[10] Para um maior conhecimento da biografia de Michel Derrion, consultar Gaumont 1924 e 1935.

[11] Para maiores informações sobre este período da vida de Jules Mure, consultar o texto biográfico de Sophie Liet, publicado em apêndice ao livro póstumo *Le Médecin du peuple*. Paris: J. B. Baillière, 1883.

[12] A primeira edição é de 1878 (Milão: Bignami), a segunda de 1881 (Livorno), a terceira traz um prefácio de Andrea Costa em 1884 (Brescia: Tipografia Sociale Operaia) e a quarta de 1891 (Livorno: Favilinni).

[13] Nettlau refere-se ao estudo de Horowitz 1975: vol.1, 15-16).

Arte e utopia: a condição im-possível do exílio

Fernando José Pereira

(Universidade do Porto)

Citação: Fernando José Pereira, "Arte e utopia: A condição im-possível do exílio", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X

<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>

A actual produção artística, a chamada arte contemporânea, debate-se com problemas de fundo que lhe advêm do seu estado de interioridade compulsiva.

As alterações introduzidas pelo alargamento territorial apresentaram-se, também, propícias a uma quase total desfiguração das premissas essencialistas de ultrapassagem espacial – a famosa noção de “expanded field” avançada a partir dos anos sessenta encontra-se agora institucionalizada na prática “normalizada” da instalação. A cumplicidade hoje existente entre as várias componentes identificadoras da instituição artística e os mecanismos de socialização do sensível permite reconhecer a actualidade como praticamente isenta da potencialidade desejante da utopia. O pragmatismo dos níveis de audiência, a corrida desenfreada pela espectacularidade e sucesso mediático, e, finalmente, a ideia de que a pluralidade é o registo da ausência da ideia vanguardista, potenciam uma espécie de aporia que se apodera das situações tornando-as perigosamente acrílicas e inócuas. O registo desejante e utópico parece afastado para premissas temporais passadas. O que fundamentalmente nos interessa é questionar ou, pelo menos, proceder à tentativa de identificação desta constatação. Intencionar e entender os porquês de uma apatia doentia. O “algo que falta” a que se referia Ernst Bloch e que potencia o desejo parece ter sido substituído pela aporia, aquela espécie de contingência que impossibilita a possibilidade e é, curiosamente, aceite de forma voluntária.

A ideia de que a utopia e todos os seus desenvolvimentos passados se apresentam como essência do problema, isto é, a noção generalista de que os desenvolvimentos vanguardistas estabelecem um paralelismo claro com as práticas utópicas e totalitárias do séc. XX – veja-se Arthur C. Danto – revela-se, antes de mais, como uma forma simplificada de solucionar o problema. Para nós a solução encontra-se numa desmontagem mais aprofundada da questão utópica e, talvez aí, se encontre uma proposição desejante que permita a reintrodução das suas premissas nas estruturas de pensamento artístico contemporâneo.

Diz, com a ironia que o caracteriza, Luís Castro Nogueira: “É notório que não tenha havido até agora nenhuma utopia que seja das razões mas apenas da Razão.” (Nogueira, 1986: 70 – tradução minha) O que este teórico espanhol está a referir com clareza é a permanência, quase absoluta, no pensamento utópico de uma tradição iluminista que opera no seio da Razão. O que parece ser apenas uma questão linguística revela-se, contudo, bem mais complexa.

Classicamente as ideias de utopias têm sido imaginadas como ilhas, enclaves ou colónias: espaços delimitados (Anderson 2004) mas que têm a particularidade de ser exteriores. O que fazer em época de interioridade compulsiva? Parece ser já um lugar comum a ideia pragmática e aparentemente distópica de que nada é possível fazer. Dizia-nos Jean François Lyotard, há já uns anos atrás, que o capitalismo não era introdutível no seu esquema de falência das grandes narrativas exactamente por se apresentar como algo inerente à condição humana. As situações entretanto criadas puderam ser testemunhas de um fechamento evolutivo potenciado pela sua paradoxal expansibilidade. O prognóstico marxista de que o capital entraria em crise quando se deparasse com a sua impossibilidade expansiva aí está para o provar.

Pareciam ter passado os dias das convulsões sociais, dos antagonismos violentos, Fukuyama vaticinou o final da História. Mas cedo se arrependeu. Os acontecimentos recentes fundaram uma nova fase que se caracteriza por um realinhamento estratégico das variadas oposições em jogo. Uma coisa é, contudo, certa: a modernidade constitui-se, como afirma o sociólogo polaco Bauman, como fundamentalmente líquida, isto é, não adaptável a esquemas rígidos de pensamento ideológico e, pelo contrário, de uma grande permeabilidade a todas as estruturas de penetração, agora, endógenas. A crise do capitalismo tardio manifesta-se nesta falta de se manifestar. Aparentemente as questões são sempre outras.

Encontramos, então, uma situação de ilusório apaziguamento, aquela acalmia a que se refere Fredric Jameson no seu texto intrinsecamente dedicado à questão da utopia e assim designado. Refere-se o autor americano a estes períodos como aqueles em que as potencialidades do pensamento utópico se desenvolver se encontram mais sensíveis. Talvez o nosso tempo e o nosso espaço estejam em condições propícias para a produção destes pensamentos. É o mesmo autor que refere: “Já sugeri que o

pensamento da totalidade – o sentimento urgente da presença em nosso redor de algum sistema globalizante que ao menos possamos nomear – tem o benefício palpável de nos obrigar a conceber, pelo menos, a possibilidade de sistemas alternativos, algo que agora podemos identificar como o nosso velho amigo: o pensamento utópico.” (Jameson 2000: 70 – tradução minha)

Se as possibilidades de distanciamento exterior se quedam, então, pela impossibilidade, elegemos a possibilidade do desejo como única forma de continuar a manter distanciamento da condição aporética da apatia.

Propomos, então, uma posição de questionamento do problema da utopia. Como atrás vimos, este não é de fácil resolução, posicionando-se como uma das noções que fracturam a sociedade - daí que exista, também, uma necessidade de explicitação daquilo que pretendemos ao convocar tal noção.

Antes de mais, é necessário que se esclareça o equívoco que povoa, tantas vezes, o imaginário social quanto à existência de uma antinomia entre utopia e distopia, que poderá corporizar um desvio relativamente à oposição que nos interessa focar: utopia vs. aporia. São noções que não se afirmam como pólos de uma mesma condição. Colocam-se, antes, na mesma linha de distanciamento que Deleuze propõe, no seu livro sobre Sade e Masoch, para a pretensa relação entre as duas noções.^[1]

Torna-se necessária esta distinção entre utopia e distopia, por ser, erradamente entendida, como uma oposição que se afirma, inclusive, no âmbito do político. Ora tal, efectivamente, não acontece.

A grande diferença e factor de distanciamento existente entre a noção de utopia e distopia prende-se com o carácter não narrativo da primeira, aqui sim, oposto à opção narrativa da segunda. A utopia fundamenta-se em mecanismos de construção dos desejos de liberdade – em seu nome tantos crimes foram, entretanto, cometidos. O mecanismo configura, de certa forma, a fonte operativa do totalitarismo, veja-se Kafka, por exemplo – que se afasta de configurações narrativas de programas visíveis a curto prazo. O que, aliás, faz a noção de distopia ao promover narrativas de catástrofes, inibidoras do desejo de mudança.

Pretendemos provar a não oposição entre as duas noções por distanciamento de posições, o que implica, antes de mais, uma revisão dos antagonismos sempre necessários à sua existência. Neste momento interessa-nos a determinação da validade da utopia frente à aporia, uma vez que esta se afirma de forma tangível como oposição verdadeira àquela.

Situamos a utopia no campo das possibilidades em aberto pelo desejo. Ao proceder desta forma estamos a encaminhar a nossa argumentação para o campo da psicanálise. Aqui, a questão da utopia é necessariamente olhada de uma perspectiva diferente que, contudo, nos interessa.

Para a visão psicanalítica, nomeadamente a visão lacaniana, a relação que é possível estabelecer com a utopia é impossível. Existem demasiadas condicionantes que não permitem a sua adopção. A questão central levantada por esta ciência prende-se, não com a hipótese utópica, mas antes, com o seu potencial resultado. Têm do seu lado variados exemplos históricos que confirmam a tendência que o pensamento utópico – aquele que se liga à Razão – tem para a produção de sistemas totalitários de pensamento, e potenciam, nos factos, a construção de uma teoria que se opõe, por completo, ao modelo único de pensamento. Mas não quer dizer que a opção seja realizada em torno do modelo aporético. Pelo contrário, existe para a escola de pensamento lacaniano a constatação da aporia como causa directa da situação de apatia e presente perpétuo em que nos encontramos.

O que nos propõem é, antes, uma teoria que pelas suas especificidades se apresenta como pós-utópica. O que isso significa é o que veremos seguidamente.

Lacan entendia a noção de utopia como uma dificuldade que, pelas suas implicações sociais, se apresentava como uma muito problemática área.

Segundo a visão que a psicanálise nos propõe, existem algumas premissas fundamentais para que estejam criadas as condições de aparecimento do que designa por sonho utópico. A principal delas é a instabilidade social que, a partir da sua insurgência potencia o conflito e, como tal, o antagonismo. Surge, então, a necessidade de ultrapassagem da contingência e a utopia apresenta-se como solução. Simplesmente, na visão lacaniana, a utopia, que como vimos se gera no interior do conflito, produz sempre o seu negativo que se apresenta como elemento perturbador e, como tal, necessariamente alvo de eliminação. Daí a consagração de todos os pretensos sonhos utópicos que são conhecidos e tornados realidade – nazismo e estalinismo corporizam esta vertente no século XX – pela eliminação do antagonismo.

O argumento psicanalítico é iniciado a partir da constatação de que só existe fantasia devido a uma deslocação real da situação de antagonismo projectada em termos sociais: “Fantasy negates the real by

promising to 'realise it', by promising to close the gap between the real and reality, by repressing the discursive nature of reality's production" (Stavrakakis 1999: 107).

É sabido que para Lacan o real é o impossível, daí que a enunciação, mesmo que fantasiosa, da sua realização, apareça aos seus olhos problemática. Ou seja, para Lacan a impossibilidade é a afirmação do político. Essa impossibilidade corporiza-se em sistemas que evitam a fantasia. Teoricamente a democracia, mas também, perigosamente, o pragmatismo liberal. A argumentação de Derrida em torno da ideia de impossibilidade vem colocar algo de novo nesta proposição lacaniana. Para o autor francês a impossibilidade apresenta-se, também, como ponto de partida, nomeadamente, do político. Mas em latitudes divergentes, aqui a impossibilidade abre a hipótese de possibilidade. O que esta proposta quer introduzir na sua intencionalidade desconstrutiva é a carga desejante que a negatividade do impossível incrementa. A alteração lexical para im-possível transfigura-a em positividade. Ao contrário da aporia, a condição desejante da utopia introduz a dualidade constitutiva de im-possibilidade da possibilidade. Por certo um desafio, de certeza uma condição necessariamente experimental. Uma contingência de proximidade entre as práticas artísticas e o pensamento político contemporâneos.

A argumentação psicanalítica apresenta-se, aparentemente, como oposta à proposição de Jameson. Se os primeiros vêm o conflito e o antagonismo como fonte essencialista da ideia utópica já o segundo nos avisa da sua maturação em períodos de acalmia política. Em nosso entender ambas as posições contribuem para a desmontagem contemporânea desta noção. A grande diferença entre as duas propostas encontra-se na sua condição de viabilidade. A escola lacaniana preocupa-se estritamente com os resultados e tem do seu lado, como verificámos, todo o manancial de acontecimentos que povoaram dramaticamente o século XX. Jameson propõe, apenas a possibilidade desejante. Não como enunciação de solução mas, antes, como hipótese em aberto. Deve referir-se, também a este propósito, o excelente contributo fornecido pela dupla de investigadores políticos Chantal Mouffe e Ernesto Laclau em torno da sua noção de democracia radical. Uma potenciação da incompletude do sistema democrático através da exaltação da condição antagonista como essência sistemática.

Os factos apresentados como resultados dos sonhos utópicos podem ser contestados, à luz da noção que defendemos. Mais uma vez, a questão central da pretensa confusão existente entre os produtos atribuídos ao sonho utópico passa pela argumentação errada da noção de totalidade. Esta foi sempre apresentada como resultado completo de uma necessidade de harmonia colectiva. Aqui se encontra o problema, pois não existe qualquer possibilidade de harmonia colectiva, por várias razões, que vão desde a característica humana para o antagonismo e a diferença, até à sua necessária repressão e eliminação. Contudo, devem poder co-existir possibilidades – e esta é, como temos vindo a insistir, a palavra fundamental – de organizar o sonho utópico fora do centralismo totalizador e que mantenham uma relação com a noção de totalidade que as distancie da anterior. A noção de diferença, como corolário da substituição do centralismo, propõe uma relação não quantitativa com a realidade potenciadora do antagonismo. A opção passa, então, pela constituição de pequenos grupos que produzem uma identidade própria baseada na sua diferença, mas que logo se transforma, novamente, por afirmação separatista em outra identidade, isto é, em diferença. O problema mantém-se nas dualidades que se revertem mutuamente. O caso mais extremo da dualidade estará, curiosamente, na face do próprio capitalismo tardio e da sua actual expansão totalizadora. Implementada segundo propostas de sonhos de identidade propulsoras de diferenças, o fomentar das necessidades do mercado e a moda são produzidas, deste ponto de vista, de acordo com as premissas da, tão criticada, utopia. Daí o carácter fragilizado da denúncia do sonho utópico como forma, unicamente, totalitária.

Trata-se, então, da questão central da possibilidade e da sua estruturação como im-possibilidade e jamais interessada na paradoxal construção tangível do sonho, isto é, obviamente a negação da intencionalidade desejante.

Uma possibilidade não negligenciada em favor de propostas datadas. Uma reconceptualização da noção de utopia, despida de toda a carga negativa que lhe foi sendo incorporada. Uma adaptação a um presente que, exactamente, por se afirmar eterno, necessita de ser repensado em termos de desejo de mudança. Obviamente, no interior de um pensamento democrático que pela sua natural característica de incompletude (Laclau 1996) se apresenta como o mais interessante. Ou seja, do ponto de vista lacaniano, uma possibilidade pós-fantasmática, que afaste, de vez, a fantasia da harmonia e reconheça todos os mecanismos de antagonismos essenciais à participação e desejo de mudança.

Afirmar o interesse na reconceptualização da noção, em direcção a premissas que a aproximem da sua essência semântica poderá ter um interesse acrescido na sua clarificação contemporânea. Será necessário recordar que a etimologia da palavra se configura como ligada a noções de espaço: topos – lugar; u – não; utopia – em lugar algum (Calinescu 1987). A sua realização, não concretizável, senão ao nível do desejo, transforma-a em uma validade não totalitária. Por que não, então, dar razão a Castro Nogueira quando se recusa a entender a utopia como Lugar mas, antes, como lugares – topoi. Diz este

pensador espanhol que indagar das texturas destes lugares será, sem dúvida, o tema dos nossos tempos.

Mas é, exactamente, o espaço e os lugares que problematizam a relação que propomos para a Arte Contemporânea, no seu desejo de continuar a poder pensar o indeterminismo da sua inclusão e paralisia territorial, isto é, o desejo de uma existência exilada.

A noção de existência exilada é configurada por Jean-Luc Nancy a partir de algumas considerações filosóficas de origem heideggerianas. E que nos interessam como possível ponto de partida para a sua reconfiguração ao campo de que nos ocupamos.

Em Nancy existe uma alteração na noção de exílio, que passa de uma condição de passagem para a situação de não retorno. Para tal, procura exemplificar a noção com o exemplo do Dasein de Heidegger, o ser que consiste na existência humana. Segundo o filósofo francês, o que agora está em causa é apenas a primeira parte da palavra, isto é o ex. A instância, segunda parte da palavra, parece ter sido abandonada a partir da fragmentação efectuada no sujeito, para corporizar uma espécie de exílio, um estar fora de, ex solum, origem latina da palavra que poderíamos actualizar para fora do seu lugar. A noção de existência exilada aparece, então, como um composto semântico, que se afirma univocamente e que, paradoxalmente, se apropria de um carácter positivo que anula o negativismo que se lhe encontra, tradicionalmente, associado. É, aliás, curiosa a relação que existe em termos de proximidade semântica, entre as noções de utopia e exílio: em lugar algum / fora do seu lugar. Escrevemos em texto anterior que o mais fascinante na condição do exilado é a possibilidade de ver de fora (Pereira 1997). Mantemos a premissa. Só que, o ver de fora revela-se impossível nas actuais condições, daí a condição de possibilidade do desejo.

Esta é a condição determinante para a existência da Arte Contemporânea, depois de tantas vezes ter sido decretada a sua morte. Uma espécie de refúgio contra eventuais sentenças de morte – Danto não fala de morte, mas fala de fim – que se manifesta longe da negatividade que lhe é atribuída. Potencia, inclusive, uma possibilidade em aberto de continuidade. Não um regresso, não um interregno, antes, um estar diferido (Foster 1996) que lhe permite a lucidez crítica, isto é, o distanciamento possível para encetar os novos caminhos com que agora se confronta.

O desejo utópico de alcançar a exterioridade – a positividade do exílio baseia a sua estruturação constitutiva na descoberta contínua das texturas dos novos lugares – encaminha o pensamento da arte contemporânea para latitudes distantes da sua condição aporética e endógena. Sabemos que por ter sido confinada a um plano interno – que partilha, aliás, com toda a restante actividade humana – não possui qualquer característica emancipadora, isto é, o grau de independência que lhe permita uma visibilidade externa aos antagonismos da dicotomia necessária.

As premissas que avançamos em direcção a uma utopia de existência exilada só poderão ser, então, compreensíveis se entendidas segundo a perspectiva lacaniana da possibilidade. A utopia que propomos é baseada numa esperança fundada na legitimação democrática que lhe advém da sua recusa intrínseca de eliminação do conflito. Ora, entendida no universo restrito da prática artística, esta condição conflituosa é, antes de mais, a relação complexa que é estabelecida em torno da noção de experimentação. Aqui reside a possibilidade da utopia. A possibilidade de uma existência exilada, isto é, uma existência que por ser extraterritorial – mesmo que e só ao nível do desejo – se apresenta como apta a experimentar e a arriscar.

Ao determinarmos a utopia como possibilidade encontramos argumentos que corporizam o desejo de uma existência num espaço de “extraterritorialidade” que lhe permita um constante distanciamento lúcido perante os esquemas de poder, nomeadamente na actual obsessão com o controlo do imaginário operado a partir da massificação digital. A utopia como possibilidade tenta resolver o problema da existência no exterior, antes de mais, por remeter directamente para o campo das hipóteses experimentais em aberto e não para a consecução de um qualquer projecto fantasmagórico de apropriação do negativo. A noção, segundo a queremos entender, devidamente contextualizada no âmbito das práticas artísticas contemporâneas, propõe o reconhecimento de uma tensão constitutiva e de uma espécie de institucionalização da desarmonia que a torna, sempre, num projecto incompleto, aberto. Quer dizer, utópico.

Notas

[1] - Prova, o autor francês, que não existe qualquer relação entre uma condição e o outra. Aliás nas últimas linhas do seu texto edifica onze proposições para provar a inexistência daquilo que denomina o monstro semiológico do sado-masquismo (Deleuze 1967).

Obras Citadas

Anderson, Perry (2004), “El rio del Tiempo”, New Left Review, nº 25, pp.35-45.

Bauman, Zygmunt (2003), *Modernidad Líquida*, Buenos Aires, Corridor.

Calinescu, Matei (1999), *Five Faces of Modernity*, Durham, Duke University Press.

Danto, Arthur C. (1997), *Después del Fin del Arte – El Arte Contemporáneo y el linde de la historia*, Barcelona, Paidós.

Deleuze, Gilles (1973), *Sade/Masoch*, Lisboa, Assírio & Alvim.

Foster, Hal (1996) *The return of the real*, MIT Press.

Fukuyama, Francis (1993), *The End of History and the Last Man*, New York, Avon Books.

Jameson, Fredric (2000), *Las Semillas del Tiempo*, Madrid, Editorial Trotta.

Laclau, Ernesto (1996), *Emancipation(s)*, London, Verso.

Lyotard, Jean François (1979), *A condição Pós-moderna*, Lisboa, Edições Gradiva.

Mouffe, Chantal & Ernesto Laclau (1985), *Hegemony and Socialist Strategy*, London, Verso.

Nancy, Jean Luc (1996), “La existência exilada”, *Archipiélago*, 26-27, pp. 24-39.

Nogueira, Luis Castro (1986), *Ensayo General para un Ballet Anarquista*, Madrid, Ediciones Libertarias.

Pereira, Fernando José (1997), *3tr*, Beja, Projecto Além da Água.

Stavrakakis, Yannis (1999), *Lacan & the Political*, London/New York, Routledge.

A política regional da União Europeia: uma utopia viável?

Madalena Pires da Fonseca

(Universidade do Porto)

Citação: Madalena Pires da Fonseca, "A política regional da União Europeia: uma utopia viável?", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X <<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>>

1. Introdução: utopias viáveis

Na palestra que proferiu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2001, no âmbito do "Ciclo de Conferências sobre a Utopia", João Teixeira Lopes traçou uma breve tipologia do conceito de *utopia*, a partir de algumas propostas teóricas, antes de se concentrar no que designou de *utopias viáveis*. A utopia viável, na proposta teórica dos pós-modernistas, de Anthony Giddens a Pierre Bourdieu, explicou Teixeira Lopes, acredita que a mudança social é possível, que a história não está predefinida, que existem futuros possíveis, alternativos, que a história é um processo de destruição criativa. Para a utopia viável são importantes a diferença, as minorias, o *Outro* diferente, não necessariamente numa mistura mas numa coexistência multicultural. A utopia viável, pós-moderna, combate os dogmas, revaloriza o quotidiano e, acima de tudo, acredita na acção dos agentes sociais e nas suas capacidades. Ao contrário das utopias clássicas, únicas, as utopias viáveis, pós-modernas, são pluriformes, flexíveis, constróem-se.

Neste enquadramento de Teixeira Lopes, será pertinente considerar a questão da mudança territorial e indagarmos se o equilíbrio regional poderá ser visto como uma utopia viável. A Geografia Económica, nas suas três componentes – teoria, investigação empírica e política –, descreve, explica e planifica o território, avalia o estado do desenvolvimento socio-económico das regiões, analisa a sua evolução ao longo do tempo e constrói cenários para o futuro, visões, utopias através do planeamento e pela intervenção. Não existe uma teoria do planeamento propriamente dita, há, sim, técnicas de aplicação em planeamento que têm como objectivo organizar o espaço de forma mais eficiente e eficaz, em função, esses sim, de modelos teóricos, no âmbito dos quais se desenharam cenários futuros, utópicos.

O presente estudo tem essencialmente um carácter de informação e de divulgação dos mecanismos fundamentais da Política Regional da União Europeia. Para além dos procedimentos regulamentares e de rotinas na realização de projectos de diversos tipos, apoiados pelos Fundos Estruturais, têm-se registado mudanças nos paradigmas teóricos subjacentes à Política Regional da UE, ao longo do tempo, desde a fundação da então Comunidade Económica Europeia à actual União Europeia. Nesse sentido, serão analisadas essas mudanças e o seu significado em termos dos cenários que têm sido desenhados para o futuro da UE.

No actual momento histórico e após o maior alargamento de sempre da UE, procurar-se-á ver em que medida a Política Regional da UE tem explorado os futuros alternativos possíveis, no caminho da utopia viável, uma Europa equilibrada e coesa, económica, social e territorialmente.

2. A Política Regional da União Europeia: origem e objectivos

No espaço que hoje constitui a União Europeia, vive-se em paz e prosperidade há mais de 50 anos. Queremos continuar e consolidar o modelo de desenvolvimento social, mantendo a prosperidade e assegurando a estabilidade. Queremos prosperidade económica, num modelo de crescimento sustentável, respeitador do ambiente e queremos solidariedade e coesão social, com igualdade de oportunidades, sem exclusão. E queremos que esse equilíbrio económico e social corresponda a um equilíbrio territorial. Ora, a UE que conhecemos actualmente apresenta desequilíbrios regionais e assimetrias, algumas herdadas do passado, outras emergentes, de grande dimensão.

A Política Regional não constituiu um dado adquirido na fundação da então Comunidade Económica Europeia, em 1957. Os países fundadores – França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Holanda e Itália - formavam um grupo relativamente homogéneo, não se verificando grandes assimetrias regionais, à excepção da Itália do Sul (*Mezzogiorno*), para a qual se foram projectando planos de desenvolvimento específicos.

Com os progressivos alargamentos para países periféricos, eles próprios com graves assimetrias internas, também os desequilíbrios da Comunidade aumentaram e trouxeram novos problemas ao processo de integração. Ainda que o projecto europeu tenha começado pela vertente económica e que as primeiras metas se dirigissem para a construção do mercado único, a verdade é que os desequilíbrios regionais, económicos, sociais e culturais eram um obstáculo à integração e rapidamente se compreendeu que a eficiência económica pressupunha uma convergência ao nível do desenvolvimento das regiões.

É difícil dizermos quando se iniciou uma Política Regional de facto na UE, até porque a própria Política Agrícola Comum (PAC) e os respectivos Fundos – FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola) –, existentes desde praticamente o início da Comunidade Económica Europeia, possuíam uma componente regional indirecta, na medida em que apoiavam as áreas agrícolas de forma a assegurar às respectivas populações níveis de rendimentos idênticos aos das populações das áreas urbanas e industriais. Da mesma forma, o Fundo Social Europeu (FSE), o segundo instituído também inicialmente, reflecte a preocupação de integração social e, indirectamente, a necessidade de correcção de desequilíbrios regionais com ela relacionados. De qualquer modo, só poderíamos falar de uma Política Regional propriamente dita, a partir de 1975, com a criação do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – já que vão ser claramente explicitados os objectivos da sua aplicação em termos de desenvolvimento das regiões mais pobres pelo apoio das regiões mais ricas.

O carácter utópico da Política Regional surge assim, na sua melhor expressão e num dos pontos fortes do chamado modelo social europeu, quando se aceita como prioridade da UE o apoio das regiões mais ricas às regiões mais pobres, através de mecanismos de transferências financeiras. Com efeito, a Política Regional da UE baseia-se na solidariedade financeira, na medida em que parte das contribuições dos Estados Membros para o Orçamento Comunitário vai das regiões prósperas para as regiões e grupos sociais pobres. Assim, aceita-se que as regiões ricas tenham de suportar os atrasos das regiões mais pobres e “pagar” literalmente a sua promoção. O princípio da *subsidiariedade* constitui o pilar da Política Regional europeia e consiste na aceitação de que as regiões têm de ser solidárias.

A criação progressiva de Fundos Estruturais, com perfis diferentes, visava responder aos problemas dos desequilíbrios nos diversos domínios e foi dando forma à Política Regional da UE, ainda que de uma forma desarticulada e segmentada. Com efeito, inicialmente os Fundos eram geridos e aplicados separadamente e só a partir da reforma de 1989 passaram a ser geridos de forma integrada, em Planos Plurianuais, por países, (Quadros Comunitários de Apoio e respectivos Programas Operacionais, para as chamadas regiões Objectivo 1), para além das Iniciativas Comunitárias.

Poder-se-á mesmo considerar que só a partir de 1986, através do Acto Único Europeu, se estruturou uma Política Regional na UE, com a introdução no texto do Tratado de um artigo específico com o objectivo da coesão económica e social. E seria também só mais tarde ainda, após o Tratado de Maastricht, em 1993, que seria criado o chamado Fundo de Coesão, um fundo estrutural exclusivamente dirigido aos países mais periféricos ao nível do desenvolvimento socio-económico (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) e vocacionado para os sectores críticos do ambiente e dos transportes.

Considerando que as políticas económicas da UE se organizam em torno de três pilares fundamentais – o crescimento económico, a estabilidade e a coesão –, podemos considerar que o principal objectivo da Política Regional se inscreve no pilar da coesão.

A questão crítica, neste momento, é a de saber, porém, até que ponto a Europa tem sido capaz de aplicar as suas políticas económicas de forma eficiente, assegurando o equilíbrio entre os três pilares. Estará a Política Regional a ser apenas um instrumento de distribuição ou a conduzir a um crescimento sustentado e a contribuir para a convergência regional a médio prazo (Rodríguez-Posé & Fratesi 2004)?

É verdade que a Política Regional cresceu com a integração e deverá, no futuro, assumir uma importância ainda maior no quadro da nova UE de 25 países. Também é verdade, porém, que, cada vez surgem mais críticas e mais insistentes, à Política Regional da UE, basicamente porque a evidência empírica tem revelado uma falta de ascensão das regiões mais assistidas e um grande *deficit* de convergência regional aos níveis sub-nacionais (Rodríguez-Posé & Fratesi 2004; Sapir 2003).

A Política Regional da UE é, neste momento a segunda maior, em termos de orçamento financeiro, imediatamente inferior à Política Agrícola Comum, correspondendo, para o período entre 1998 e 2001, a cerca de um terço do orçamento comunitário e a 0,37 % do PIB dos 15 Estados Membros.

3. Os Fundos Estruturais

A Política Regional da UE é aplicada através dos Fundos Estruturais que, actualmente são os seguintes:

- FEDER: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- FSE: Fundo Social Europeu
- FEOGA: Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
- IFOP: Instrumento Financeiro para a Organização das Pescas

Os objectivos dos Fundos Estruturais são actualmente 3:

- *objectivo* 1: Promover o desenvolvimento e ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas;

- *objectivo* 2:
Apoiar a reconversão económica e social de áreas com dificuldades estruturais, por exemplo nas áreas de industrialização antiga em sectores em crise;

- *objectivo* 3:
Adaptar e modernizar as políticas e sistemas de educação e formação e emprego fora das Áreas Objectivo 1.

Há assim dois objectivos com uma componente territorial ([Anexo 1- Mapa](#)), dirigidos para regiões específicas, e um terceiro objectivo dirigido para as populações, no caso para a reconversão do mercado de trabalho.

No actual período de aplicação – 2000/2006 – as regiões Objectivo 1 irão absorver 70% do orçamento dos Fundos Estruturais, cobrindo 22% da população da UE; as regiões Objectivo 2 terão 12% dos Fundos e abrangem 18% da população comunitária, enquanto que o Objectivo 3 irá dispor de 12% dos fundos. O restante orçamento dos Fundos Estruturais destina-se às Iniciativas Comunitárias, para o mesmo período.

A aplicação separada dos Fundos Estruturais levava à existência de sobreposições e foi muitas vezes criticada por falta de racionalidade. Daí que, em 1989, se tenha procedido a uma reforma na aplicação dos Fundos, para além do reforço orçamental dos mesmos (duplicação), facto que evidencia uma crescente importância dada à Política Regional da UE. Essa importância crescente está bem evidente no facto de a PAC ter perdido o seu peso relativo a partir de então, já que até à reforma dos Fundos a PAC correspondia a cerca de 2/3 do Orçamento Comunitário, passando progressivamente a deter uma participação menor, embora correspondendo ainda actualmente a cerca de metade do orçamento comunitário.

A reforma dos Fundos de 1989 reflecte as tendências da época e os resultados do balanço da aplicação dos Fundos Estruturais até então. Progressivamente, foi-se compreendendo que a integração económica e social não podia desligar-se da integração territorial, e a segunda metade dos anos 80 ficaria marcada pelo reconhecimento da importância da coesão – económica, social e territorial – no processo de aprofundamento da integração europeia, cujo princípio seria formalmente introduzido no Acto Único Europeu. Daí decorreu, de facto, a Reforma dos Fundos, que se orientava por um conjunto de princípios: concentração territorial e financeira, programação, parceria, adicionalidade e eficiência.

Nesse contexto, foram definidos os objectivos dos Fundos Estruturais (inicialmente 5, actualmente 3), procedeu-se a um aumento da sua dotação orçamental (duplicação), a uma descentralização administrativa e ao reforço do potencial endógeno de desenvolvimento.

Uma das alterações mais profundas na aplicação dos Fundos foi o aumento da descentralização administrativa, não só resultante da necessidade de racionalizar a sua aplicação, como também com o objectivo de assegurar um maior envolvimento e participação das regiões através do acesso à informação mais eficiente. A administração centralizada dos Fundos levava a que, por vezes, a informação não chegasse às empresas, instituições ou populações das regiões pobres, que nem sabiam dos incentivos.

Basicamente, a nova filosofia de actuação, a partir da reforma dos Fundos de 1989, foi a de apoiar Programas Integrados em vez de financiar projectos avulsos, casuisticamente.

4. Os Quadros Comunitários de Apoio

Os Quadros Comunitários de Apoio – Community Support Framework (CSF) – designam os programas plurianuais de aplicação dos Fundos Comunitários, nas Regiões Objectivo 1, a partir da reforma dos Fundos Estruturais de 1989. Até ao momento houve três períodos de aplicação: 1989/93, 1994/99 e 2000/06. Em Portugal está, portanto, em aplicação o III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III: www.qca.pt).

Os Quadros Comunitários de Apoio estruturam-se segundo Eixos (estratégicos) correspondentes aos objectivos gerais, os quais, por seu turno, integram vários Programas Operacionais (sectoriais ou regionais), com objectivos específicos, desagregados em Sub-programas, com várias Medidas, cada uma integrando um conjunto de Acções. As Acções podem integrar um ou mais projectos e dirigem-se aos beneficiários finais. A cada Programa Operacional corresponde um Complemento de Programação desenvolvido por uma Autoridade de Gestão, que contempla um Plano Financeiro. Todos os Programas são objecto de uma avaliação *ex-ante* para serem aprovados, uma avaliação intercalar e uma avaliação *ex-post*.

O processo para a definição dos Quadros Comunitários de Apoio para as regiões Objectivo 1 passa por uma série de etapas em que se pretende reforçar a componente de adicionalidade da aplicação dos

Fundos. A *Adicionalidade* consiste basicamente no princípio de apoiar projectos para os quais os Estados Membros têm capacidade técnica e financeira, servindo os Fundos Estruturais para levar mais longe, “acrescentar algo” às metas estabelecidas se se recorresse apenas aos recursos nacionais. Assim, cada Estado Membro deverá definir o seu plano nacional de desenvolvimento (que entre nós tem tido as mais diversas designações) onde se reconhecem as prioridades e se desenham cenários desejáveis, estabelecendo metas e cenários alternativos caso o respectivo Estado consiga obter o apoio comunitário – dos Fundos Estruturais – para os quais tem capacidade técnica de gestão e aplicação. Esses cenários alternativos, com o apoio comunitário constituirão as *utopias viáveis* de cada Estado Membro.

5. As Iniciativas Comunitárias

A descentralização trouxe porém o risco do aumento da competitividade e concorrência muitas vezes com as regiões mais prósperas a crescer à custa das mais pobres.

Em complemento aos Quadros Comunitários de Apoio foram então criadas as chamadas Iniciativas Comunitárias, Programas dirigidos para a totalidade do território comunitário, de todas as regiões, e cuja gestão, pelo menos na maior parte dos casos, seria feita directamente entre as instâncias da Comunidade e as regiões ou áreas de aplicação, numa espécie de *by-pass* aos Estados Membros, colocando as regiões em competição directa entre si.

Actualmente, e para o período entre 2000/2006, estão em aplicação 4 Iniciativas Comunitárias:

- *Interreg* (para as regiões transfronteiriças)
- *Urban* (para segmentos económica e socialmente problemáticos de áreas urbanas)
- *Leader* (para áreas rurais periféricas em declínio agrícola)
- *Equal* (para grupos sociais desfavorecidos e periferizados)

6. Balanço do Passado: coesão e convergência

O processo de integração regional da União Europeia deveria induzir, por si próprio, uma convergência ao nível do desenvolvimento das regiões. A realidade, porém, viria a mostrar que se foram gerando novas concentrações e novas clivagens e que, por vezes, se foram acentuando as anteriores.

Mesmo representando a PAC a política mais bem consolidada e com mais meios financeiros, os resultados para as áreas rurais mais pobres nem sempre foram positivos. As políticas comunitárias, no que diz respeito ao desenvolvimento rural, sempre foram muito contestadas. Em 1989, para a Irlanda, que tinha aderido à CEE em 1973, dizia Patrick Drudy: “Apart from specific sectoral policies, it can be argued that the general thrust of EEC philosophy is in fact unlike to help the poor rural areas” (Drudy 1989: 139).

Não há, de facto, um consenso quanto aos resultados da aplicação das políticas comunitárias a nível da atenuação dos desequilíbrios regionais, ou seja da convergência. Enquanto alguns estudos concluem de forma radical não ter havido convergência, outros insistem que houve convergência mas ela só é evidente a certas escalas territoriais. André Sapir, por exemplo, reconhece ter havido alguma convergência, nos últimos cerca de 15 anos, a nível nacional e das macro regiões, não a identificando facilmente, nem de forma generalizada, a nível regional mais baixo (Sapir 2003). Sapir procura demonstrar que foi precisamente a prioridade dada à coesão e convergência, bem como a estabilidade financeira que levou a um mau desempenho da economia europeia no que diz respeito ao crescimento económico a partir de finais dos anos oitenta (Sapir 2003).

Depois dos primeiros alargamentos da EU e, em especial, depois da adesão dos países do Sul da Europa, a Política Regional europeia passou a ocupar um lugar prioritário na agenda europeia. Desde a gestão separada dos Fundos à Reforma de 1989, aos Quadros Comunitários de Apoio, às Iniciativas Comunitárias, e à criação do Fundo de Coesão, houve um processo de aprendizagem na Política Regional na UE. Este processo de aprendizagem na definição, aplicação e avaliação de programas de desenvolvimento regional foi partilhado de forma mais ou menos eficiente pelos vários países e regiões da Europa: algumas regiões construíram modelos e esquemas mais dinâmicos, mais autónomos e auto-sustentados do que outras. Ao longo de mais de 20 anos, muitas das regiões rurais periféricas foram apoiadas com programas de desenvolvimento especiais, com grandes investimentos em infraestruturas e formação, debaixo da filosofia do princípio da solidariedade e subsidiariedade entre as Regiões da Europa. Desde o final dos anos 90, porém, que se tem vindo a assistir a uma profunda alteração nas tendências dominantes na Política Regional da UE. Os tradicionais programas integrados estão a dar lugar a projectos, de maior ou menor dimensão, aplicados a diferentes escalas, um pouco numa mudança de postura de “dinheiro segundo as necessidades” para “dinheiro segundo as capacidades”. Os programas comunitários, ainda que com as mesmas designações e formatos, centram-se cada vez mais em Projectos. Esta abordagem, legitimada muitas vezes pela competitividade regional, é, no

entanto, dominada por critérios de eficiência económica e de imediatismo, e pode constituir uma ameaça para as áreas periféricas até agora já marginalizadas pela sua falta de recursos e pontos de ancoragem de crescimento económico.

Considerando apenas os indicadores mais usados para traçar um breve retrato das assimetrias regionais ao nível do país, para a União Europeia alargada, incluem-se em anexo os gráficos referentes ao Produto Interno Bruto *per capita*, à Produtividade do Trabalho *per capita* e às Taxas de Actividade total e feminina, para os anos de 1999 e de 2003, em percentagem do valor médio para a União Europeia de 15. A título de exemplo, pode verificar-se que, no caso de Portugal, não obstante ter aumentado o índice relativamente à taxa de actividade total e feminina, isto é, ter havido uma convergência face ao valor médio da Europa dos 15, o PIB *per capita*, assim como a produtividade do trabalho *per capita* registaram uma descida face ao valor médio da Europa dos 15, ou seja, houve divergência e não convergência entre 1999 e 2003.

7. Perspectivas para o Futuro: crescimento e desenvolvimento

Não existe ainda um consenso sobre o modelo de intervenção que irá estruturar a Política Regional para o próximo período de aplicação, a partir de 2006/7. Os dilemas do crescimento económico *versus* desenvolvimento continuam a fazer-se sentir e as dificuldades orçamentais com que a UE se debate põem grandes restrições à manutenção do modelo de intervenção do passado. Mais, há um grupo de críticos da Política Regional que vêm tomando posições extremas, considerando que os resultados até agora conseguidos são insignificantes. Harvey Armstrong, da Universidade de Sheffield, em Inglaterra, afirmava recentemente que os Fundos Estruturais não estão a ser eficientes, que deveriam estar a dar mais resultados ao nível da convergência na UE e que, enfim, os Fundos teriam de ser explicados e dizer-se por que é que não funcionam (Armstrong 2004). As alternativas para o futuro podem, de forma muito redutora, colocar-se entre um “alguma coisa para todos” e uma concentração em prioridades, o mesmo é dizer, optar por modelos que privilegiam a distribuição e a equidade ou enveredar por uma política de concentração, com o objectivo prioritário do crescimento económico, mesmo que correndo o risco de criar novas clivagens regionais e novas geometrias no mapa das regiões ganhadoras e perdedoras. Este dilema é, afinal, o retrato da competitividade regional que se faz sentir a nível global e que, na Europa Comunitária, se procura regular através de uma política comum, integrada.

Já no final dos anos 80 se anteviam os perigos da Política Regional assente em princípios de competitividade, uma vez que seria sempre impossível criar uma situação de concorrência perfeita e assegurar as externalidades em toda a superfície da Comunidade Europeia (Stoehr 1989: 195).

Apesar de um certo cepticismo em relação à Política Regional da UE, há um ponto onde se tem vindo a registar algum consenso: a educação e a necessidade de se considerar prioritário o investimento no capital humano. Para Sapir, por exemplo, essa prioridade deveria transparecer claramente no orçamento comunitário para o período posterior a 2007 e ser assumida pelos Estados Membros, de forma inequívoca, nos seus orçamentos nacionais (Sapir 2003). Esse é, aliás, um pressuposto crítico da *Agenda de Lisboa*, onde ficou estabelecido que a Europa se deveria converter na economia do conhecimento mais dinâmica do Mundo. Rodriguez-Posé e Fratesi (2004) foram mais longe e desenvolveram um meticoloso estudo para as regiões objectivo 1, procurando avaliar a correlação entre os respectivos quadros comunitários de apoio e o desempenho das regiões assistidas a nível do desenvolvimento socio-económico, tendo concluído não ser possível identificar-se uma correlação positiva a não ser, ainda que de forma pouco acentuada, para os eixos correspondentes à educação e à cultura (Rodriguez-Posé & Fratesi 2004). Estes autores admitem que os Fundos Estruturais terão impedido uma potencial divergência, ao longo do processo de integração, mais do que potenciado uma convergência real. Houve domínios que registaram fortes apoios, como as infra-estruturas e a actividade económica, baseados no pressuposto de que tal induziria maior crescimento económico e convergência. Não se consegue, porém, medir resultados a esse nível, concluem aqueles autores no mesmo estudo. E vão mais longe, afirmando que mesmo o apoio à agricultura se tem revelado mais como um “subsídio”, um apoio ao rendimento, do que uma política de desenvolvimento sustentável (Rodriguez-Posé & Fratesi 2004: 109).

8. Conclusão: Visões utópicas

A Europa vê-se actualmente confrontada com as mais diversas pressões, quer internas quer externas. Com dificuldades orçamentais graves, espera-se que continue a manter o seu modelo social, assente em princípios de humanismo e subsidiariedade, com custos demasiado elevados, espera-se que continue a assegurar os níveis de bem-estar e prosperidade para todos, espera-se, por outro lado, que não enjeite as suas responsabilidades a nível estratégico e desempenhe um papel activo na paz no Mundo. Espera-se muito da Europa, crítica-se as suas indefinições, a ordem internacional obriga-a a repensar as suas relações com os EUA num momento crítico e há quem considere que falta à Europa uma visão estratégica (Delpech 2004).

Portugal ocupa uma posição periférica, quer em termos físicos, quer a nível do desenvolvimento socio-económico, no quadro europeu. Apesar das nossas fragilidades, temos de participar nos debates importantes da actualidade. A Europa somos nós e não uma entidade exterior. E temos de “convergir”, temos de maximizar os efeitos da Política Regional da UE no interior das nossas assimetrias. Precisamos de aprender com os outros, colher ensinamentos dos países que souberam tirar partido da Política de Coesão da UE, como a Irlanda e a Espanha, actualmente com indicadores mais próximos da média europeia do que anteriormente. O ensino e formação, a par da investigação e desenvolvimento continuam a ser um dos nossos pontos fracos, e cada vez são mais apontados como os eixos críticos do desenvolvimento, do futuro de toda a Europa. De que forma poderemos ultrapassar os nossos estrangulamentos e trabalhar para esta *utopia viável* que é um cenário territorial mais equilibrado e próximo da União Europeia?

[Anexo I](#)

[Anexo II](#)

[Anexo III](#)

Obras citadas

Agenda 2000: para uma União reforçada e alargada (2000), Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Armstrong, Harvey (2004), *Sapir Report Round Table. Angers: Europe at the Margins – EU Regional Policy, Peripherality and Rurality*, www.regional-studies-assoc.ac.uk/events/.

Balchin, Paul; Sýkora Ludek & Gregory Bull (1999), *Regional Policy and Planning*, London, New York, Routledge

Comissão Europeia (2000), *O Conselho Europeu de Lisboa – Uma Agenda de Renovação Económica e Social para a Europa*. Bruxelas: 28 de Fevereiro de 2000. DOC/00/7 (A chamada “Agenda ou Estratégia de Lisboa”), http://europa.eu.int/comm/lisbon_strategy/pdf/lisbon_pt.pdf.

Cunha, Arlindo (1996), *A Agricultura Europeia na Encruzilhada*, Lisboa, ASA Editora.

Delanghe, Henri; Vicent Duchêne & Ugur Muldur (2004), “À l’aube d’une nouvelle vague de croissance?. La cinquième vague de croissance longue: avec ou sans l’Europe?”, *Futuribles*, nº. 300, pp.19-44.

Delpech, Thérèse (2004), *Enlarging Europe’s Strategic Vision*. Conferência Gulbenkian. As Novas Fronteiras da Europa. O Alargamento da União : Desafios e Consequências, Lisboa , FCG.

European Commission (2001), *Unity, solidarity, diversity for Europe, its people and its territory, second report on Economic and Social Cohesion*, Vol. 1 & 2, Brussels, European Communities.

European Commission (2004), *A new partnership for cohesion. Convergence, competitiveness, cooperation. Third Report on economic and social cohesion*, Brussels, European Communities.

Gaspar, Jorge; Kulke & Ludwig Schätzl (eds.) (1998), *Effects of the European Integration Process on the Spatial Economic Development in Portugal*. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano, nº 46, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

Giddens, Anthony (2000), *O Mundo na era da globalização*, Lisboa, Editorial Presença.

Governança Europeia: Um Livro Branco (2001), Bruxelas: 25.07.2001. COM (2001) 428 final.

III Quadro Comunitário para Portugal 2000-2006 (2000), Bruxelas, Comissão Europeia.

O Conselho Europeu de Lisboa: Uma Agenda de renovação económica e social para a Europa, Contribuição da Comissão Europeia para o Conselho Europeu Especial de Lisboa, 23-24 de Março de 2000, www.europa.eu.int/comm/lisbon_strategy/pdf/lisbon_pt.pdf.

Parlamento Europeu (2001), *50 Anos de Europa, os grandes textos da construção europeia*, Lisboa, Publicações do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu.

Rodríguez-Posé, Andrés & Ugo Fratesi (2004), “Between Development and Social Policies: the Impact of European Structural Funds in Objective 1 Regions”, *Regional Studies*, nº 38, 1, pp. 97-113.

Sapir, André (2003), *An Agenda for a Growing Europe. Making the EU Economic System Deliver*, Report of an Independent High-level Study Group appointed by President Prodi, Bruxelas, Comissão Europeia.

Silberman, Roxane (2004), “Les immigrés au coeur d’une Europe élargie. Peut-on se passer d’une politique migratoire?”, *As Novas Fronteiras da Europa. O Alargamento da União: Desafios e Consequências*, Conferência Gulbenkian, Lisboa, 26/27 Outubro, www.europa2004.gulbenkian.pt

Stöhr, Walter (1989), "Regional Policy at the Crossroads: An Overview", in Albrechts *et al.*, *Regional Policy at the Crossroads*, London, Jessica Kingsley Pubs, Ltd., pp. 191-197.

Structural Indicators. Update of the Statistical Annex (annex 1) to the 2004 Report from the Commission to the Spring European Council,
www.europa.eu.int/comm/lisbon_strategy/pdf/statistical_annex_en.pdf

www.europa.eu.int/ DG- Regio (Direcção Geral para a Política Regional)

ENTREVISTA

Lyman Tower Sargent por Fátima Vieira

Citação: "Lyman Tower Sargent: Uma vida dedicada à Utopia", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X
<<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuquesas/e-topia/revista.htm>>

Vi-o pela primeira vez numa reunião científica realizada na Universidade de Bolonha, em 1998. Quando ele começou a falar, o colega italiano sentado ao meu lado segredou-me: "Este é Lyman Sargent, o homem que mais sabe de utopismo no mundo". Lyman tem um aspecto robusto, lembrando os pioneiros americanos, com uma barba farta que resvala agora do loiro-arruivado para o cinzento, uns olhos azuis pequenos, uma altura imponente. Todos quantos se encontravam naquela pequena sala, em mesas dispostas formando um quadrado, lhe respeitavam a autoridade, calando-se quando ele falava. Não intervinha sem que lhe perguntassem a opinião. Mas quando falava, coífiando a barba, a voz potente dava vida a um trabalho de muitos anos na área dos Estudos sobre a Utopia.

Encontrámo-nos muitas mais vezes depois dessa reunião. Lyman Sargent veio a Portugal duas vezes, a convite do Departamento de Estudos Anglo-Americanos e do Instituto de Estudos Ingleses da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e é Consultor do projecto financiado pela FCT "Utopias Literárias e Pensamento Utópico: A Cultura Portuguesa e a Tradição Intelectual do Ocidente", onde a revista *E-topia* se encontra sediada. Com o tempo, fomos-lhe conhecendo a generosidade científica, a disponibilidade para partilhar a informação encontrada na pesquisa realizada em bibliotecas um pouco por todo o mundo, e a sua vontade de ajudar os jovens investigadores a prosseguirem os seus estudos no campo do utopismo.

Para Lyman Sargent, o utopismo tornou-se simultaneamente uma causa e a justificação última da sua carreira como docente e investigador na Universidade de St. Louis, no Missouri, E.U.A. Doutorado em Ciências Políticas, Lyman Sargent é autor de livros que se tornaram uma referência incontornável para quem trabalha na área da utopia e da ideologia. Exemplo disso é o volume *Contemporary Political Ideologies*, que foi já objecto de 12 edições, ou ainda *British and American Utopian Literature 1516-1985. An Annotated, Chronological Bibliography* (1988), um trabalho que Sargent considera sempre incompleto e cujas falhas continuamente tenta colmatar com visitas a bibliotecas públicas e privadas. A pesquisa bibliográfica tornou-se aliás para Sargent uma espécie de compulsão. Há anos que trabalha horas a fio em bibliotecas, sobretudo americanas, fazendo de cada descoberta de uma utopia caída no esquecimento um acto de celebração.

O seu trabalho de pesquisa em bibliotecas tem tido consequências importantes para o estabelecimento da tradição literária utópica. A sua bibliografia da literatura utópica britânica e americana traça um retrato vivo dos momentos históricos que mais claramente se configuraram como "utópicos" ou "distópicos", e permite o relacionamento entre obras de um mesmo período ou mesmo de períodos diferentes. Mas a sua pesquisa em bibliotecas neozelandesas é talvez o maior contributo para a desmistificação da ideia de que o utopismo teve expressão significativa apenas nos E.U.A, em Inglaterra, em França e em Itália. Pretendendo testar uma "hipótese de trabalho" (que expõe na entrevista abaixo reproduzida), Sargent passou anos em bibliotecas neozelandesas, desenterrando verdadeiros tesouros e estabelecendo os fundamentos bibliográficos de uma história do utopismo neozelandês. E, atestando a generosidade científica que acima descrevemos, tem vindo a disponibilizar os elementos que entretanto reuniu, abrindo assim o caminho para estudos levados a cabo por outros investigadores.

Da sua extensa obra, salientam-se ainda outros títulos. A publicação, em 1972, de *New Left Thought, British and American Utopian Literature*, a par de numerosos artigos em periódicos de diferentes especialidades (Ciência Política, História, Literatura e Filosofia), marca o início da sua carreira. O trabalho de organização e de edição dos volumes *Extremism in America, Contemporary Political Ideologies: A Reader* (1995), e de *Political Thought in the United States: A Documentary History* (1997), configuram-se como as bases teóricas para a sua explicação do utopismo como o traço mais marcante do pensamento político americano.

A sua actividade docente não se limitou à universidade de St. Louis; Sargent ensinou também em Inglaterra, na Universidade de Exeter e na London School of Economics, bem como na Nova Zelândia, mais precisamente em Wellington, na Victoria University.

Sargent foi também, por mais de uma década, editor do periódico *Utopian Studies* (de que fala aliás nesta entrevista), onde, de uma forma regular, procurou dar eco do desenvolvimento dos Estudos sobre a Utopia em todo o mundo. O seu trabalho como principal impulsionador da Society for Utopian Studies,

que reúne um número considerável de investigadores americanos e canadianos, foi publicamente reconhecido com a atribuição do First Distinguished Scholar Award dessa associação científica.

A nível internacional, o nome de Lyman Sargent firmou-se com a organização (em colaboração com Gregory Claeys) da exposição *Utopie: La Quête de la Société Idéale en Occident / Utopia: The Quest for the Ideal Society in the Western World*, exibida na Biblioteca Nacional de França e na Biblioteca Pública de Nova Iorque, e que marcou sem dúvida a viragem do milénio. Como complemento da exposição, Sargent organizou, também em parceria com Claeys, catálogos em francês e em inglês.

Ao longo da sua carreira como docente e investigador, Lyman Sargent procurou sempre chamar a atenção para a importância do pensamento utópico e para a necessidade de um estudo sistemático dos textos fundamentais que informam esse pensamento. A publicação, em 1999, de *The Utopia Reader* (com Claeys como co-editor), tem-se revelado instrumental para o estabelecimento de um cânone utópico; a prova disso está na ampla utilização do livro em universidades de todo o mundo. Nas respostas dadas às questões que lhe coloquei, no âmbito da entrevista que abaixo é publicada, Sargent começa por dar esclarecimentos sobre essa publicação. A entrevista foi feita em inglês, via e-mail, pelo que o que aqui se reproduz é uma tradução das respostas dadas por Sargent.

The Utopia Reader, a antologia que editou em parceria com Gregory Claeys, é hoje uma referência importante para quem faz investigação na área dos Estudos sobre a Utopia. Foi difícil o processo de escolha dos textos a incluir na antologia?

L. Sargent: A escolha foi difícil por várias razões. Em primeiro lugar, Gregory Claeys e eu tivemos de conciliar as nossas diferenças. Em segundo lugar, para o material do século XX, tivemos de obter autorização dos detentores dos direitos de publicação. Em alguns casos, a aquisição desses direitos implicava custos demasiado elevados; em outros casos, o autor / agente nunca respondeu ao nosso pedido, e tivemos simplesmente de excluir esses textos da antologia. Em terceiro lugar, depois da nossa selecção inicial, o livro era três vezes mais longo do que o havia sido combinado com a editora. A versão final é ligeiramente mais extensa do que a especificada no contrato.

Que textos teve pena de não incluir? E de que forma poderia a inclusão desses textos na antologia ter alterado a percepção da tradição utópica?

L. Sargent: Gostaríamos de ter incluído uma parte mais substancial de *Nineteen Eighty-Four*, bem como um excerto de "When it Changed", de Joanna Russ. A aquisição dos direitos de publicação do texto de Orwell revelou-se demasiado cara; no caso de Russ, não obtivemos resposta nem da autora nem do seu agente. Não tenho a certeza de que a inclusão desses e de outros textos viesse a mudar a percepção do leitor. Contudo, é certo que a publicação de mais excertos do livro de Orwell teria ajudado a clarificar a importância das primeiras distopias; e a eutopia de Russ, sendo de pendor lésbico, teria acrescentado à antologia uma dimensão que nela está ausente e ajudaria a reforçar a importância das eutopias feministas.

A antologia está de alguma forma ligada às exposições que prepararam para Paris e para Nova Iorque? Podemos lê-la como uma espécie de guia para essas exposições?

L. Sargent: Embora tenhamos trabalhado nos dois projectos ao mesmo tempo, nunca houve entre ambos uma ligação consciente, principalmente porque foi dada à exposição de Paris uma ênfase mais visual do que textual.

Nas últimas décadas do século XX e no início do novo milénio, temos vindo a testemunhar um momento de revivalismo dos Estudos sobre a Utopia, em todo o mundo. Tem uma explicação para esse fenómeno?

L. Sargent: Parte da resposta é intelectual e parte é pessoal (em dois sentidos). Creio que esse revivalismo, tanto a nível da literatura utópica como a nível da experimentação em comunidades intencionais, terá, nos chamados Anos Sessenta, chamado a atenção dos académicos, e muitos deles, testemunhando esse fenómeno, começaram a olhar para a história do utopismo. Para além disso, muitos académicos perfilhavam, a nível pessoal, o sentimento da esperança utópica característica do período, e por isso fizeram no tema um investimento tanto pessoal como intelectual. Por fim, um número considerável de pessoas, tanto na Europa como no Norte da América, decidiu investir o seu tempo na construção de um campo de estudos e, mais especificamente, de um campo de estudos internacional.

Devemos pensar o utopismo como uma característica exclusiva da civilização ocidental ou, pelo contrário, como uma característica humana e, conseqüentemente, universal?

L. Sargent: Essa é uma questão que me diz muito. Para mim, o utopismo não é, em sentido absoluto, uma característica exclusiva da civilização ocidental, e creio que a prova, que se torna cada vez mais evidente, é indelével: sabe-se hoje que o utopismo assumiu diferentes formas em culturas não-ocidentais antes mesmo que estas tivessem entrado em contacto com o Ocidente. Hesito em reconhecer no que quer que seja uma característica universal, mas inclino-me para essa ideia no que respeita ao “sonho social”.

Vivemos hoje uma época mais propícia à escrita de romances utópicos ou à expressão de expectativas utópicas (não necessariamente veiculadas em textos literários mas em ensaios, por exemplo?). Por outras palavras, a nossa era tende mais para a fantasia utópica ou para a teoria utópica? Quem poderá explicar melhor o paradigma do nosso tempo, os romancistas ou os teóricos?

L. Sargent: Não tenho a certeza de o saber, mas espero que “ambos” seja a melhor resposta para essa questão. Creio que os romancistas tendem a ser mais criativos do que os teóricos, mas os romancistas nem sempre compreendem aquilo que eles próprios criam.

Tendo sido Director do periódico *Utopian Studies* por mais de uma década, qual é a sua percepção do interesse pelo utopismo, a nível mundial? Pode explicar-nos como começou o periódico a ser publicado, e qual a sua política de publicação?

L. Sargent: Fundei o periódico com o óbvio apoio financeiro da Society for Utopian Studies, e com o também essencial apoio do meu departamento, do Reitor do College of Arts and Sciences, e da Universidade de Missouri – St. Louis. O primeiro número foi publicado em 1990, na sequência do trabalho realizado ao longo de um ano para o estabelecimento de um Advisory Board, a organização de uma base de dados com nomes de referees e gente disposta a fazer recensões de livros, a solicitação de trabalhos originais, o estabelecimento de cartas-tipo pedindo o envio de livros para recensão, etc. Como bibliógrafo, eu tinha a vantagem de, durante longos anos, ter consultado muitas fontes à procura de títulos relevantes; por isso apenas tive de adicionar um passo mais aos meus procedimentos, solicitando exemplares para censeamento. Tenho uma perspectiva lata do que é relevante, e por isso encorajei a submissão de artigos tanto no centro como nas margens do campo de estudo, e solicitei muitos livros que certamente poucos leitores teriam considerado relevantes. Mas, na minha perspectiva, o periódico deveria reflectir todos os interesses relacionados com o campo de estudo da utopia.

O caso da Nova Zelândia é paradigmático do que acontece em outros países? Quando lá iniciou o seu trabalho a verdade estabelecida era a de que não existia uma tradição utópica neozelandesa. O que o motivou a encetar a sua pesquisa? E o que encontrou? Ainda há muito por fazer em outros países?

L. Sargent: Fui para a Nova Zelândia para testar uma hipótese de trabalho. Tinha chegado à conclusão de que as colónias suscitam a produção de utopias por parte do colonizador (e frequentemente de distopias por parte do colonizado), mas quando comecei a analisar a minha bibliografia tendo em conta os países de origem, reparei que a Nova Zelândia estava estranhamente ausente. Achei que isso não fazia sentido, e por isso concorri a uma bolsa para investigar a questão. No meu primeiro dia na Biblioteca Nacional encontrei um artigo sobre a presença do utopismo na literatura neozelandesa que identificava como sendo neozelandeses autores que costumavam ser referidos como britânicos, e que mencionava livros de que eu nunca tinha ouvido falar. Eu havia já estabelecido uma estratégia de pesquisa para as minhas investigações anteriores e resolvi pô-la então em prática, passando seis dias por semana na biblioteca ao longo de quatro meses, e acabei por encontrar um verdadeiro tesouro que era, na sua maior parte, ignorado. Encontrei também uma importante (e ainda mais ignorada) tradição de estabelecimento de comunidades intencionais na Nova Zelândia. Regressei lá logo que pude para continuar a minha investigação, e ainda hoje não a dou por terminada.

Creio que ainda há muito trabalho que necessita de ser realizado. Em primeiro lugar, há muitas colónias onde quase nenhuma investigação foi feita, como é o caso da Índia e da África do Sul. Em segundo lugar, há áreas que estão a ser estudadas mas os resultados não são conhecidos fora desses campos de estudo, e nós precisamos de os conhecer. Por exemplo, sabemos que existem tradições utópicas importantes na maioria (se não em todos) dos países da América do Sul, mas os trabalhos académicos produzidos sobre o tema são praticamente desconhecidos fora desses países. Em terceiro lugar, há países, como a Nova Zelândia, onde a ideia feita é a de que não existem tradições utópicas e que carecem de uma pesquisa sistemática. Portugal, Espanha e Japão são os exemplos mais óbvios, e sabemos hoje que existiram tradições utópicas nesses países, mas precisamos de saber mais.

Voltando ao problema do utopismo não-ocidental, uma questão que me interessa é a seguinte: seríamos capazes de reconhecer o utopismo não-ocidental se o víssemos? Ele poderá ter assumido uma forma inesperada. Na minha perspectiva, uma das comunicações mais interessantes apresentadas ao 5.º Congresso Internacional da Utopian Studies Society, realizado no Porto, foi a de Jacqueline Dutton, que apontou para uma forma de utopismo japonês que eu não havia até então reconhecido como tal.

DOCUMENTOS

O Balão aos Habitantes da Lua (1819) José Daniel Rodrigues da Costa

apresentação e fixação de texto de

Maria Luísa Malato Borralho (Universidade do Porto)

ver [Nota Explicativa](#)

Citação: José Daniel Rodrigues da Costa, "O Balão aos Habitantes da Lua", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X

<<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>>

O galo canta três vezes,
Um Poema muitas canta;
Eu canto só uma vez,
Visto que a voz não espanta.

PRÓLOGO

Com a cabeça lá por esses ares
– Cá por certas razões particulares –,
A fazer um Poema corri pronto,
Mas fiquei ainda mais aéreo e tonto!
E talvez que saísse limitado,
Pelo fazer no ar muito apressado:
Que feito ser não pode com assento
Tudo o que tem no ar o fundamento.
Agora, qual Balão que atrai o povo,
Eu me apresento ao público de novo:
Subindo pouco e pouco sem perigos,
Na lembrança entrarei dos meus Amigos,
Dos meus Apaixonados, meus Leitores,
Dos Assinantes meus e mais Senhores
Que em Belas-Letras são do meu partido,
Que as minhas Obras têm comprado e lido,
A rogar-lhes, pedindo acolhimento,
– Ou me encontrem ou não merecimento –,
Para que o meu Poema gasto seja
E produza uma cousa que se veja.

Ou papel ou metal, tudo convém
Apesar do defeito que ambos têm:
Que o dinheiro papel, que nos consome,
Qualquer vento que vem o leva e some;
E o metal, que em despesas o consumo,
É um ar que lhe dá, torna-se em fumo!

Mas deixando o que já não tem melhora,
Da Máquina tratar pretendo agora.
Notei que ela subiu com gravidez,
Que teve o bom-sucesso nesse mês:
Sem parteira ou parteiro, desovou
E os ares de filhinhos povoou;
Pois viram-se, por ópticas lunetas,
Todos eles tornados em Cometas,
Que eram uns Balõezinhos muito anões
Por cima da Travessa dos Ladrões,
No sítio de Pedrouços, em Almada,
No Rossio, Olarias, na Tapada,
Fora alguns que, segundo o que se pensa,
Ficaram afogados à nascença.
Mas visto que esta mãe em tanta lida
Fora no parto seu bem sucedida...

Que muito que eu também deseje agora
Que este Poema tenha boa-hora!
Não se estranhe a prenhez ver-se hoje em macho,
Que igual sucesso nas Gazetas acho:
Pois já houve um rapaz que, sem defeito,
Lhe tiraram de dentro outro sujeito.

Na verdade me vejo confundido
Do que em Lisboa tem aparecido!
Que se mais dez ou vinte anos aturo,
Ainda espero de ver, eu lho seguro,
Que algum, que venha aqui de engenho e arte,
Tente a terra furar de parte a parte,
Para ouvir os Antípodas falar
E podermos com eles conversar.
Empreende-se ir além das nuvens rotas!
Em vez de botes, navegar em botas!
Uns cumprem o que dizem, outros não,
No entanto, haja prazer, viva a função!

Mas entre tudo quanto se tem feito,
Subir ao ar merece algum respeito:
Pois não é cousa pouca em quem se anima
A andar de guarda-costa lá por cima.
Porém talvez mais útil se fizesse,

Se caça nos piratas dar pudesse:
Ora descendo ao mar, ora subindo,
E onde quer que os achasse, ir-lhes caindo,
Qual falcão, vendo a lebre, aceso em fogo.
Que em cima, como um raio, lhe cai logo,
A dispersar aquela cruel praga
Que o Comércio do mundo estorva e estraga!
Fúrias que de veneno são nutridas,
Que aos Navegantes roubam, tiram vidas.

O meu herói brilhar deve na História
Ir o seu nome ao Templo da Memória;
Confessar lhe devemos a destreza,
O grande arrojo, a impávida afouteza;
E o seu merecimento abalizado
Seja ao Globo em meus versos decantado.

Argumento

*Matemáticos pontos combinando,
Tendo por base a grande Astronomia,
Um Génio, que não tem nada de branda,
Projecta ir ver o Sol, fonte do dia:
Em pejado Balão vai farejando,
Subindo mais e mais como devia;
Dívise a Lua, mete-se por ela,
Pasma de imensas cousas que viu nela.*

1.

Eu canto o Herói que voa sem ter asas,
Nas altas regiões de frio e fogo,
Que no corpo da Lua encontrou casas
Que não eram de pasto nem de jogo;
Que viu montes de gelo, outros de brasas,
Que indo buscar nas nuvens desafogo,
As dúvidas tirou à gente perra,
Que teima em que na Lua não há terra.

3.

A ti, Mercúrio, invoco desta vez!
Porque és um Deus que tens pés e cabeça,
Com asas da cabeça até aos pés,
É bem que só a ti socorro peça;
Bem haja quem te armou e quem te fez,
Para seres o auxílio desta Peça!
Empenha quanto tens, Jovem sisudo,
Galero, caduceu, talares, tudo.

5.

Num bote, que de verga foi tecido,
Preso a um globo de gás inchado e cheio,
Sobe aos ares Robertson destemido,
Até que rompeu as nuvens pelo meio:
Girou no imenso espaço prevenido,
Sem conservar da queda algum receio;
Entrou na Lua (não é caso novo),
Mas pasmou vendo terra e tanto povo.

7.

Diz que surgiu do bote, e que ficara
Ali surpreso, bem como insensato;
Que correu logo povo a ver-lhe a cara,
Se tinha rosto cheio ou rosto chato;
Vendo tal multidão, que se humilhara,
Porque assim lhe saía mais barato;
Que se ajuntaram todos para ouvi-lo,
E ele disse quem era em breve estilo.

2.

Entre os Deuses da cega Antiguidade,
Escolherei um Deus não cousa pouca,
Um Deus de conhecida habilidade,
Daqueles que não têm cabeça oca,
A quem invoque e peça a caridade
De pôr conceitos mil na minha boca;
Não quero o Deus que tem cortado os mares,
Quero um que tenha andado pêlos ares.

4.

E a vós, estouvadíssimos Lunáticos,
Homens que andais, com a Lua, assim caquéticos,
Pois que nas minhas obras estais práticos,
Vos dedico estes voos meus poéticos!
Quem pudera ter todos os Sais Áticos,
Para obrigar a rir os mais frenéticos;
Se estes versos achardes maus e horríficos,
Comprai, lede, rasgai, ficai pacíficos.

6.

Apenas aportou à nova terra,
Susto e receio se apoderam dele;
Vendo a gente em cardume, como em guerra,
Formigueiros sentiu por entre a pele:
Do melhor modo a Máquina ali ferra,
E tudo o que o levou ao chão impele;
Quando se viu de povo então cercado,
Um pouco a luz perdeu, como enfiado.

8.

Depois da narração por ele feita,
Diz que ficara mudo, contemplando
Se ela seria bem ou mal aceita;
Vendo o povo entre si baixo falando,
Não se pôde tirar desta suspeita,
Por ser mal-encarado aquele bando:
E já ansioso conhecer queria
Que costumes, que Lei, que Rei teria.

9.

Fez o Balão ali grande estranheza,
Deixando os habitantes admirados,
Vendo a Máquina assim de tal grandeza,
Por ares poucas vezes navegados,
Mas disse um: isto é contra a natureza,
Deste modo não há sítios vedados!
No seu mundo lançaram fome e peste,
Agora vêm de lá estragar este!

11.

Ouviu o nosso Herói estes ditinhos,
Como primeira amostra deste pano!
Ficou-lhe o coração dando saltinhos,
As vozes de um tão forte desengano;
Virou-lhe as costas, foi provar os vinhos
De fama no armazém dum tal Fulano;
Depois foi dar um giro e, por memória,
Quando baixou, contou-me a sua história:

13.

Que têm curto o pescoço e grandes braços,
Que cada perna é uma meia-lua;
Que todos movem vagarosos passos,
Ou seja dentro em casa ou pela rua;
Que são de palanfrórios muito escassos,
Que o tratarem verdade é glória sua;
Que muitos são corcundas pelas costas,
Que a tudo sabem dar subtis respostas.

15.

Que cumprem com a Lei em que nasceram,
Que não consentem lá *desabusados*,
Que em todo o tempo em prática puseram
A moral com que foram educados;
Que porque em doce paz sempre viveram,
Não têm procuradores nem letrados:
Se alguma questão há, que é decidida
Sem ter uma demanda mui comprida.

10.

Não há ninguém que a tanto se abalance,
bem que tenha por isto grande interesse!
Mas a lugar tão alto não se canse
Em vir voador algum, porque esmorece:
A sua vida sérias contas lance,
Pois não tira daqui o que apetece!
Não venha cá nenhum a pôr-se em praça:
Quem quer botar balões, bote-os de graça!

12.

Conta que vira os homens barrigudos,
Todos de cara chata e carapinha;
Narizes, quais batatas, façanhudos,
A boca mais ou menos como a minha;
Os dentes muito claros e miúdos,
Cada orelha do vulto duma pinha,
A barba até ao peito, e a cor do rosto
Semelhante à da Lua em mês de Agosto.

14.

Que o pano de que trajam é tecido
Nos teares que têm, em que trabalham,
Em que o aleijado e o cego é entretido,
Que deste modo muito vício atalham;
Que domina uma forma de vestido;
Por isso luxo e moda ali não calham;
Que ali de mês a mês tudo melhora,
Que não se admite lá nada de fora.

16.

Diz mais o nosso Herói que entre este povo
Há dinheiro metal, papel moeda,
Mas que não sai dali (o que eu lhe louvo);
Toda e qualquer usura ali se veda;
Que ali gira o metal, ou velho ou novo;
Tudo o que é ambição dali se arreda:
Que a praga dos rebates lá não grassa,
Que o que se deu por dez, por dez se passa.

17.

Que têm Teatro bom, onde apresentam
Obras dos bons costumes que praticam;
Que se algumas jocosas representam,
Nelas sempre à decência se dedicam;
Que de as ouvir famílias se contentam,
Velhos e moços satisfeitos ficam:
Equívocos não têm, onde a maldade
Descubra ainda a mais leve obscenidade.

19.

Relata o nosso Herói que também vira
As Madamas dali muito formosas;
Que falara com elas e que rira,
Que são ternas, afáveis e amorosas,
E que delas bom fruto nunca tira
Quem as busca com farsas enganosas:
Não sabem namorar sem fundamento,
Há-de ser dito e feito, o casamento.

21.

Que se educa mui bem a mocidade:
São todas as donzelas instruídas,
Têm asseio, modéstia, honestidade,
Que são graves, prendadas, comedidas;
Que têm a seus Maiores humildade,
Gastam o tempo em ler, não em Partidas:
Sujeição, honra e brio em todas brilha,
A Mãe sabe que é Mãe, a Filha Filha.

23.

Aqui com muito custo um homem veio
Sobre as asas dum Pássaro fingido,
Que, porque lhe choveu, buscou o meio
De estar dentro da Lua recolhido;
Então contou afouto e sem receio
Quanto tinha passado e padecido,
Expondo sem violência, engano ou petá,
Os costumes do seu térreo Planeta.

18.

Que a língua nacional mui bem se entende,
Porque é à nossa muito semelhante;
Que com facilidade logo a aprende
Aquele que não for muito ignorante;
Que por todo o país se ouve e se estende
A mesma linguagem dominante:
Que por sistema, ou exacção, ou manha,
Uma palavra só não têm estranha.

20.

Que nos adros, Igrejas, nas esquinas,
Não se avistam tafúis postos de empada,
Insultando com ditos as meninas,
Costume só de gente malcriada,
Donde nascer podiam mil ruínas,
Se lá pegasse moda tão danada;
Que ali é tudo sério e desengano:
Distingue-se o divino do profano.

22.

Conta mais, que um distinto Cavalheiro
A ele se chegara e lhe dissera:
Vossa Mercê não é já o primeiro
Que se arrisca a subir à nossa Esfera;
Sendo eu ainda rapaz, era em Janeiro,
Quando outra igual viagem se fizera;
E ainda há vivente aqui, que em idade avança,
Que disto que lhe digo tem lembrança.

24.

De todas as Nações contou seu pouco,
Porque tinha por muitas viajado;
E mostrava não ter nada de louco,
Ficando de nos ver muito admirado:
Tinha o desar de estar um tanto mouco,
Talvez por vir dos ventos azoados;
Se ele não fosse, aqui se não sabia
Quanto lá nesse mundo se fazia.

25.

Esta notícia o nosso Herói ouvindo,
Uma pergunta fez de curioso,
Por ver velhos ali, que, nunca rindo,
Tinham rosto soturno e desgostoso;
A razão disto um deles descobrindo,
Lhe diz, num tom de voz mais respeitoso:
Um velho aqui prazeres não renova,
Sabe que anda com os pés tocando a cova;

27.

Que uma Dona de casa lhe dissera,
Estranhando ele muito o tal costume:
Aqui fora das horas não se espera
Que se ponham fatias e água ao lume;
Boa saúde sobre nós impera,
Sem cólicas, crueza ou azedume;
Janta-se, ceia-se, e isto quanto baste,
Sem precisão de chá que nos desgaste.

29.

Aqui são cozinheiros proibidos
Que de tudo o que encontram fazem molhos;
Por isso aqui há velhos bem nutridos,
Sem catarrais e sem moléstias de olhos;
Aqui os Boticários são falidos:
Debalde põem ao Sol ervas em molhos;
As purgas, vomitórios, lambedores,
São só para crianças que têm dores.

26.

Diz que vira uma sala de Senhoras,
Todas a conversar e bem falantes,
As quais passavam nisto horas e horas,
Sem as valsas nem jogos de tunantes;
Que não eram por vício faladoras,
Que algumas liam livros interessantes,
E que as noites ali assim passavam,
Sem que tomassem chá, mas que ceavam.

28.

De folhas de erva seca, encaixotadas,
De cafés, de cervejas, de licores,
E doutras esquisitas trapalhadas
Não se querem aqui contratadores;
Raparigas não há entisicadas,
Não temos reumatismos nem tupores,
É salubre o comer e não mesquinho,
Bebe-se ou água fresca ou puro vinho.

30.

O nosso Herói, que tinha reparado
Não ouvir as Senhoras murmurando
– Costume nelas muito inveterado,
Em duas, três e quatro se ajuntando –,
Perguntou se não era ali usado
Nas amigas cortar de quando em quando,
Descosendo o fiado bem a fundo,
Por esta ser a prática do mundo.

31.

Eis que a Dona da casa logo o atalha,
Respondendo num tom grave e sisudo:
Neste globo não há dessa gentalha
Que tudo infama, que abocanha tudo:
Aqui a gente por ganhar trabalha
Boa reputação, com sério estudo;
Pessoa que de lepra se vê cheia,
Não murmura da impigem, sendo alheia.

33.

Nós outros, que vivemos nas alturas,
Sem ter fumaças muito bem passamos!
Esse luxo não há nessas figuras,
Porque consentimento lhes não damos;
Isso da mocidade são verduras
Que nas educações logo atalhamos,
E seria indecente e moda louca
Fazer a gente chaminé da boca.

35.

Diz que depois subira uma calçada,
Que entrara numa tenda bem sortida;
Que cortejou a gente ali sentada,
Com aquela política devida;
Que uma conversaçõa lhe foi armada
Em que cousas contou da sua vida:
E o tendeiro a babar de boca aberta,
Encostado ao balcão com o ouvido alerta!

32.

Pasmado do que ouviu, diz fora andando
E, numa Praça, viu moços refeitos;
Estranhou muito não os ver fumando,
Um vício a que os de cá são tão atreitos;
Chegou-se então a um velho, perguntando
Se os cigarros ali são mal aceitos;
Soltou-lhe o velho um riso muito forte,
E diz que respondera desta sorte:

34.

O nosso Herói, à vista do que ouvia,
Diz que tão confundido ali se achava
Que mil vezes consigo então dizia:
Ah, que se eu fora só, aqui ficava!
Se o fizesse, desculpa merecia,
Pois tudo com a razão se lhe ajustava;
Mas a outros lugares partiu presto,
Cobiçoso de ver ainda o resto.

36.

Diz mais que perguntou se não havia
Meninas a pedir que as socorressem;
Porque noutros países, noite e dia
Nas lojas e nas praças aparecem:
Que investe toda aquela bicharia
A quem entra e quem sai, que não conhecem;
Que se tem esta praga sempre visto
E que estranhava ali não haver disto.

37.

Aqui não há ninguém desamparado.
Respondeu um daquela comitiva:
Tudo na idade própria é empregado,
Para depois haver de que se viva!
A mulher pobre, o cego e o aleijado
Tudo trabalha e com diferente lida;
Que entre aqui Estrangeiro se consente,
Mas há-de trazer fundo que o sustente.

39.

Se algum aqui decai de ter fortuna
– Que os acasos do tempo isso permitem –,
Acha logo também uma coluna,
Porque maiores danos se lhe evitem;
Valer a quem não tem, ninguém repugna,
Nesta virtude é bem todos se imitem:
Todos nesta piedade permanecem,
Todos aos seus amigos favorecem.

41.

Tudo o que é matador ainda se aterra
Muito mais, por castigos ter maiores:
Pois vivo, até aos ombros nu, se enterra
Num campo, que se diz de Matadores;
Ali chora esfaimado até que cerra
Os tristes olhos de fraqueza e dores;
Chega-lhe a morte e, sem que lhe resista,
Morre com sentinelas sempre à vista.

38.

Não temos cá ninguém desconhecido,
Sabemos dos que estão e dos que vêm:
E se algum quer viver como escondido,
Triste de quem o esconde ou quem o tem!
Cavalheiro de indústria é proibido
Viver aqui, que em nada nos convém,
Que homem afidalgado, esperto e pobre,
Só à custa dos outros se faz nobre.

40.

Aqui não há ladrões! Se um aparece
É logo e sem demora castigado;
Tenha empenhos ou não, ele padece,
Sofrendo o que na Lei lhe é destinado:
Sendo pronto o castigo, não esquece
O delito que fora perpetrado!
Anda-se aqui de noite a toda a hora
Sem medo de que vão as tripas fora.

42.

Temos quem nos governe com respeito,
Com justas Leis que sobre nós imperam;
Tudo quanto se manda é logo feito,
Porque as Leis do país nunca se alteram.
Este mundo é da Lua e mui perfeito,
Onde os raios do Sol mais reverberam,
E por nosso brasão, nos nossos planos,
Chamam-se a estes Povos os Lulanos.

43.

O nosso Herói, que ao longe descobria
A Praça, que servia de Ribeira,
Lhe perguntou se sempre se comia
Peixe fresco da mão da vendedeira!
Disseram-lhe que sim, porque há vigia
Que manda o peixe podre à montureira;
Que o dono sofre à força esta diferença:
Mas que o Povo não compra uma doença.

45.

Diz mais o nosso Herói que perguntara
Se havia ali Poetas, e de fama,
Se eram nos Improvisos coisa rara,
Ou se nada era fruto e tudo rama;
Se andavam uns com outros de má cara,
A qual em prosa e verso mais infama,
Se mudavam questões de literatura
Numa nojenta e vil descompostura.

47.

Que ou seja em sério estilo ou no jocoso,
Não se ataca indivíduo nem se mancha,
Que a ninguém fica sendo injurioso
O corte, com que o vício se desmancha,
Que ele só faz figura – o vício odioso –,
Só com as almas vis é que se arranacha:
Que quem de um monstro tal bebe a peçonha
Até consigo mesmo se envergonha.

44.

Que nos açougues há igual revista,
Nas tendas, padarias e nas frutas;
Que estas, em sendo verdes, mesmo à vista
De seus donos se pisam sem disputas.
Ninguém com estas coisas se malquista,
Que há para as regular certas minutas:
Que assim a gente vive satisfeita,
Porque quanto se compra se aproveita.

48.

Responderam que ali se não fazia
Sátira contra alguém: que se estudava
Em apurar bastante a Poesia
Pela arte e lição que ali se usava;
Que muita obra sublime se escrevia
E a Pátria o seu Autor eternizava:
Que só fazia à Pátria benefício
Louvar grandes acções, cortar o vício.

48.

Diz este Herói que um homem, de improviso
Ao Tendeiro pedira lhe assinasse
Uma Letra, que lhe era mui preciso,
O que ele logo fez, sem que custasse;
Que ficou, disto ver, muito indeciso,
E como na Letrinha reparasse,
Que perguntou se estavam já na posse
De assinar Letras a quem quer que fosse.

49.

Que então lhe responderam: nesta terra
Nunca pegou a peste dos velhacos,
E se algum aparece a fazer guerra,
Sem apelo ou agravo é feito em cacos:
Homem de estratégias se desterra
Para a ilha chamada ilha de fracos;
Honra e verdade a boa-fé seguram,
Que por isso uns com outros se aventuram.

51.

É bem acreditada a nossa Praça:
Não há monopolistas, nem receio
Que o homem rico dano algum nos faça;
Depois de se ver de ouro farto e cheio,
Que deixe aqui os Sócios em desgraça,
Por fugir com o seu e com o alheio;
Não temos cá políticos Piratas
Com especulações e pataratas.

53.

Saiu dali o nosso Herói, gostoso
De ver e ouvir tão bom regulamento;
Foi buscar outro sítio, cobiçoso
De encontrar outro igual divertimento;
Um rancho de homens viu mais volumoso,
Chegou a ver de perto o ajuntamento:
Diz que era um Pai o filho desancando,
Porque fez que o não via, e foi andando.

55.

Mas que estranhando o nosso Herói o dar-se
Pauladas no rapaz mesmo na rua,
Lhe respondeu dali um com disfarce:
Nunca se meta em causa sem ser sua!
Não deve um pai assim enxovalhar-se,
Sem que o seu desaforo se conclua:
Toda a acção má a pena traz consigo,
Onde se faz o mal, dá-se o castigo.

50.

Aqui tanto valor tem o dinheiro,
Como tem a palavra proferida:
Sobre aquele sinal, que é verdadeiro,
A pessoa que o fez logo é servida!
Não há nesta Região um caloteiro,
Por isso nada falta para a vida:
Em firmas, em fianças e fiados
Não ficam uns por outros entalados.

52.

Homem que nada tinha, se aparece
De repente em funções dando jantares,
Comprando do melhor quanto apetece,
Querendo impor em públicos lugares:
Enquanto se não sabe ou não conhece
Donde alcançou moedas a milhares,
Como gasta e destrói mais do que tem,
Vai-se logo indagar donde lhe vem.

54.

Parece que ia o filho acompanhado
De três rapazes mais, tudo em galhofa,
E todos quatro em ar abandalhado
Tratando tudo de investida, e mofa;
Que o filho então, virando para um lado,
Vendo o velho, seguiu a mesma fofa,
Dizendo em baixa voz: ora ali vai
O gebo, a tartaruga de meu pai!

56.

Quando esta cena deu por acabada,
Virou, e viu um rancho majestoso
De Senhoras, com preta e com criada,
Todas dum uniforme muito idoso;
Que a razão perguntou desta ranchada
Ter gosto tão igual e já rançoso:
As Senhoras aqui, um lhe dizia,
Não variam de modas cada dia.

57.

Que marido, que pai, que avô, que tio
Sofreria às Senhoras numa casa:
Quero um xaile de lã, que é para o frio;
Traga-me para a calma um leque de asa,
Um chapéu de aba grande e bom feito;
Tudo modas que põem a bolsa à rasa:
Num mês saia o vestido numa norma,
Noutro mês outro novo e doutra forma.

59.

Não se toleram cá estas mudanças!
Decência e asseio andam só em vistas,
Luxo não se usa aqui nem nas crianças,
Não temos contrabandos nem modistas;
Não há peraltice nem lembranças,
Não temos tentadores capelistas,
Não tem nosso dinheiro consumido
A pedraria falsa, ouro fingido.

61.

O nosso Herói mudando de distrito,
Encontrou numa andas um defunto,
E ficou entre si um pouco aflito,
Porque era também triste aquele assunto.
A um velho que ali viu, muito esquisito,
O seu chapéu tirou e, dele junto,
Perguntou se os enterros se faziam
Sempre daquele modo, ou se variam.

63.

Todo este povo alcança bem o fim
Que tudo neste mundo vem a ter;
Não há quem deixe de pensar assim:
Razão por que se sabem conhecer!
A vaidade não faz senão motim
E para a perdição só tem poder;
De que serve um pomposo mausoléu
Ao que em pecado morre e perde o Céu?

58.

Que motim não seria, que balela,
Ver nesta gente honesta e recatada,
Uma de peitos nus postos à vela,
Outra em folhos de bicos afogada,
Uma com a cabeça mui singela,
Outra de pedrarias carregada,
Muitas em peles de ursos envolvidas
E algumas meias nuas, e vestidas.

60.

Fazendas neste Reino fabricadas
São o que as Damas nos enfeites gastam;
Com elas aparecem preparadas
E desta economia não se afastam;
Aqui também há cousas delicadas:
Deste modo é que os povos não se arrastam!
Agricultura, fábricas e braços
São da riqueza os mais seguros laços.

62.

O Velho respondeu: Nesta igualdade
Se conserva o fidalgo, o rico, e o pobre;
Não se sustenta luxo nem vaidade
Na mecânica gente, nem na nobre;
Se o rico mostra ter comodidade,
No homem de bem miséria se descobre!
Porque não o obrigue esta impostura,
Todos vão deste modo à sepultura.

64.

Por basófia de um grande testamento,
Aqui ninguém ferrolha cabedais,
Para se não dizer sem sentimento:
Mal-o-hajas, que não deixaste mais!
A gente vive aqui com muito tento,
Mas sem que falte a si, que, em casos tais,
O que ajunta altas somas de dinheiro
Vai os deboches fomentar do herdeiro.

65.

Há oito cemitérios na cidade,
De árvores cheios, grandes e murados,
Onde vai o que vai por caridade,
Como o que tinha muitos mil cruzados;
Para as ofertas terem igualdade,
Se poupa cera e coche com criados;
Doutor, Cirurgião têm preço certo
Para cada visita, longe ou perto.

67.

Com exacção e bom regulamento,
Disseram-lhe, que tudo se fazia,
E que era todo aquele rendimento
Para os pobres de cada freguesia;
Que se tomavam contas com assento
De quanto cada casa ali rendia;
Que a perda sem desgosto se levava,
Vendo-se a aplicação que se lhe dava.

69.

Que depois que este fundo se erigiu
Para enfermos e pobres, sem demora
Aquela corja toda se extinguiu
Que na rua gritava a toda a hora;
Que já se calculou e já se viu
Quanto nisto a pobreza se melhora,
E que ali andam todos vigilantes
Em providenciar seus semelhantes.

66.

Ficando o nosso Herói sabendo quanto
Pretendia saber a tal respeito,
Viu a desembrulhar sortes num canto,
Mui pressuroso, um pálido sujeito;
Tornou a perguntar, e com espanto,
Se as sortes ali tinham bom conceito,
Se as caixas tinham quanto lhes é dado,
Se à factura assistia um Magistrado?

68.

Que enquanto estes socorros não haviam,
Andavam com alcofa e archote aceso
Uns homens a tirar o que podiam,
Aqui prego, ali rogo, acolá rezo!,
Que pão, chicória e favas repartiam,
Mas que ao dinheiro ninguém via o peso;
Mostravam dos enfermos ter piedade,
E consigo ficava a caridade.

70.

Que o homem que anda farto e tem de seu
Não tira ao outro o pouco pão que tem;
E o que o dever de honrado preencheu,
É quando mostra ser homem de bem;
Que Deus esta lição ao mundo deu
Nos preceitos que pôs e nos convêm:
Que o homem que a Deus teme e tem moral
Tem o próximo seu por seu igual.

71.

Que às árvores os homens parecidos
São: nascendo, ou crescendo, ou declinando,
Nas Estações diferentes envolvidos,
Bem como elas, viçosas, ou secando;
Que os cultores que são mais entendidos
Viveiros fazem delas, reservando
As melhores que têm, para poderem
Substituir às mais que se perderem.

73.

Ficou o nosso Herói desenganado
Do bem que aquele Povo se regia,
E viu um Escrivão azafamado
A sindicá-lo de um homem, se sabia...
Deveu-lhe esta figura algum cuidado
E pretendeu saber o que seria.
Disseram-lhe: É devassa que se tira,
De uma criança morta, que se vira.

75.

Então o nosso Herói, que já cansado
Estava de ver tanta variedade,
Diz que por se ter muito demorado,
Dera por visto o resto da Cidade;
Que de Lisboa tendo-se lembrado,
Do Povo Português teve saudade;
Que por ter sido ali bem acolhido,
Esta fala fizera agradecido:

77.

É ele dividido em quatro partes,
Ásia, África, América e Europa:
Da última sou eu, que é dada às Artes,
E às Armas, com a mais valente tropa:
Tantos Soldados são, tanto os Martes,
Nume que em guerra tudo em sangue ensopa,
Mas os Lusos, sem causa, nunca brigam,
Sabem só defender-se, se os obrigam.

72.

Que de igual modo são ali guardados
Homens bons, homens sábios, homens rectos,
Viveiro donde são depois tirados
Para muitos lugares circunspectos;
Que nunca podem ser prejudicados,
Pois tudo anda em poder de homens discretos;
Que é o mérito só quem intercede
Neste ou naquele emprego que alguém pede.

74.

Aqui, por qualquer crime que apareça,
Ou haja parte ou não, ou o réu se oculte,
Logo a tirar devassa se começa,
Para que maior crime não resulte.
O processo se lavra a toda a pressa,
Por mais que a prova ali se dificulte:
As Leis hão-de cumprir-se em tudo justas,
Muito embora o Escrivão fique sem custas.

76.

Oh homens de razão! Oh bela gente!
Que assim vos regulais com tal justiça!
De tanta rectidão e tão prudente
Que de viver-se aqui causais cobiça!
Oh sempre vos ampare o Céu clemente,
Pois não sois para o bem gente remissa!
O mundo donde venho está sabido
Que é com o vosso muito parecido!

78.

É gente muito humana e de bom porte,
Dotada de uma grande fortaleza,
Que nos perigos arrosta com a morte,
Valor que já lhe vem por natureza.
Religião e Pátria é o seu Norte;
Têm ternura, carácter e firmeza:
Antes morrerão Mártires, que neguem
A pura e Santa Lei que têm e seguem.

79.

E pois subir pretendo a novos ares,
À Máquina me volto, adeus bom povo;
E direi, em me vendo nos meus lares,
Que descobri aqui um Mundo novo:
Direi que encontrei génios singulares,
Direi nisto que vi, que muito louvo,
Que, por Leis e costumes dos Lulanos,
Esquecem Persas, Gregos e Romanos.

FIM.

80.

Fazendo o nosso Herói tal despedida,
Concorreu todo o povo a cortejá-lo;
Ele então, pondo a Máquina em partida,
Disse adeus e voou sem intervalo;
Tenta levar avante esta subida,
Mas sente dentro em si um certo abalo
E, descendo, desiste do que empreende,
Que a tanto o engenho humano não se estende.

Será Muito Pedir-te a Lua? (Nota explicativa) Maria Luísa Malato Borralho

(Universidade do Porto)

Citação: Maria Luísa Malato Borralho, "Será Muito Pedir-te a Lua?", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X

<www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.html>

Prometer a Lua. Cabeça na Lua, aluada. Lua de Mel, pingando como figos de Junho. A Lua por um fio. Lua, luar, felizmente. Será muito pedir-te a Lua?

Tão próxima, tão distante. Andando ela constante à volta da Terra, só lhe conseguimos ver um dos lados, o branco. O lado do homem que trabalhava ao domingo e foi posto na Lua, carregando um feixe de lenha. Porque existe ainda outro lado, o que sempre se esconde, lado negro, lado lunar da Lua.

Quanto pesará a Lua toda?

– Saiba Vossa magestade que não pode pesar mais do que um quilo, pois todos dizem que tem quatro quartos.

Ah, Frei João sem Cuidados, destruído o mundo de Ptolomeu, mais a Lua nos pesa no pensamento! No *Ícaro Menipo*, de Luciano de Samosata, poeta do século II, já Ptolomeu era indigno, quando observado da Lua. No século XVII, quando irremediavelmente perdemos o centro do Universo, ganhámos a hipótese de nós, Terrestres, não estarmos mais sozinhos: Luanos, Marcianos, Venusianos... Antes do século XX, das viagens de Emilio Salgari, de Júlio Verne, de H. G. Wells, antes ainda do homem que Edgar Allan Poe colocou na Lua, já o século XVII a vê muito habitada. *Somnium*, de Kepler, em 1634, faz da Lua o sonho de um astrónomo. Cyrano de Bergerac, em 1657, na *História Cómica dos Estados e Impérios da Lua*, imagina nela, em certa medida, um reino da Poesia em que o dinheiro foi substituído por poemas e os habitantes falam através da Música ou da Dança. É na Lua que a sua personagem encontra o luso-espanhol Domingo Gonzales que por lá tinha ficado, produto da ficção de Francis Godwin, *O Homem na Lua* (1638). A Lua é um espelho, reflecte a imagem que lhe damos. Durante o século XVIII, a viagem à Lua será cada vez mais um pretexto para utopias tecnológicas, fascinadas pelos progressos científicos. A 5 e 8 de Agosto de 1709, sob o signo do Sol, Bartolomeu de Gusmão apresenta à Corte a sua Passarola: voa, mas incendeia-se facilmente. No mês de Junho de 1783, os irmãos Montgolfier, filhos de um industrial de papel, lançam-se com êxito num balão de seda. Num domingo, no mesmo dia da semana em que um homem teria colhia a lenha que lhe valeria a prisão na Lua, subiria Lunardi, num Balão aerostático, os céus de Lisboa. Bocage vê-o chegar, a 24 de Agosto de 1794, ao Templo da Mémória e canta-o, "Lá, onde a feia inveja desgrelhada/ Ao mérito não move horrível guerra,/ Nem sobre chusma inerte e desprezada/ Cospe o veneno, as víboras aferra./ Lá, na ditosa e lúcida morada,/ Defesa dos vícios de que abunda a Terra". Como foi Lunardi buscar o nome ao que visava?

José Daniel Rodrigues da Costa viverá com a notícia de tais viagens. Nasceu a 30 de Outubro de 1757, em Leiria, e faleceu, em Lisboa, a 7 de Outubro de 1832. Era tão pobre e esforçado que mereceu o favorecimento de Pina Manique e foi acolhido na Nova Arcádia, em casa do Conde de Pombeiro, onde desdenhava dos versos de quase todos os pastores com o nome de Josino Leiriense. Ao seu lado, passavam os governantes e os governados. Se José Daniel Rodrigues da Costa fosse a personagem de uma comédia, nela teria a função do Coro. Tudo observa à procura de uma Ordem, mas oscilando entre a voz do Povo e a voz de Deus, entre evidências e ironias, sarcasmos e adulações, imagens e profecias, para afinal ficar pela pintura caricaturada de um panorama de feira popular.

– "Cheguem Senhores, cheguem, e pelos vidros desta *Câmara Óptica* observem as extravagantes cousas que se apresentam aos olhos de quem as quer ver em quadros de vivas pinturas". Assim dirá ele, em 1807, numa *Câmara Óptica*, onde as vistas às avessas mostram o mundo às direitas.

Do seu livro *O Balão aos Habitantes da Lua: poema herói-comico em um só canto* conhecem-se pelo menos quatro edições. A de Lisboa, na Impressão Regia, em 1819, reimpressa no Rio de Janeiro, em 1821. Assinala-se a terceira edição em Lisboa, na Impressão de João Nunes Esteves, 1822. Século e meio mais tarde, em 1978, para as Edições 70, Alberto Pimenta recuperará o texto já esquecido. Nesta Lua de José Daniel Rodrigues da Costa, encontraremos nós a Utopia ou a Realidade?

Eu canto o herói que voa sem ter asas

Nas altas regiões de frio e fogo (...)

Que, indo buscar nas nuvens desafogo

As dúvidas tirou à gente perra

Que teima em que na Lua não há Terra.

CONCURSO UTOPIA

Utopia

Jaime Negrão

(vencedor da [Categoria A](#); pseudónimo utilizado: Carlos Vicente Praia)

Citação: Jaime Negrão, "Utopia", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X

<<http://www.lettras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>>

10 de Dhu'l-Qa'dah de 1424

9 de Tevet de 5764

3 de Janeiro de 2004

Conseguimos, por fim. O sacrifício que nos foi exigido começará hoje a dar os seus frutos. O princípio de tolerância pelo qual largámos a comodidade do quotidiano será a partir de agora posto à prova.

Faz hoje pouco mais de um ano que tudo começou. Uma convocatória para a resolução de um problema – o caminho que o mundo estava a tomar, um debate no sentido de encontrar uma solução. Após bastantes horas, dias de discussão, concluímos que era preciso criar um exemplo, partindo do zero, e mostrar ao resto do mundo que é possível ao ser humano viver em harmonia consigo mesmo, com os que o rodeiam, e com a Natureza. Sim, a conclusão foi que iríamos materializar uma utopia, um lugar onde toda e qualquer pessoa se pudesse sentir bem, plena, onde qualquer credo, raça ou cultura fosse aceite tal como é: um produto do devir humano.

Apesar de nesse grupo inicial não existir grande diversidade etnográfica, um princípio segundo o qual eram eliminados da nossa sociedade todo o tipo de preconceitos foi estabelecido como máxima, pois é do julgamento precipitado e cientificamente inválido perante quem me rodeia ou mesmo quem desconheço que surgem muitos dos conflitos e tensões actuais, que hoje se verificam tanto a nível interno, no quotidiano das pessoas, exemplificando com o tumulto criado pela questão das vestimentas típicas duma religião serem aceites ou não nas escolas, como externo, com os desentendimentos político-religiosos (nos países em que os governantes são também os dirigentes religiosos) e as consequentes nefastas oposições bélicas. Partindo dessa lei, da primeira, foram criadas outras, que defendiam sobretudo liberdades individuais, tais como a liberdade de expressão ou de culto. Seria, deste modo, exigido a quem quisesse pertencer à nossa entretanto reduzida sociedade que abdicasse dos seus interesses, que de qualquer forma negligenciassem o bem colectivo, como é o caso das disputas ráticas. No fundo era simples, independentemente do que alguém possa ser ou acreditar, a harmonia necessária e impulsionadora de uma vivência plena em conjunto, conjunto esse inevitavelmente heterogéneo (em termos culturais), jamais poderia ser prejudicada por conflitos provenientes de querelas culturais. Em suma, era exigido a cada um a capacidade de procurar conhecer o porquê da existência e dos hábitos a quem para nós é estranho, diferente, e tentar compreender, aceitando tanto o que o desconhecido possa ter de bom como o que tem de mau, pondo de parte qualquer tipo de preconceito.

Isolando-nos do resto do mundo, e utilizando alguns dos meios que tem, arquitectámos a primeira cidade, aquela em que poríamos em prática o nosso sonho humanista. Decidimos chamar-lhe Amaurota, em honra da capital da ilha de Utopia, em honra do sonho de Thomas More. Enquanto os nossos arquitectos projectavam o nosso futuro lar, nós, os restantes, reunidos em assembleia, tentávamos dar solução ao primeiro desacordo no nosso seio. A questão: até que ponto aproveitaríamos as tecnologias do mundo actual, do qual acabáramos de fugir para criar uma eventual solução. Confessemos que voltar aos tempos primitivos seria ridículo, na medida em que seria na racional utilização desses meios e não na sua rejeição que se poderia aproveitar o potencial de todo o avanço tecnológico verificado desde o Paleolítico.

Ser-me-ia impossível enumerar tudo o que foi ou não aceite nessa altura, mas posso dizer que a escolha foi feita com base no critério de análise das consequências, tanto a curto como a longo prazo, da aplicação e aceitação de uma certa tecnologia. Assim, foi rejeitada, por exemplo, a energia nuclear, tanto pelo risco que enceta a sua fruição (apesar do seu enorme potencial) como pelo seu carácter hipoteticamente bélico.

Mas dizia que hoje era dia de celebração e de início de uma nova etapa. Apesar da dificuldade em se conseguir vir a fazer parte do nosso evolutivo projecto, tanto pelos princípios de tolerância e colectivistas que propomos, pois chocam com a maior parte das ideologias e estilos de vida de muitas pessoas, como pela localização geográfica (bastante recôndita), recebemos hoje mais um grupo de pessoas que desejam dar o seu contributo para Amaurota. Entre eles, um número considerável de adeptos do judaísmo, bem como outros tantos apologistas da fé muçulmana. Tendo conhecimento do que lhes era exigido para poderem tornar-se amaurotianos, não levantaram qualquer tipo de objecção. Se calhar a própria importância dada a este momento pode ser vista como discriminatória. Mas aqui não, pois a

confiança que as pessoas têm umas nas outras impede qualquer interpretação que seja diferente da contida no simples regozijo pela chegada de uma nova etapa, regozijo esse por haver cada vez mais gente a povoar as nossas ruas e casas, por conseguirmos atrair pessoas diferentes dispostas a abdicar de parte dessa mesma diferença que os identifica para se juntarem a nós, ao nosso sonho, que também é de quem estiver disposto a fazer o mesmo.

*

27 de Muharram de 1425
26 de Adar de 5764
19 de Março de 2004

“Um sistema mantém uma certa estabilidade fluída que pode ser destruída por um passo em falso em apenas um nicho. Um sistema tem uma ordem, uma fluência de ponto a ponto. Se alguma coisa detém a fluência, a ordem entra em colapso. Os ignorantes podem só dar conta desse colapso quando é demasiado tarde. É por isso que a mais alta função da ecologia é a compreensão das consequências.”

Foi com estas palavras que foi aberta a assembleia em que se decidiria quais as tecnologias que seriam ou não aceites, de forma a se poder escolher as que pudessem contribuir para o saudável desenvolvimento de Amaurota. A preocupação ambiental patente neste excerto da obra *Dune*, de Frank Herbert, seria também a nossa. Assim, foi criada uma instituição de investigação e desenvolvimento tanto de medidas pro-ambientais até agora frustradas, como, por exemplo, a promoção da reciclagem ou das energias renováveis e não poluentes, como de estudo e aplicação de vias alternativas de aproveitamento de recursos naturais, de forma a conseguir solucionar a maior parte dos problemas de poluição actuais. Assim, conseguiríamos a prevenção da ignorância que apenas permite ver um colapso ambiental quando já é demasiado tarde.

A Ecologia é cada vez menos uma ciência especializada, pois o seu objecto de análise afecta cada vez mais áreas, tais como a da Física, ou da Botânica, ou mesmo da Sociologia! A degradação da Natureza é fruto de um retrocesso dentro do próprio desenvolvimento humano, e o meio natural está relacionado com o Homem das mais variadas maneiras, nos mais variados objectos de estudos da maior parte das ciências. Já Edgar Morin defendia que “o conhecimento ecológico requer uma policompetência nestes diferentes domínios (das várias ciências que acabam por fazer parte desse conhecimento) e sobretudo uma apreensão das interações e da sua natureza sistémica”. Doravante, o desenvolvimento terá também como premissa o respeito pelo sistema que rodeia o Homem, pois a sua sobrevivência depende da sobrevivência daquele, assim como estarão presentes em todas as ciências princípios ecológicos, de forma a impedir a acção nefasta que o ser humano tem produzido sobre o meio natural que o rodeia desde o início da Revolução Industrial, desde finais do século XIX.

*

10 de Sha'ban de 1425
10 de Tishrei de 5765
25 de Setembro de 2004

Tendo em conta o respeito pelo ambiente que nos rodeia, foram adoptados para o embelezamento e organização da cidade os ideais de arquitectura orgânica, conceito teorizado por Frank Lloyd Wright. Este consiste na criação de edifícios que devem conseguir uma harmonia entre os seus habitantes e o ambiente que os rodeia, entre os elementos construtivos e a sua integração na paisagem que os integra. Era assim criada uma maior ligação entre os habitantes e a própria Natureza, bem como o consequente sentimento de responsabilidade no que diz respeito à sua conservação, de forma a poder desfrutar de tudo aquilo que ela oferece.

Outra preocupação de ordem arquitectónica foi a de tornar a cidade o mais iluminada possível, com ruas largas para aproveitar a luz solar, e com a construção de uma central hidroeléctrica num rio situado nos seus arredores, de forma a proporcionar aos cidadãos iluminação nocturna. A força deste rio, o rio Dísio, sendo bem aproveitada, é suficiente para criar energia eléctrica quanto baste para a iluminação urbana, para a dos edifícios públicos e para a das habitações. À volta desse mesmo rio estão situados os campos de exploração agrícola, cuja elevada mecanização liberta os agricultores, permitindo a existência de abundância de alimentos, ao ponto de lhes ser possível realizar o transporte desses mesmos para a cidade. Uma ponte suspensa une as duas margens (que se distanciam em cerca de 750 metros). A estrada, de 10 quilómetros de distância até à cidade, foi feita de modo a que o seu comprimento fosse o menor possível, ou seja, em linha recta sempre que realizável. Em breve deixará de ter uso, pois está a ser desenvolvido um veículo que, tendo como todos os restantes da cidade hidrogénio como combustível, consiga elevar-se a uma altura mínima de 75 metros do solo, permitindo

assim devolver a faixa de terreno retirada à Natureza aquando a construção da estrada, reduzindo ao mínimo a intervenção humana no *habitat* que rodeia a cidade.

Trabalham nos campos os que se ofereceram, tendo apenas a obrigação (além do cumprimento da profissão a que se propuseram, como é óbvio) de quando quiserem deixar de trabalhar lá, instruir um seu sucessor (sendo normalmente orientador do estágio de preparação desse novo voluntário), que continue o seu trabalho. Apesar do amor e ligação à cidade, a consciência de se estar a fazer um encargo essencial impregna o voluntariado de uma humildade e gratificação pessoal enormes, criando um relativamente grande grupo de pessoas que realmente sacrificam o seu bem-estar e amor pela cidade deslocando-se para os campos, enquanto que, ao mesmo tempo, são numerosos os que se dizem não serem capazes de tamanho afastamento. O mesmo acontece com os que se dedicam à criação de gado, também em pastos nos arredores, com os trabalhadores da central hidroeléctrica ou com os das condutas que ligam à cidade a nascente de um afluente do rio Dísio, abastecendo-a de água limpa e pura, potável. Na manutenção desses recursos são precisos tanto engenheiros como serralheiros, e nunca é permitido a seja quem for trabalhar num certo posto ou profissão sem antes ter recebido a formação adequada e aprovação no estágio pré-encargo de seis meses (normalmente tendo como orientador um dos trabalhadores que esteja de saída, de forma a garantir um número constante de mão-de-obra, renovando-o).

Para coordenar todos os empregos, pedidos de mudança ou mesmo para começar uma primeira profissão (jovens que atingem a maioridade), existe no centro da cidade um edifício de coordenação laboral. De facto, a organização da cidade processa-se como um círculo anelado, com um centro e respectivas camadas circundantes.

Nesse centro situam-se os edifícios governativos: o centro e os tribunais de emprego; as sedes das sociedades de gestão de recursos urbanos: água, electricidade, hidrogénio, géneros alimentícios, bens de consumo, transportes, construções, meios de comunicação; o centro de organização educacional, órgão preparativo tanto dos jovens, que recebem instrução obrigatória até aos 18 anos, como daqueles que desejam instruir-se para ocuparem uma nova profissão, ou mesmo aqueles que desejam cultivar o espírito, através dos mais variados cursos de especialização, investigação, entre muitos outros; e o edifício no qual se controla e mantém todos os outros organismos atrás referidos, o que hoje se denominaria Câmara Municipal, mas em Amaurota chamamos Centro de Administração Geral (CAG). Estes edifícios compõem a primeira camada à volta do centro da cidade, no qual se situa o CAG.

Na camada seguinte situam-se todos os edifícios de distribuição de bens de consumo. Daí cada um pode levar todos os géneros alimentícios de que precisa, sem dar nada em troca. É um sistema baseado nas competências das pessoas. Sendo a ociosidade socialmente reprimida pelos próprios cidadãos, e podendo apenas exercer uma profissão tendo a devida instrução, a abundância de alimentos está garantida pela elevada competência dos profissionais que trabalham na área da sua produção. É, assim, eliminado o carácter obrigatório de um emprego para sobrevivência, fazendo com que as pessoas não trabalhem de má vontade, pois não são forçadas a terem um emprego. A abundância impedirá a ganância e a avareza, não fazendo sentido alguém tirar algo mais do que o que precisa para si ou para os seus, sendo o constante abastecimento desses centros garante que ninguém venha a sentir falta de alimento. No entanto, o mesmo já não se passa com todos os outros bens de consumo. Estes devem ser requeridos nas sociedades correspondentes, que se situam na primeira camada de edifícios logo após o centro da cidade. Desde vestuário até livros, electrodomésticos a computadores, automóveis a mobília. É preciso justificar o requerimento com uma profissão, criando assim a crença de que o esforço recompensa. Contrariamente a isso, essas mesmas sociedades estão encarregadas de controlar os requerentes, não permitindo que haja quem trabalhe só para obter qualquer coisa, para de seguida viver luxuosamente no ócio (por exemplo). Nesse caso, o bem ganho ser-lhe-á retirado, e se essa pessoa quiser reavê-lo terá de o “remerecer”. Fica deste modo presente na mente das pessoas que para garantir o seu bem-estar terão de contribuir para o bem colectivo, terão de dar o seu contributo para a sociedade para depois terem a sua recompensa. Contudo, ninguém é obrigado a trabalhar para sobreviver. Quem não o fizer pode sempre viver à custa dos edifícios de distribuição, vivendo em condições básicas, continuando a poder usufruir dos serviços públicos, que são grátis, ou vendo as coisas dum outro prisma, vivendo à custa do suor e dedicação de outros. O que faz com que casos destes sejam muito raros. Mas mesmo existindo, os indivíduos que o fazem acabam por ser pessoas sós, sem ninguém que suporte tanto viver nessas condições como pelo receio da preguiça, quase considerada como uma doença contagiosa. E se formos ao fundo da questão, não faz muito sentido uma pessoa não trabalhar, porque mesmo os trabalhos mais pesados, como trabalhar numa fábrica de, por exemplo, produção automóvel (todas as fábricas se situam ao longo da estrada que vai dar ao rio Dísio, a partir dos últimos cinco quilómetros) é preciso apenas cumprir um horário laboral de 25 horas semanais. Mais, dado que as fábricas estão constantemente a ser piloto de testes de novas tecnologias, é exigido cada vez menos, fisicamente, dos operários.

Numa terceira camada situam-se as habitações. Estas não são todas iguais, tanto na sua arquitectura como na área que ocupam. Cada família, casal, ou indivíduo, após ter consultado um arquitecto e um engenheiro civil, apresenta um projecto de criação de habitação perante o órgão que decide ou não a sua aprovação, a sociedade urbana de construções, situada perto do centro, na primeira camada. As casas, que não devem ter mais de três andares e ultrapassar uma área de 350 metros quadrados, mais 50 opcionais para um jardim, contereão em si todo o espaço que os requerentes acharem ser preciso, no presente ou no futuro (isto caso seja um casal que deseje criar família, por exemplo). Assumem a responsabilidade de manter a casa nas melhores condições, e normalmente muitos dele dedicam grande parte do seu tempo à jardinagem, embelezando tanto o seu lar como a própria cidade. Comprometem-se também em compensar o tempo, mão-de-obra e materiais despendidos através da prática de uma profissão durante um ano, respeitando o horário laboral mínimo da profissão que escolherem (qualquer pessoa que não o faça, sem justificação plausível, fará com que a sua demissão seja proposta, no centro de emprego, que analisará o caso e decidirá sobre o assunto, como num julgamento. A muitos destes casos é concedido o perdão e uma segunda oportunidade, não havendo mais misericórdia se o caso se repetir).

Estará, então, localizado no centro de Amaurota o Centro de Administração Geral, com uma rua que o rodeia formando uma rotunda. Dessa partirão oito outras ruas em linha recta em direcção aos extremos da cidade, como se esta fosse uma circunferência dividida em oito partes iguais. Consoante os edifícios dessas partes, partirão ruas perpendiculares a essas oito, formando novas circunferências, não sendo a evolução da cidade senão um conjunto de anéis em ordem crescente (de dimensão) conforme se afastam do centro. Na origem deste tipo de disposição e planta de cidade está a ideia de que a esfera é símbolo de perfeição cósmica, de totalidade e plenitude, de união.

*

3 de Dhu'l-Qa'dah de 1425
3 de Tevet de 5765
15 de Dezembro de 2004

Um dos maiores problemas que teve de ser resolvido foi o de como anular a cobiça e inveja humanas. Após bastantes horas de discussão no CAG, foi decidido criar, em cada habitação e edifício um sistema de segurança, não complicado de desmontar mas fisicamente desgastante, exigindo algumas horas e esforço para o fazer. Juntando isso ao preço a pagar pelo roubo ou sua tentativa – o exílio – seria mais fácil e cómodo a uma pessoa dedicar-se a um ofício honesto do que enveredar por esse ramo.

Os únicos edifícios nos quais não foi instalado esse sistema foram os templos, comuns a todas as religiões, sem preferência, ou seja, sem qualquer ornamentação típica desta ou daquela religião. Quem deles trata são pessoas, religiosas ou não, que a tal se dedicam, oferecendo-se, sendo essa ocupação considerada como mais uma profissão (em termos burocráticos).

Tal como as religiões são respeitadas, o mesmo acontece com os tempos livres e privacidade das pessoas. No entanto, são mais os que se dedicam a fazer algo pela cidade do que a guardar para si as suas horas livres. Quando mencionei a dedicação à jardinagem, não disse que esta apenas acontece nos lares de cada um. Não. Como exemplo máximo disso, devo mencionar o acontecimento na altura do primeiro aniversário da nossa cidade. Crianças de toda a área ocupada pela nossa comunidade, centro urbano e arredores, juntaram-se no centro, e acompanhados pelos seus pais e professores, plantaram os oito carvalhos que rodeiam o CAG, em frente a cada uma das ruas que de lá partem. O carvalho em si é um paradoxo, porque sendo árvore simboliza a imagem feminina, regeneradora da Mãe Natureza, mas sendo carvalho, pela sua masculinidade, dá a sensação de imponência, protecção, durabilidade quase eterna. Este paradoxo verifica-se também com a própria Amaurota, a ligação da imponência da cidade com a própria protecção materna da Natureza, aliada à fragilidade de cada indivíduo que, juntando-se a todos os restantes, é inquebrável.

Essa harmonia é estabilizada pela própria organização executiva e legislativa. As leis, que nem sequer são suficientes para formar uma constituição (palavra que faz lembrar um livro de enorme grossura e complexidade, e que é de difícil acesso para o cidadão comum), são tão simples que interpretações ambíguas são impossíveis, assim como a sua ignorância, que é evitada através do seu ensinamento às crianças, desde muito cedo, nas escolas. Todos são iguais perante a lei, desde o operário até ao representante no Senado. Este é composto por 72 elementos, 9 por cada "fatia" da cidade, normalmente 3 por zona em que trabalham, eleitos por voto secreto, direito reservado para todos os indivíduos maiores de dezoito anos (data considerada o início da idade adulta), que estejam ou empregados ou em reforma (permitida a quem cumpra a partir de 35 anos de trabalho) ou desabilitados fisicamente para realizar um encargo. Cada elemento cumpre um mandato de 3 anos, que não pode ser repetido senão seis após o anterior ter terminado. Aqui são discutidos os problemas e carências da cidade sobretudo, e

em algumas excepções casos individuais que mereçam uma atenção especial (como quando há o risco de ser aplicado o exílio).

As excelentes condições dos serviços públicos são outro dos elementos estabilizadores. A rápida e eficiente burocracia (quem, por exemplo, apresentar uma proposta de criação de habitação tem uma resposta em menos de 24 horas), fruto de uma organização exemplar; a qualidade dos meios desses serviços, tanto físicos como psicológicos, através de uma elevada profissionalização do pessoal docente e dum investimento nas melhores tecnologias e acomodações (especialmente em hospitais e lares para idosos ou incapacitados), com centros de saúde constantemente abastecidos de alimentos e material que seja necessário, assim como bens de consumo que ajudem a amenizar o sofrimento dos que lá estão; jardins floridos e bem conservados que tornam a cidade num paraíso natural, impossível de não amar e fazer tudo para assim o preservar.

Apesar de ainda ser jovem, Amaurota tem todas as condições para persistir. O cultivo da virtude e da acção permitem que defeitos e vícios sejam inaceitáveis, e conseqüentemente repelidos, para que não assolem a cidade tal como uma peste negra o faria na Idade Média. No fundo, a preguiça é uma praga, é a praga do século XXI. Mas enquanto estiver longe não poderá abalar as nossas instituições. Não podemos esquecer o facto de que ainda permanecemos um segredo para o resto do mundo, pelo que o contacto com o exterior apenas poderá ser estabelecido quando houver certeza absoluta de que os alicerces da nossa cidade estão bem fundados, dispostos a suportar qualquer peso que possa advir desse contacto. Por agora, construamos e solidifiquemos tanto a cidade como a nós próprios, através do cultivo do corpo e da mente, da virtude, para depois espalhar pelo mundo a nossa solução, realizada através da procura da harmonia com ajuda da tolerância, espalhar a fundamental e urgente necessidade de ligação e respeito à Natureza, para que possamos partilhar o nosso sonho.

Pathos

Paulo Ascensão

(vencedor da [Categoria B](#); pseudónimo utilizado: Paulo Ascensão)

Citação: Paulo Ascensão, "Pathos", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X

<<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>>

É necessário possuir os modos de um actor e a esquizofrenia de um louco para conseguir convidar as personagens a soltarem as suas vidas no papel.

As horas eram colhidas pelo mar, não fazia sentido enumerar os minutos ou os segundos naquela pequena ilha. Não seria ousado acreditar que, naquele pedaço de terra, o tempo assumia a forma do estar. Essa relatividade inconstante materializava-se na brisa fresca, que tanto se afogava na sua impotência como surpreendia as folhas de papel.

A ilha não tinha mais que cinquenta metros de um lado ao outro. Só areia. No centro da pequena ilha, um homem sentado numa cadeira, apoiado a uma mesa também de madeira velha. Ele escrevia...

Ele escrevia debruçado sobre a mesa; ser esquerdino e alguns vícios de posição adquiridos nas antigas carteiras da escola obrigavam as suas costas a descrever um arco: uma ponte entre o corpo que idealizava a matéria-prima das letras e a mesa, onde se executava analiticamente o juntar das letras em palavras. A sua mão deslizava pelo papel com rapidez, não apenas para seguir o raciocínio lesto, mas também para sentir a superfície do papel.

Ele era Gaio, um aventureiro nas palavras da sua mãe. Mas Gaio, antes de aventureiro, era um investigador, se é que é possível dissociar estes dois elementos. Vasculhando a memória, deparou-se com os antigos debates "para-filosóficos" que se prolongavam pelas noites mais longas com o seu companheiro dessas viagens, Bracco.

Gaio deveria ter uma idade compreendida entre os quarenta e quarenta e cinco anos. As longas viagens fazem-nos perder a contagem dos sucessivos sóis e os calendários passam a ter lugar privilegiado no fundo da gaveta. O importante é o rosto. Aguentá-lo em frente ao espelho com a lucidez de o reconhecer é a vitória primordial. Assistir ao abandono da jovialidade, a juventude como uma sombra, passando para a assistência do outro lado do espelho...

Gaio ostentava uma barba grande e descuidada. Olhos negros, vivos...

A ilha não tinha mais que cinquenta metros de um lado ao outro. Só areia. No centro da pequena ilha, um homem sentado numa cadeira, apoiado a uma mesa também de madeira velha. Ele escrevia...

Minha adorada e querida Bianca, minha filha...

Os anos passam numa sagração tempestuosa de não te ver crescer. Guardo a flor que me ofereceste no dia da minha partida e conservo ainda a ternura do teu olhar na despedida. Por mais investigações que faça, viagens que execute, tenho a certeza de que jamais conseguirei decifrar esse teu olhar tão expedito, que me desconcerta.

Bianca, filha, prometera que te escreveria na primeira oportunidade. Esta carta cumpre a promessa feita há dez anos. Nem tudo foi fácil. Os novos oceanos foram muitas vezes um espinho que maltratou o nosso barco. Em certas alturas, os homens que me acompanham nesta viagem perderam a vontade e cortaram o laço que os abraça à realidade. No entanto, a união saboreou sempre a vitória. O mar é uma companhia perigosa: Se está revoltoso o perigo é iminente; se está sereno as longas horas em sua companhia tornam-no num monstro implacável, a sua calma lãnguida é uma hipnótica consternação.

Após longas provações no alto-mar e sucessivas tempestades interiores, daquelas que irrompem nas noites de dúvida e incerteza, o objectivo primordial foi alcançado.

Num fim de tarde, igual a muitos outros ao longo de dez anos, avistamos terra. A euforia dos homens foi avassaladora. Eu não pude conter uma lágrima e pensar que melhor prenda para ti, Bianca, que não esta. Que a prematura separação dos teus braços não foi em vão.

A ansiedade dos homens aumentou quando estávamos prestes a atracar. A incerteza revolvía-nos o estômago. Temíamos que, depois de estarmos a salvo da boca do mar, fossemos engolidos por uma civilização despida de sensatez. Mas, minha querida filha, bem pelo contrário. Espero que acredites nas palavras que se seguirão, que acredites na descrição que farei deste mundo irreal para quem não o veja com os seus próprios olhos. Não me importa o descrédito que certamente os pensadores do nosso país agitarão como uma bandeira. Eu próprio teria sérias dúvidas se me contassem aquilo que te irei descrever. Só preciso de uma coisa. Que tu, filha, acredites nesta humilde descrição onde todas as

palavras são desprovidas da textura dos objectos e fórmulas de pensamento, que aqui me enchem os olhos. Só necessito que tu acredites nas palavras do teu velho pai e que, deste modo, a nossa separação tenha realmente sido uma aventura histórica tanto para mim como para ti.

Ao chegarmos a terra fomos recebidos por homens que partilhavam da mesma carne e do mesmo sangue que a raça humana. Receberam-nos com sorrisos. Para nosso espanto falavam a língua universal.

Após uma breve conversa de cortesia de ambas as partes, pedi a um deles que me encaminhasse até ao seu líder ou representante daquela terra. Surpreendentemente, Bianca, ele disse-me que não tinham. Não tinham. Disse-me que se autogovernavam. Eu olhei os meus homens, também eles estavam perplexos, e deduzi que certamente aquela civilização não estaria tão avançada como pretendíamos ou imaginávamos nos sonhos que nos acompanharam em toda a viagem. Pois é, Bianca, uma dedução errada. E que errada era... Foi então que prometi a mim mesmo que deixaria de deduzir ou especular sobre aquela estranha terra. Decidi ser um mero recolector de factos, para só posteriormente exercer o meu método analítico. Entre o grupo de homens que nos recebeu estava Ulpiano. Ulpiano foi o homem que mais perto esteve de mim, arriscaria dizer até que, desde o primeiro momento em que nos conhecemos, a empatia foi imediata. Foi ele que me acompanhou durante todas as visitas, com as suas preciosas explicações técnicas e ideológicas sobre esta terra.

Eu e mais três dos meus homens fomos conduzidos até ao centro da cidade. O transporte em que nos levaram tinha tanto de estranho como de fascinante. Chamavam-lhe semovente. O semovente era parecido com um carro, contudo, ele tanto andava por terra, como voava e, ainda, se necessário, penetrava nas profundezas do oceano. Além disso, não era necessário guiá-lo. Aceitava as ordens só com a voz e era o próprio veículo que escolhia o seu percurso, se por terra, pelo ar ou se por água. Bastava apenas dar-lhe a ordem do destino pretendido, que ele executava o resto. Dentro do semovente, a comodidade parecia ser algo de outro mundo. E, de facto, era-o. Podíamos optar por ver a paisagem, visto que o semovente era composto por várias janelas, como também podíamos conversar tendo disponíveis mesas e, ainda, para minha surpresa e dos meus homens, existia a possibilidade de se armar uma cama para descansar durante a viagem. Poucas e ignóbeis palavras para um veículo daqueles.

Chegados à cidade, o espanto foi total. As casas dos habitantes daquela terra eram enormes prédios e, no entanto, estavam suspensos no ar. Assim, sem mais nem menos, minha querida Bianca. Mais tarde vim a saber que eram suportados por cabos feitos de uma matéria invisível que se prolongavam pelo céu. E, explicando-te de uma forma simplista para que tu entendas, Bianca, esses cabos saíam para além da força da gravidade. E eram sustentados pela força da gravidade e pela não gravidade. Pois no ponto de encontro dessas duas forças surge uma enorme pressão, permitindo dar uma estabilidade eterna àqueles prédios.

O solo estava coberto de autênticas florestas e os animais passeavam despreocupadamente, donos da sua liberdade. Perguntei a Ulpiano se o solo ainda estava por desbravar. Ele respondeu-me que não, que era assim. Que a natureza precisava do seu espaço. Eles viviam lá em cima e a natureza cá em baixo. Senti-me diminuído, tantos os livros científicos que li e que escrevi durante todos os anos da minha vida e, no entanto, aquele conceito era-me difícil de apreender.

Nessa noite, fomos recebidos como reis. Prepararam-nos um banquete onde a variedade de receitas se estendia às especiarias inimagináveis. Agora, já com todos os meus homens comigo, percebi que aquele não era um banquete extravagante aos costumes dos habitantes daquela terra. Não, filha. Eles faziam-no todos os dias. Aquele banquete era uma mera refeição para todos eles, igual a qualquer outra. Ao longo da refeição tive a oportunidade de tomar conhecimento de muitas mais particularidades daquela civilização...

- Ulpiano, qual é a vossa história?

- Como assim, Gaio?

- O que eu quero dizer é: qual é o percurso da vossa civilização, os vossos antepassados?

Ulpiano hesitou por um momento... Mas isso não o impediu de saborear uma iguaria chamada "pernas de sal doce" feita de sal, cana-de-açúcar e uma massa cujo nome é impronunciável.

- Bom, posso contar um pouco da nossa história... Posso-te contar a mais importante para nós. Quando o grupo ainda não era civilizado, este tinha um projecto de construir uma torre até ao céu para poder viver nas nuvens. Nota bem, Gaio, o grupo não era civilizado, por isso não estranhes a ideia...

Mas, voltando à história, após muito tempo de elaboração minuciosa do projecto da construção da torre, o grupo começou finalmente a erguê-la. Tudo estava a correr bem... Mas, quando estavam a chegar a

meio da sua construção, começaram a acontecer coisas bastantes estranhas. A cada dia de trabalho que passava, parecia que a linguagem se estava a modificar no seio do grupo. Isto é, quanto mais a torre crescia, mais a língua parecia desmoronar-se de sentido...

- Como assim? Começaram a falar línguas diferentes?

- Não. A língua era a mesma. O problema era o sentido das palavras. Esse é que estava a mudar por causa da forma de pensar. Se não falassem a mesma língua e a forma de pensar fosse partilhada por todos, tudo correria bem. O problema era que a língua era a mesma, mas o sentido que empregavam nas palavras tinha-se modificado, devido a formas de pensar diferentes.

Essa modificação no modo de ver a vida foi tão profunda para uma parte do grupo que esta criava discussões por pequenas coisas, chegando a mudar o seu acampamento para longe dos outros. Por isso, o grupo dividiu-se em dois: os Ratio, que é o grupo do qual nós descendemos, e os Naturalis.

Os Ratio prezavam a palavra, era a fonte da união, procurando ouvir sempre todas as posições acerca de qualquer assunto. E ainda assim o é hoje, visto que adoptamos essa ideologia. Os Naturalis viviam em constante euforia e permanentemente em conflito. Foram os Naturalis que se afastaram do resto do grupo, assentando acampamento perto de uma árvore, que passaram a adorar. Era a maior árvore que alguma vez existiu nesta terra, tinha um par de quilómetros de largura e os Naturalis realizavam sacrifícios em nome dela, acreditando que aquela árvore tinha poderes místicos.

- E o que pensavam os Ratio sobre isso?

- Sobre o quê?

- Sobre a adoração da árvore por parte dos Naturalis?

- Ah, isso.. Bom, os Ratio não compreendiam aquela súbita adoração, tentando por várias vezes dialogar com os Naturalis. Mas eles não davam qualquer hipótese de conversação e ameaçavam quem se chegasse perto da árvore.

Mas continuando... Um dia, a chuva apoderou-se da terra durante uma semana, como nunca se vira antes, os Ratio concordaram não trabalhar na construção da torre dado o risco que a terra molhada representava. Os Naturalis nem quiseram discutir o assunto e, por isso, subiram à torre para continuar a construí-la. Não havia maneira de dissuadi-los... Nesse dia, a chuva aumentou ainda mais... Subitamente, no final da tarde, um ruído assustador fez com que os Ratio corressem para a torre. Mas quando chegaram... já nada podiam fazer... A torre desabara e todos os Naturalis perderam a vida naquele golpe da terra. Os Ratio não tiveram tempo para chorar os seus irmãos, pois a intensidade da chuva não diminuiu, bem pelo contrário, aumentou, anunciando o dilúvio. A terra entupiu e as águas começaram a subir...

Não havia tempo a perder, os Ratio precisavam de encontrar uma solução, se quisessem sobreviver. E, por mais que custasse, a única solução era cortar a árvore que os Naturalis adoravam, fazendo dela o único barco suficientemente grande para todos. Durante horas os Ratio cortaram a árvore e, depois de a transformarem em barco, puseram a salvo todos os seres vivos que conseguiram.

Ulpiano, depois de me contar a história dos seus antepassados, concluiu com a promessa da parte dos Ratio de nunca mais voltarem a construir a torre e de, em memória dos Naturalis, não mais voltarem a cortar uma árvore. Por isso, tinham os seus prédios suspensos no ar. Encerrando o assunto com uma frase: Ad perpetuum rei memoriam (para uma lembrança perpétua do facto).

Ao longo do jantar, compreendi que eles não têm qualquer forma de economia. Parece impossível, não é Bianca? No entanto, existe uma explicação não menos impressionante para este facto. Eles detêm uma preciosidade e não fazem ideia do que representa tal descoberta. Eles controlam o clima, manejam-no como se de um brinquedo se tratasse. Fabricam as nuvens quando desejam a chuva, dissolvem-nas quando pretendem o sol e armazenam toda a energia solar dentro de um gigante Conservador Solar que fornece electricidade a toda a cidade. Imagina, Bianca, é o mesmo que ter uma estufa planetária. Para quê ter uma economia se os recursos são inesgotáveis? Desta forma, eles não compreendem o significado da moeda, nem mesmo a palavra gratuito, visto não existir a contraposição de custo, preço ... Este binómio para eles não faz qualquer sentido.

No final do jantar, convidaram-me para assistir ao espectáculo. Agradou-me que aquela comunidade tivesse também aspirações culturais como nós. Quis saber quais eram os artistas mais conceituados. Ulpiano respondeu-me que eram todos. Só mais tarde percebi...

Quando entrámos na sala de espectáculos, um pouco semelhante aos nossos teatros, trataram de me sentar e de me ligar uns fios à cabeça e aos dedos, explicaram-me que se tratava de um fio condutor dos sentidos. Tudo o que se passaria na tela eu sentiria em primeira pessoa. Um deles sentou-se numa cadeira junto à tela e também colocou vários fios por todo o corpo. E fechou os olhos. Pouco tempo

depois, a imagem na tela tornou-se realidade. Querida Bianca, não era uma actuação que se desenrolava em frente aos meus olhos, mas sonhos. Transportavam os sonhos para a tela, sonhos estes tão nítidos de perfeccionismo que jamais os esquecerei. Naquele instante, a euforia percorreu o meu corpo e não pude conter uma gargalhada. Então percebi o porquê de não haver artistas conceituados: todos eles compunham na tela um pouco do seu imaginário. Todos eles sonhavam em voz alta e todos os outros o sentiam em primeira pessoa.

Falo-te agora no presente. Restam-me alguns dias nesta cidade. Quero aproveitar todos os minutos para recolher mais informações desta enigmática cidade. Bianca, sabes que teu pai só ruma para a frente, no uso habilidoso da palavra desconhecido, não me condenes por isso, felicita-te antes pelas nossas descobertas, tu e eu.

Quando se despediram para se recolherem aos seus aposentos, decidi ficar mais um pouco na varanda de um dos prédios suspensos no ar. Estou sozinho, no silêncio, admirando a lua. A lua cheia, viva, assemelha-se a um espelho, mostrando o teu rosto, filha. Entre as divagações das tuas formas e a realidade de uma cidade construída sobre pilares idealísticos totalmente estranhos aos nossos, baptizei secretamente, no meu diário, o nome desta cidade: Pathos.

Que a nossa razão no interminável deserto, que é a evolução,
encontre as pegadas na areia desta cidade e as siga...

Do teu velho pai,

Gaio

A ilha não tinha mais que cinquenta metros de um lado ao outro. Só areia. No centro da pequena ilha, um homem sentado...

Gaio, com movimentos seguros, enrolou a carta. Passou as mãos pelo papel e quase foi capaz de sentir o odor das mãos de Bianca a descobrir cada palavra descrita. Num impulso de agilidade pôs a carta dentro de uma garrafa e fechou-a com força.

Vagarosamente, caminhou para o mar e os seus pés tocaram na água fria, provocando-lhe um arrepio. As mãos tremeram quando alcançou com o olhar o horizonte conquistado pelo mar. A respiração tornou-se ofegante e num ímpeto de raiva atirou a garrafa com a sua mensagem... o mar que fizesse o resto e a levasse até ela.

A ilha não tinha mais que cinquenta metros de um lado ao outro. Só...

Ficou imobilizado até perder de vista a garrafa, baloiçando no ventre das ondulações. O rosto tornou-se mais velho. Depois, voltou a sentar-se na sua cadeira, o corpo exausto.

Olhou para a sua direita; um barco destruído, encalhado nos sonhos, cadáver. Tal como os seus homens.

As lágrimas escorriam-lhe pelo rosto e Gaio escreveu assim as últimas palavras deste conto:

Se tivesse três mãos cortava duas delas,

pois uma só mão já é demasiado controversa...

A cidade de Plúris

Marco Abreu

(menção honrosa da [Categoria B](#); pseudónimo utilizado: Xavier Adan)

Citação: Marco Abreu, "A cidade de Plúris", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004).
ISSN 1645-958X
<<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>>

Plúris, 7 de Janeiro de 2025

Caro Miguel:

Em primeiro lugar espero que esta carta, fiel emissora da minha saudade, te encontre de soberba saúde, para que, enfim, a possas ler de uma assentada sem que te falte fôlego, e mais importante, sem que te pare o coração, pois a excitação para que te preparo é algo de inigualável. Temo dizer-te para onde vim, não te aqueça demasiado o sangue, e explicar-te como é lindo e maravilhoso este mundo novo. Em tuas reflexões revelaste, vezes que não foram poucas, o desejo de conhecer uma terra – sendo tudo menos desta Terra – que fosse o sítio em cuja perfeição se envergonha de si mesma. O sítio onde o Olimpo é mero pormenor, repasto de esplendor e beleza, o sítio onde o Sol não se quer pôr. Digo-te, Miguel, tal sítio existe! Perdoa-me a exclamação, porém é pouca. Toda a entoação que pretenda exaltar esta cidade, cai por terra como um esforço gorado. Suficientemente intrigado? Ainda não? Esperava de ti a frieza e a calma necessárias para ouvir tal relato sem que te saltasse do peito o coração, mas também te digo que se não cederes pela razão hás-de ceder por esse órgão “cupidoso”, tamanho romântico que és. Não leves a razão aonde ela não consegue ir, deixa-te antes levar pelo meu relato que, na intempérie do intelecto, é tónico, e no oceano do impossível é farol da possibilidade. Como vês, não me canso de enaltecer a cidade onde me encontro, e mal sabes tu o que me custa encontrar palavras para tal feito, os vocábulos são tão variados e dizem de tudo. No entanto, para cantar esta cidade, não lhe bastando um hino, é necessário que se inventem novos rituais, novas consciências e que as palavras não se tenham por senhoras do indescritível.

Começo assim por explicar, em primeiro lugar, como se chama a cidade e por que se chama assim, e a partir daí tentarei ser o mais fiel ao modelo do meu relato, esclarecendo sistema de educação, sistema religioso e organização política. Mas sem um princípio não há um fim e início o meu relato expondo já a ideia global desta maravilhosa cidade.

A cidade de Plúris, terra que só viste em sonhos e ansiaste palmilhar, deve o seu glorioso nome a Fausto Plurius, o Fundador, criador do sistema actual que, imprima-se no espírito, é o melhor sistema social que já encontrei até hoje – julgo que a História se verga perante tal organização. Dizem os habitantes de Plúris que Fausto veio de muito longe em busca de uma terra perfeita, onde pudesse implantar e construir uma cidade de raiz. A lenda, mais forte que o facto, sobrepõe-se ao que os olhos vêem, e conta que o Fundador se fez ao mar com várias embarcações a fim de encontrar terreno fértil para as suas ideias florescerem e ganharem realidade. Demorou, conta-se, três meses a encontrar a ilha e digo-te, com toda a sinceridade, que esta ilha continua perdida para muitos, achada por muito poucos e criada pelo sonho de outros tantos. Fausto vagueou pelo mar com uma crença, desgostoso, diz-se, mas com a esperança cravada nos ossos e o cheiro da terra nova a entupir-lhe as narinas, chorou perdido, encontrou-se na luta contra as vagas e finalmente o paraíso feito ilha, a esperança feita terra, o sonho foi pedra de toque e alicerce do impossível. O mito enche o povo de glória, talvez de um passado encenado pelos poetas, seja de que forma for, sabemos, tu e eu, que os poetas ao conto acrescentam um ponto onde só cabe linha. Assim veio ao conhecimento do povo que Fausto ao encontrar a ilha teve de se debater com uma raia de enorme envergadura, luta imortalizada pelo templo que tem nome da espécie e fica no fim – que bem pode ser o princípio – da cidade, o Templo da Raia.

Esta maravilhosa cidade, pérola luminescente da história humana, alberga, actualmente três mil quatrocentos e trinta e cinco habitantes, tem metade do tamanho da cidade de Lisboa e, segundo parece, pois ainda não tive tempo de a visitar, tem uma tapada civil fora dos limites da cidade, até aos confins da ilha, que possui espécies conhecidas pelos nossos livros de Biologia e outras que nem sonhamos conhecer. Toda a urbe se transforma em jogos de cor, com a alegria e vida dos habitantes e com motivos de mar que enfeitam as ruas e os edifícios. Cá – que contente estou por aqui estar – todas as ruas levam ao centro da cidade, onde se encontram os principais edifícios. Os mais altos – uma vez que toda a cidade está pensada em extensão e não em altura – são a Torre Didactis, o edifício principal e o Armazém de Plúris, uma espécie de mercado grossista para onde desagua toda a produção e de onde se abastece toda a cidade. Ambos os edifícios são de requintada arquitectura, de fino recorte organista, que ao invés de se destacarem da paisagem urbana, se mesclam com divina proporção e fluidez, qual coração no seu corpo. É ao que se costuma chamar a cereja no topo do bolo. Todas as ruas desta deslumbrante urbe, onde Deus, com toda a certeza, passeou, são de uma engenharia que mais

parece fina iguaria para os olhos dos ávidos humanos. O recorte da malha urbana é fluido. Embora fechada sobre si, a cidade facilita as pequenas fugas, ditas de contemplação, para a sua Tapada Civil. Profundamente inserida no meio onde está, não é bloco de betão sem músculo, é antes cristal de lápis-lazúli, espelhando a natureza quase sobre-humana dos seus habitantes e dos seus próprios construtores e arquitectos. Miguel, é como te digo, impera aqui a genialidade. Em poucos minutos sabes tudo o que há para saber deste sítio, e em menos tempo te apaixonas. Estou deslumbrado e quase molho o papel com as lágrimas, não só porque estou a ver o que de certa forma sonhaste, e é tamanha a emoção, mas porque escrever-te a contar se revela uma experiência sobremaneira injusta. Roçando quase o sarcasmo e o escarninho, parecendo que te estou a fazer pirraça. Não julgues tal, esta carta pode muito bem ser um convite. Continuo, no entanto, o relato, há-de visitar este sítio.

Toda a construção da cidade tem um propósito, a sua forma, a colocação dos edifícios, as suas ruas e avenidas. Faz lembrar uma teia de aranha tecida pelo tempo e pelo esforço de toda a humanidade. Vista de cima – estive, faz pouco tempo, no Museu da Cidade e vi a maquete – a cidade tem a forma de uma casca de caracol. Ao centro, os edifícios que mencionei anteriormente. Ao longo da última cintura, como que para delimitar a cidade, encontram-se outras construções que, embora tenham a altura dos restantes edifícios, pisos térreos, não são iguais em importância. Peço que faças, se puderes, um esboço com o que te vou relatar. Desenha um quadrado e acha o seu meio, depois de achares esse meio desenha-lhe um pequeno círculo em volta, a partir desse círculo peço-te que desenes uma via, larga, a avenida principal, que se afaste do meio, tal qual a espiral de uma casca de caracol, esta espiral tem de estar afastada do primeiro lado do quadrado, no segundo lado menos afastada, no terceiro lado quase a tocar e desembocará no quarto lado dando por terminada. Desenha agora, não sei por que lado começaste a desenhar a via principal, mas de qualquer forma esboça uma espécie de rosa-dos-ventos com outras três vias de menor proporção em forma de espiral também, elas encontram-se umas com as outras, mas cada uma deve ir dar ao seu lado do quadrado, essas também são avenidas, mas de menor importância, revelarei já de seguida a importância das vias e dos edifícios.

Ora, Miguel, esta cidade é brilhante! Concebida pelo famoso arquitecto que acompanhou Fausto na sua viagem em busca de outro mundo, de seu nome Johanes Petrus, desenhador exímio, os seus esboços são água fresca de uma fonte de sabedoria, esgrima o lápis de carvão e desenha plantas que mais parecem sonhos de tom cinzento-escuro. É outro dos senhores, ao lado de Fausto, do qual se contam milhentos mitos, dos quais se destaca a vez em que ficou fechado numa gruta em busca de um esboço perfeito. Conta-se que levou uma quantidade enorme de lápis de todas as formas e feitios e se pôs a desenhar na rocha, em busca da fórmula e forma perfeita para a cidade de sonho de seu amigo Fausto. As ideias convergiram de tal forma que se diz ter desenhado a sonhar. Dormindo, num sono intenso, desenhou a cidade de Plúris por instinto sem sequer ver medidas. Inspiração divina, assim diz o povo. Plúris é força humana e arquitectura divina. Johanes, o Arquitecto, desenhou a cidade sob o binómio constituição-cidade, de acordo com as ideias de Fausto. Pretendeu o Arquitecto desenhar uma cidade que correspondesse na perfeição à ideia que Fausto tinha da sociedade perfeita... Digo-te que se saíram muito bem os dois, um pensador e o outro artista que transformaram um conjunto de alíneas-chave, sobre o funcionamento de tal sociedade, em avenidas, ruas e ruelas, de acordo com uma ideia primordial de organização e fluidez.

A ideia fundamental do povo pluriano reside no esforço e no sofrimento de cada um, qualquer que seja a aspiração que tenhas para compreender este sistema será gorada, no nosso mundo, tal qual o conhecemos, não existe tolerância e intelecto que alberguem tal ideia. Fundamentalmente, aqui, todos os indivíduos têm todas as profissões – perdoa o absurdo, mas é a verdade. De acordo com a Constituição da Excelsa e Pluridemocrata Cidade de Plúris todo o habitante deve participar da profissão do outro, este artigo visa a compreensão, de todos os indivíduos, das dificuldades e vantagens de todas as profissões. Acabo assim por revelar o outro motivo pelo qual a cidade se chama Plúris. Este motivo é mais forte porque toda a Constituição visa a pluridisciplinabilidade e o pluriprofissionalismo dos habitantes da cidade. É claro que existe toda uma estrutura de ensino que permite o funcionamento de tal sistema, mas revelarei mais tarde, de momento retenho-me a contemplar alguns dos pontos arquitectónicos e constitucionais do funcionamento da cidadela.

Desta forma, a própria arquitectura fluida em forma de espiral e a colocação precisa dos edifícios importantes fazem desta cidade um sítio único. Uma espécie de osmose constituição-arquitectura faz da cidade um misto de industrialismo gritante e organismo naturalmente atenuante. A ideia é conservar o habitante para que se sinta em casa a todo o momento. Da mesma forma, há uma preocupação incrível com a actividade contemplativa dos indivíduos – os habitantes de Plúris são muito dados à reflexão – que prima precisamente pela possibilidade de deslocação que a cidade oferece para fora dela até à Tapada Civil. É um misto de mãe-galinha e de mãe-loba. Esta cidade, com todo o poder concentrado nela tem tudo o que um indivíduo necessita para viver, como se a cidade tivesse vida e se preocupasse em demasia com os seus “filhotes”, à guisa de mãe-galinha. Da mesma maneira, à moda de mãe-loba,

atira-os para fora dela, para o meio da contemplação do selvagem e do misterioso desígnio da natureza. Como disse atrás, nunca se sabe onde começa e onde acaba Plúris, mas sabe-se que existem limites. Plúris é sonho.

Imagino como te deves encontrar, Miguel. Estupefacto? Curioso? Que a minha carta guie a tua emoção, e que eu seja o mensageiro da tua momentânea felicidade... Que não te falte fôlego... Plúris, na sua fluida e viva forma espiral, é quase toda em tons de azul, alguns verdes marinhos e alguns castanhos terra, é natureza. Perfeitamente solúvel no meio, há quem diga que não é preciso subirmos muito alto no céu para que se deixe de notar a cidade. Assim ao seu centro, como já havia referido, encontram-se as Torres Didactis e o Armazém de Plúris, da rotunda que circunda esses edifícios centrais saem as quatro vias que te pedi para desenhares anteriormente, e no fim de cada uma dessas vias encontram-se os outros edifícios de igual importância para a cidade. Ao fim da via principal, a Avenida do Templo, encontra-se o Templo da Raia, por baixo dessa avenida existem pequenos riachos que, tal qual veias, dão vida e cor à avenida. Costuma ser percorrida, em romaria, pelos habitantes no Dia do Estado Plúridemocrata de Plúris, celebra-se aí o dia da Fundação da cidade que calha, por ordem do destino, no mesmo dia em que Fausto matou a raia, feito que mais tarde veio dar nome ao Templo. Estes pequenos riachos que passam por baixo da avenida principal desaguam no mar, mas não sem antes percorrerem quase toda a cidade, assim temos a sensação de que a cidade se encontra sobre um redemoinho de vida. Ao fim da segunda via, isto se imaginares a cidade como eu a vi na maquete, ou seja, com a Avenida Principal a terminar a sul, então, no sentido dos ponteiros do relógio, a segunda via, uma avenida mais pequena, deve terminar a oeste, vais encontrar o Ministério Pluriano, trata-se de um órgão que quase podíamos dar por desnecessário, visto que é tamanha a organização que quase dispensa um Governo. Porém, para que se possam dar as relações externas, é necessário que haja um representante. No fim da terceira via, que, no sentido que temos seguido, se encontra a norte, temos o Complexo Empeiria, onde estão situados todos os laboratórios, bem como as fábricas e o Centro de Reciclagem e Tratamento de Resíduos. Este complexo contrasta com toda a cidade, isto porque tomamos Plúris como uma cidade que nada tem de semelhante a outras cidades. Na verdade não tem, tirando este espaço toda a cidade parece transbordar de tons vivos, a própria cidade parece irradiar luz. Esta é a parte mais cinzenta da cidade, no entanto é um órgão fundamental. Na quarta e última via temos o Campo de Jogos e o Anfiteatro da Situação. O Campo de Jogos conta mais ou menos com o mesmo que os nossos estádios, uma pista de corridas, um relvado, bancadas, tem forma oval, não difere muito nas linhas gerais. A única coisa de distinto é o campo principal que, ao invés das balizas do nosso tão amado futebol, tem dois postes gigantescos que terminam no círculo com cerca de dois metros de diâmetro, com redes. Estas são as “balizas”, pois não sei como se chamam na verdade, de um desporto engraçado que toma o nome de Crosse-Polo, uma mistura de lacrosse e pólo, que é jogado com tacos enormes, os jogadores podem arremessar a bola pelo chão ou pelo ar, tendo como objectivo acertar com a bola, batida só pelos tacos, no círculo. O jogo é constituído por uma série de regras que escuso de relatar, no entanto é agradável de ver. Junto ao campo, como tinha referido, está plantado, qual flor de lótus, o Anfiteatro da Situação. Neste espaço, dedicado às artes de palco, todos os habitantes podem manifestar essa sua dimensão, tomando à letra a expressão “o teatro da vida”. É possível assistir todas as noites a peças de teatro, árias de piano, concertos de música folclórica e exposições de obras de arte. Todos os habitantes criam pela natureza da sua constituição intelectual. É deveras incrível assistir à vida nesta cidade, em mais sítio nenhum vi algo assim. Nesta cidade não existem elites, não existem grupos, talvez excepcionalmente, quando alguns se juntam para ensaiar o trabalho que pretendem apresentar. Os saberes estão distribuídos de tal forma que nenhum indivíduo sabe mais que outro, todos os habitantes têm um conhecimento útil a si mesmo e à própria cidade, o que sabem contam, quando discorrem nas suas longas discussões de fim de tarde, é agradável assistir a tamanha harmonia, Miguel. Termino por aqui o meu relato, voltarei a escrever-te de hoje a três dias, com saudade me despeço. Um abraço, querido amigo.

Xavier Adan

*

Plúris, 11 de Janeiro de 2025

Caro Miguel:

Perdoa-me o atraso, mas estive embrenhado na descoberta desta cidade maravilhosa, em busca de mais pormenores que saciem tua fome de perfeição e beleza. Espero mais uma vez que te encontres bem e de saúde, com o coração a seu ritmo normal, espero também que tenhas alento para que possa continuar o meu relato, que não te salte o coração pela boca, que não fiques cego com a luz que te chega aos olhos através do meu relato.

Tenho passado estes últimos dias a viajar pela cidade numa tentativa de conhecê-la melhor, ontem mesmo tive que me deslocar ao Ministério de Plúris, pois é lá que se trata da permanência na cidade. Quando cá cheguei avisaram-me que podia permanecer na cidade por tempo ilimitado, mas parece-me, pelo que tenho ouvido também, que não é desta forma que funciona a permanência. Só cá posso ficar por três meses e não poderei cá voltar mais vez nenhuma, o paraíso, por muito experimentado que seja, antes ou depois da morte, há-de ser sempre algo desejado e nunca vivido no absoluto. Desta forma poderás cá vir, mas sozinho. Se cá vieres tenta dormir pouco, a luz desta cidade não é feita da mesma matéria que a nossa, e a beleza ultrapassa em muito os limites impostos pela nossa cega faculdade estética. Do belo conhecemos o primo afastado.

Na carta que te escrevi anteriormente fui pouco explícito relativamente à organização da cidade, à forma como funciona. É necessário que fique esclarecida a ideia que lancei, a de que todos os indivíduos têm todas as profissões, não por necessidade mas por gosto. É necessário compreender que o egoísmo pode ser pai do altruísmo e que neste sentido a ideia de um eu social pode suprimir a ideia de um eu individual, mesmo que a consciência de indivíduo se mantenha. Trata-se simplesmente de uma nova concepção do chamado instinto gregário, que precisamente por ser instinto é tudo menos consciência. Substitua-se a ideia de instinto gregário pela de consciência gregária. Aqui, neste maravilhoso lugar, a actividade profissional regulamenta-se por um princípio fundamental, o da tão conhecida ideia de democracia. A causa do sistema é a mesma para onde ele tende. Assim temos, forçosamente, indivíduos formados de forma a poder compreender de tudo um pouco, da mesma forma temos uma disponibilidade prática por parte de todos para as mais variadas profissões. O fim é simples, todo o indivíduo, para que possa exercer o seu direito de cidadania, para que possa desfrutar de todos os bens que a própria cidade oferece tem, por natureza e não por necessidade, de compreender o sofrimento, o desgaste, assim como as virtudes e prazeres de todas as profissões. Julgo que houve um pensador que preconizou sociedade semelhante. Na prática funciona livre de imperfeições. Ora, para te fazer compreender, terei de te colocar em semelhante posição, se bem que a título de exemplo. Imagina tu que tinhas trabalhado em vários sítios, em diversas profissões portanto, ora canalizador, ora professor, ora ministro, ora agricultor, terias um leque de conhecimentos que proporcionaria uma compreensão mais alargada destas profissões, das suas agruras e dos seus pequenos prazeres. Assim, quando um qualquer indivíduo que tivesse alguma destas profissões como carreira te falasse acerca do que custa, ou do que compensa, trabalhar nessa profissão, tu compreenderias melhor e talvez fizesses algo para melhorar a sua situação. Pois talvez o que importe mais aqui é a compreensão das dificuldades, bem menos do que as facilidades de determinada profissão. A ideia permanece encerrada no seguinte, pela experiência da dificuldade de uma profissão se compreende melhor o indivíduo que nela participa. Nenhum indivíduo terá uma carreira, a não ser a “carreira” de cidadão. Um indivíduo pluriprofissional, como aliás todos aqui nesta cidade, é um indivíduo que se encontra muito mais próximo de si, pois o homem está longe de ser, por natureza, limitado. Antes pelo contrário, acontece que por ser uma mera possibilidade a partir do momento em que nasce, se pode construir a si nas mais diversas situações e para as mais diversas situações. Nesta cidade, qual El Dorado, pelo facto de todos serem tudo, não se encontram injustiças políticas praticadas, nem por ministros de poltrona, nem por operários que mais não conhecem do que a sua própria precária condição profissional.

A Cidade de Plúris é um organismo, todo o indivíduo é um poro que traz vida à urbe, toda a arquitectura resplandece e flui em linhas curvas que não desgastam a sua beleza, antes aconchegam e tornam possível uma vida mais do que em sociedade, em família. Todo o motivo arquitectónico nasce desta ideia genial de fluidez, de todo o habitante participar do outro activamente, de haver uma conjugação entre sofrimento e compreensão em prol de si e do outro. É realmente magnânimo. Para que todo este sonho seja possível é necessária uma preparação que esteja à altura. Miguel, lembras-te das Torres Didactis, as torres que referi na primeira carta que te enviei, as que se encontravam no centro da cidade, é chegada a altura de falar delas, passo a descrever-te não só algumas linhas arquitectónicas de realce, onde em cada ponto e em cada linha é reflectido o rosto do Universo, mas canto rejubilante, em hinos, o sistema que tal edifício alberga, o ensino. Todo o edifício é, aliás como quase toda a cidade, em tons de azul, porém de um azul celeste com conchas incrustadas ao longo da sua extensão, diria de inspiração gaudiana, se me quisesse perder em devaneios críticos sem fundamento. Nas linhas uma harmoniosa torre dá vida às conchas, sendo dos edifícios mais altos da cidade, culminando num quarto andar, entre o imaginado e o factual parece uma cornucópia derretendo sobre si mesma. No alto do edifício foi construída uma fonte que jorra água para as laterais, uma vez que à entrada há um lindo jardim em que brotam encrespadas flores de um exótico azul, ao som das gotas que caem suavemente. Ao longo de toda a torre não são poucas as janelas que dão luz natural às salas, fazendo de toda a construção um hino à naturalidade orgânica de toda a cidade. Tal edifício nada mais é do que o espelho daquilo que contém. Desta feita, Miguel, o conteúdo da torre é o casulo dos futuros plurianos, dos que, antes de participarem no mais belo estado que já vi, se encontram em formação, numa metamorfose impossível de adjectivar. O sistema educativo pluriano é cadenciado pela preparação. É em muito semelhante ao

nosso, pelo menos a nível estrutural, porém a nível de conteúdo é bastante diferente. Neste soberbo estado não poderia figurar uma educação que, incoerente com o funcionamento da sociedade pluriana, fosse genérica e sem vida anímica. Em Plúris os indivíduos iniciam a sua aventura social com apenas quatro anos de idade, neste sentido é bastante parecido com o nosso sistema. Dos quatro aos dez anos de idade todo o indivíduo passa por um processo de abertura da mente e de si. Apesar de parecer que estou a vender a banha da cobra, pois um processo deste género levará a pensar que os indivíduos são desprovidos da sua consciência para aceitar um estado, não é de facto o que se passa. Este processo leva a que cada um dos singulares habitantes de Plúris possa de futuro ter a capacidade de assimilar todo o conhecimento e todo o saber que torna possível o desempenho de todas as profissões. É um bocado como esvaziar a mente do que para nós está estigmatizado como humanamente possível, que é muito pouco. Para nós – infelizes metro-sapiens – Miguel, o humanamente possível é levar uma vida a tentar sobreviver, acreditamos em tudo e nem sempre somos acreditados como seres que podem tudo, em Plúris, como disse anteriormente, a verdadeira carreira de uma vida é ser cidadão. Esta libertação da mente é também um pouco o fazer compreender o que podemos ser, o medo é morto pelo poder que cada um sente. Para os plurianos, quando finda este processo, aos dez anos de idade, para além do poder que sentem, aliado a uma felicidade vitalizante, a expressão “preparados para tudo”, cegamente utilizada por nós, não descreve nem metade do que realmente acontece no fim deste primeiro patamar de ensino. Num segundo patamar, último também, todo o indivíduo é formado técnica e teoricamente. Uma vez que têm a mente liberta dos habituais grilhões racionais aprendem com uma facilidade as bases essenciais de todas as profissões, de forma a contemplarem uma vida sem dificuldades de maior grau. É dos onze anos aos dezoito que se aprende de tudo um pouco, e a assimilação é para eles tão mais fácil, acredita. Têm um ano lectivo de descanso entre os dez e os onze anos, então são incitados à actividade contemplativa e iniciam algo de extrema importância para todo o cidadão, coisa que revelarei mais tarde. O ensino dos onze aos dezoito é completamente teórico-prático, no verdadeiro sentido, não existe sobrecarga de trabalhos para os indivíduos, porque para além de estarem preparados estão cheios de vontade de saber novas coisas. São versados em Literatura, em Filosofia e em Artes Plásticas por um lado, e por outro lado recebem uma formação técnica que os ensina a trabalhar com todo o tipo de materiais de construção. Todas as futuras profissões possíveis são ensinadas nestes sete anos, de forma a preparar um futuro radiante. Não me posso esquecer de referir que todos os indivíduos recebem constantemente uma formação ao nível da economia e da gestão, não só por virem a exercer tais profissões, mas também porque é necessário que percebam como funciona o sistema de produção e consumo do Armazém de Plúris.

Miguel, é bem provável que tivesses ficado com a ideia de uma sociedade fechada à liberdade de movimentos, de opinião, ou mesmo encerrada em padrões limitadores das possibilidades humanas, digo-te que aqui as crianças crescem a brincar, como as nossas crianças, os jovens brincam como os nossos, e os adultos brincam também, a ideia que parece sair deste relato é deveras cinzenta comparada com a realidade que contemplo há uns dias. Gostava tanto de te mostrar e de te guiar por esta cidade, para que a pudesses conhecer comigo, mas tal não é possível. Começo a acreditar que nasci no lugar errado, no tempo errado, começo a desejar que todo o mundo tome Plúris como exemplo. Tenho de me despedir por hoje, escrevo-te mais tarde para te contar mais pormenores, para que fiques a saber mais algumas coisas deste magnífico estado. Fica descansado, prometo que serei breve. Vou sair para ir a um jogo de Cross-Polo. Um abraço, grande amigo.

Xavier Adan

*

Plúris, 12 de Janeiro de 2025

Caro Miguel:

É um prazer estar a escrever-te de novo para te contar mais algumas coisas, da próxima vez que te falar já não será por carta, falar-te-ei pessoalmente, pois o tempo de permanência está a terminar. Caro amigo, ontem, no fim da carta, disse-te que ia ver um jogo de Cross-Polo, foi brilhante, que jogo magnífico, é apreciável a destreza necessária para tal jogo, e os atletas responderam muito bem aos apelos do público. O público pediu espectáculo e foi o que houve, bem, para te dizer a verdade este não era um jogo a contar para a competição, era uma espécie de jogo entre velhas glórias do desporto, daí o espectáculo.

Hoje de manhã estive no Templo da Raia, outra pérola arquitectónica desta maravilhosa urbe, este templo tem a forma de uma raia, pois celebra o acontecimento que precedeu a descoberta da ilha. Conta o mito, tantas vezes maior que a razão, que havia uma raia de grandes dimensões a guardar a ilha e que Fausto, na sua fatigante busca, a encontrou no caminho e teve de lutar contra ela para que pudesse chegar ao paraíso. A raia tornou-se assim um templo, e o templo, um local de exercício, não de uma

religião de confissão específica, mas da liberdade de perguntar e de responder-se a si num ambiente sagrado. Em Plúris não há outra religião para além da contemplação do mistério da vida, não existem dogmas fundados, mas existem formas de meditação, existe o ser que contempla e pergunta, respondendo-se a si, num ambiente de absoluta tolerância pela religiosidade do outro. O próprio templo foi construído de uma forma bastante peculiar, com vestígios de ideias arquitectónicas egípcias, a entrada parece estar incrustada no chão, o edifício, construído na ponta de uma escarpa, parece uma rampa de lançamento para a eternidade. Imagina uma raia vista de trás, ligeiramente inclinada de forma a deixar ver o seu dorso gigantesco, entra-se através de um arco que se pronuncia desde o telhado até ao chão, mesmo para dar a ideia de estar incrustado, a traseira do templo tem cerca de três andares de altura, tornando esta construção na terceira maior construção da cidade, precedida pelas Torres Didactis e pelo Armazém de Plúris. Temos a sensação de que somos abraçados pela raia quando lá entramos. No templo todos os dias se discutem temas e são expostas teorias de carácter, se assim posso dizê-lo, gnóstico. A todo o habitante é permitido o discurso livre em horas de palestra que, ao fim de contas, não têm hora, pois o templo encontra-se constantemente aberto, quer para assistir a discussões, quer para expor teorias aos outros conterrâneos.

Lembro-me de ter referido o ano de paragem que cada criança faz dos dez aos onze anos, falarei dele agora uma vez que está directamente relacionado com a capacidade contemplativa dos indivíduos. Esta paragem, minada de mistério, resulta num processo que é pautado tanto pela novidade como pela pergunta, isto é, depois do processo de abertura da mente pelo qual passam todas as crianças, este é o ano em que dão início à contemplação. É de lembrar que mesmo este tipo de paragem é controlado pelo ensino numa forma de visitas de estudo, imagine-se. Os que são pedagogos nessa altura levam os miúdos até à Tapada Civil, ao Templo, aos jogos, ao Anfiteatro, para que deles, ao contemplar a novidade, brotem perguntas. A consciência adquirida por esta fórmula de contemplação-pergunta leva a que as crianças ganhem à partida um sentido do que é para elas o sagrado que, para além do mistério da vida, invoca o que de mais puro há numa mente aberta e contemplativa. Desta forma tudo pertence ao sagrado, e toda a vida vale pelo que é e pelo que dela se faz.

Agora, que explanei em poucos pontos que espécie de religiosidade preenche as vidas dos habitantes de Plúris, procurarei explicar-te a forma como o estado é governado. Como te disse anteriormente, este estado é tão perfeito que quase dispensa governo, na realidade são necessárias referências para que o povo continue, não numa feliz e subentendida forma de controlo, mas sim num entendimento geral com a vida em sociedade. Em primeiro lugar, no Ministério Pluriano existe uma espécie de ecrã que anuncia a ordem de discussões para o dia a todos os habitantes, para votar as leis, organizar referendos, para regular a participação constante dos indivíduos na vida política da cidade. O Ministério é composto por cerca de trinta ministros, não eleitos, que só podem chegar a tal posto após os quarenta e cinco anos, isto porque aos quarenta e cinco anos já cada indivíduo possui uma experiência considerável em variadas profissões. Mesmo que não tenha trabalhado em todas, a própria constituição prevê que tenha trabalhado em profissões ligadas entre si por um ramo comum, tenha feito trabalho de construção, de escritório, de limpeza, isto é, se não todas, pelo menos o comum a uma série de profissões. É certo que um pedreiro não é o mesmo que um serralheiro, e que um cientista não é o mesmo que um professor, mas dentro da teoria e da prática o indivíduo tem de participar para conhecer. Para ser ministro é necessário ser, em igual medida, Grego e Romano, intelectual e prático.

É no ministério que se decidem também as permutas, porque não há bela sem senão, existem indivíduos que se recusam, não a trabalhar de todo, mas a determinada profissão em determinada altura. Neste caso o ministério analisa e lança permutas que, para além de anunciarem que determinado indivíduo se recusou a participar, sujeitando-o talvez ao escárnio, leva sempre a que alguém tome essa profissão em vez dele. Geralmente os indivíduos quando recebem, no final do ano, os seus Horários Pluriprofissionais, nunca se negam a determinada profissão, pois a ideia não é construir um indivíduo egoísta, preocupado consigo mesmo, mas sim um indivíduo que se conceba como parte de uma unidade plural. Individual, porém unido. O ministério é um órgão quase imperceptível. No entanto é a face de um estado pluridemocrata, que é o de Plúris, para as relações internacionais, Plúris não está fechada ao exterior.

Gostava ainda de te falar de uma última coisa. Lembras-te de eu ter referido o Armazém de Plúris, esse centro de abastecimento da cidade é extraordinário como este órgão funciona. Na realidade não é muito distante do nosso, porém aqui funciona com uma espécie de créditos, que não variam de pessoa para pessoa dependendo da profissão, porque todos podem ser tudo, variam sim de acordo com a produção de determinado produto. Numa escala de importância existem em Plúris vários tipos de necessidades, como aliás em todo o mundo. Porém a produção não se esgota no supérfluo e no desnecessário, dá primazia ao indispensável. Assim depende em muito da quantidade e da qualidade do produto produzido em determinada profissão. É talvez das poucas, porém imperceptíveis, diferenças que podem existir entre os habitantes. No entanto todos acabam por usufruir das vantagens de tal ou tal profissão, o que coloca a balança no peso justo. Existem no ministério, arquivados, ficheiros informáticos que fazem o

balanço do sistema de produção, mas isso são pormenores nos quais não quero entrar, sei que tenho alguns créditos, porque tive de cambiar, de forma que tenho acesso a alguns bens essenciais até ao fim da minha estadia.

Prefiro terminar por aqui a carta, a última que te escrevo desta magnífica terra a Cidade de Plúris. É magnânima, soberba, colorida e cheia de vida. Aqui toda a gente respeita toda a gente, não por convenção social, mas por natureza. As mentes não se tomam por pequenas, são em grande medida impulsionadoras do que, mesmo já estando perfeito, se pode aperfeiçoar. Em Plúris a perfeição é mera palavra, pois a cidade é muito mais que isso, em Plúris o paraíso é um jardim, um só e simples jardim. Miguel vou-me despedindo com os olhos molhados pela fina água das minhas lágrimas. Por muito que se procure Plúris ficará sempre longe, no sonho, na alma, no real peso de ser humano. Plúris é uma meta, que de física só tem mesmo a sua colocação no mundo, Plúris é feita da mesma massa que faz os continentes, é terra, natureza, vida, nunca morte, paraíso.

Enquanto acabo esta carta penso, talvez erradamente, no inestimável valor deste relato, pretendo ser lembrado como o homem ocidental que esteve no paraíso. Agora que conheço Plúris, que venha a morte, pois de todos os outros mundos do mundo só vejo destroços. Que Plúris seja exemplo, passa esta carta. Um grande abraço, meu grande amigo.

Distopia Utópica

Sara Costa

(menção honrosa [Categoria A](#); pseudónimo utilizado: Annabel Lee)

Citação: Sara Costa, "Distopia Utópica", *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, n.º 2 (2004). ISSN 1645-958X

<<http://www.letras.up.pt/upi/utopiasportuguesas/e-topia/revista.htm>>

"Torceram o evangelho como se fosse uma lei de chumbo, para modelá-lo segundo os maus costumes dos homens". Thomas More

* * *

– É como te digo, Ana, ele não pretendia abolir de todo a nossa habitação corpórea, ele limitou-se a estabelecer uma ordenação onde a ideia superava os sentidos, ele pode ser considerado um profeta porque, afinal de contas, conjecturou o estado progressivo da ciência, o estado no qual nos encontramos hoje. Repara, a humanidade tem realizado um percurso minucioso para cumprir o pensamento dele. Primeiro passámos pela cegueira, depois pela descoberta, depois a arrogância, seguiu-se ainda o período da consciencialização, até finalmente conseguirmos dominar a natureza. Mas a humana, não a natureza exterior. O nosso conhecimento é total porque conhecemos o seu limite.

E ali estávamos nós, eu e o João, sentados sobre a terra, como que a tentar auscultar-lhe as delicadas veias. O luar distendia os seus pequenos braços por dentro dos nossos corpos. Ouvia-te falar de Platão, ouvia as tuas meditações simples sobre a sociedade contemporânea. Perguntava-me se era realmente algo com o peso de perturbar-te ou se apenas me tentavas impressionar porque, afinal de contas, qualquer miúdo de dez anos que comece a divagar por entre as hermenêuticas platónicas no primeiro encontro, só pode mesmo querer impressionar! Mas passados alguns anos, julgo que me apercebi do que é que querias dizer...

Nunca tinha colocado como hipótese a existência de realidades inferiores em alguma parte do universo. Julgo que não faz parte do intelecto humano reflectir acerca daquilo que lhe é inferior para não cair na tentação do comodismo e logo na estagnação, mas isto faz parte das descobertas recentes da psicologia. O Homem comum toma estas acções do nosso cérebro como instintivas. Talvez este tipo de comportamento cerebral nem sempre tenha sido como é agora, em 2704. Nunca tinha formulado sequer uma distopia antes, mas tudo aponta para que aquilo que é para nós hoje uma distopia, na verdade, seja um retrocesso na história e na evolução humana. Sabemos que a mente humana acompanhou a ampliação da ciência e se desenvolveu brutalmente nos últimos séculos mas também sabemos que as energias não renováveis, apesar de algumas soluções impensáveis há sete séculos atrás, não demorarão nenhuma eternidade a findar. O fim dessas energias provocará o desaparecimento da tecnologia, que por sua vez provocará o retrocesso que afectará, nas gerações vindouras, a sociedade actual a todos os níveis.

Estas reflexões que aqui exponho iniciaram-se após a morte da minha mãe. A minha mãe faleceu há uma semana, durante a noite, vítima de paragem cardíaca. Eu não estava em casa, estava nos ensaios de teatro e quando cheguei ela tinha acabado de ir para o hospital. A minha irmã escrevia, serena. O meu pai não estava.

– O que é que se passa? – perguntei.

– A mãe está no hospital.

– Hospital?

– Sim, teve um ataque cardíaco. Os médicos informaram-nos de que há poucas hipóteses de sobreviver. – o tom do diálogo era calmo mas sobre a atmosfera já se abatia, aos poucos, um doloroso silêncio.

– Deixa-me ler... – pedi, tirando-lhe delicadamente o caderno da mão. Podia ler-se: "hoje não somos mais do que uma lágrima em pedaços, / hoje sei que te vou procurar entre os dedos / mas a minha voz rasgar-se-á ao tentar atravessar a solidão"

O meu pai chegou do hospital e trouxe a confirmação da morte.

Sim, hoje em dia, o Homem comum sabe lidar com a morte, sabe lidar com a dor, mas isso tem um preço, um custo. No dia seguinte, no funeral, o meu pai tocou ao piano as músicas que compôs durante a madrugada. Todos se moldaram à postura de quem aprecia arte e naturalmente tiveram o seu momento de lágrimas, quem o teve, quem realmente sentiu necessidade disso como eu senti, como a minha irmã, como o meu pai que tocava, como quem realmente sentiu necessidade disso e teve oportunidade de o fazer porque o descomprimiu através da apreciação da arte. Sim, no mundo moderno a beleza é triste, a arte é um reflexo de dor profunda, de pesar. Até porque no mundo moderno só existe

a dor profunda, não há negativismos ilusórios, muitas vezes confundidos com mágoa. A avançada consciência do Homem só lhe permite sentir os prazeres, o deleite, a felicidade. O Homem moderno sabe que a única utilidade da dor é que ela é essencial para a existência da alegria, é um equilíbrio básico necessário. Essa existência tão direccionada num só sentido veio dar uma resposta concreta ao papel da arte. A arte é a descompressão do Homem, porque é na arte que se reúnem as frustrações, as obsessões, as cicatrizes da alma, enfim, tudo aquilo que impede o espírito de progredir é expelido por completo para a arte e assim não afecta a vivência do Homem nas outras circunstâncias da sua existência. O Homem comum na sociedade moderna é forçosamente um artista.

* * *

– Distopia seria imaginar um mundo onde a dor de uma traição, a dor de uma perda, a dor de uma deficiência física, a dor, limitasse o desenvolvimento humano. O domínio do Homem sobre a sua própria natureza é espantoso mas há espaço, há sempre espaço para retrocessos. Pode parecer-te inacreditável, mas para atingir este ponto o Homem teve primeiro de libertar-se de diversos instintos básicos ligados ao mundo físico. Por exemplo, há alguns séculos era perfeitamente comum duas pessoas apaixonarem-se com base nas suas características físicas.

– Só com base nisso?

– Exclusivamente nessa base. Para atingir o ponto onde estamos foi necessário muito domínio mental sobre a nossa fracção biológica. Os animais sentem-se atraídos uns pelos outros com base nos seus odores. O Homem teve que ultrapassar coisas muito parecidas.

– Então, distopia seria...regressarmos à nossa essência animal...

* * *

Recordo-me de fragmentos de conversas que tinha com o João, quando éramos mais novos. O João sempre teve uma tendência muito acentuada para as problemáticas filosóficas. Eu ouvia-o, acompanhava-o, mas nunca dediquei às reflexões dele uma atenção verdadeira. Só que hoje é diferente. Que outros acontecimentos podem perturbar mais uma adolescente do que a morte da mãe? Há uns anos julgava-se que a emoção e a razão eram planos separados, distintos. Hoje conseguiu converter-se parte da emoção em razão. Mas esta não foi uma evolução isolada, nem poderia sê-lo, senão tínhamos tornado em seres sem escrúpulos. A sua profundidade é maior. Falo, por exemplo, no sentido ético e moral que é algo instintivo e básico no Homem de hoje. Falo nos valores que a humanidade tem como definidos, aqueles que nos afastam do materialismo, sem espaço a relativismos. Falo, por exemplo, na transformação da organização social que isso teve como consequência positiva. Recapitulo alguns fragmentos da distopia do João.

– Lembro-me de teres fundamentado que essa ideia de retrocesso está unicamente relacionada com o desaparecimento das energias não renováveis, com a poluição crescente e conseqüentemente com o desaparecimento da tecnologia, mas em que medida é que julgas ter sido a tecnologia a contribuir para o desaparecimento da tecnologia, mas em que medida é que julgas ter sido a tecnologia a contribuir para o domínio da natureza humana?

– É simples, Ana, há alguns séculos, no ano 2000, existia uma hipotética distopia formada por alguns pensadores da altura, que falava de uma sociedade que vivia através do computador. O poder da Internet era assustador. Essa distopia da época concebia um mundo de pessoas a viverem permanentemente no auge do isolamento, por trás de ecrãs ... e houve de facto uma temporada semelhante ... mas num futuro bem mais distante daquele que se imaginaria porque afinal, naquela altura, eles tinham uma visão muito deturpada da globalização. Para a globalização se propagar para o hemisfério sul (e a palavra passar a fazer sentido) foram ainda necessários alguns séculos. Então a inexistência de contacto físico durante um certo período da história foi essencial para que o Homem se afastasse dos seus conceitos básicos que lhe eram impingidos pelos controladores de massas. Digamos que os homens se afastaram para se encontrarem e hoje, o Homem tem acesso a qualquer tipo de conhecimento. A tecnologia distribui de igual forma todos os horizontes de conhecimento que o Homem desejar. Distopia seria imaginar um mundo onde poucos ou nenhum Homem tivesse acesso ao conhecimento e isso impedisse a mente de seguir os estádios evolutivos que são tomados como adquiridos naturalmente mas que, na realidade, são adquiridos naturalmente na sociedade actual e é algo extremamente recente. Porque se assistíssemos a uma regressão, se a tecnologia nos privasse do factor conhecimento, era certo que voltaríamos a um estado quase primário. Um estado de profundidade duvidosa e de profundo materialismo.

– Então, o que me estás a dizer é que devíamos valorizar o mundo actual porque este é caracterizado pela ausência da dor, transformada em arte, dando a esta um papel concreto; pelo afastamento dos nossos instintos animais e logo lançando o corpo e o mundo sensível para uma realidade que, apesar de

natural, é inferior; um mundo isento de materialismos e tendo bases éticas e morais universais seguidas como únicos alicerces sociais à semelhança de um mundo idealizado por algum profeta, algum Cristo...

Esta é uma procura interior incessante. A minha mãe faleceu há uma semana e eu estou a tentar compreender o que é que isso significa. Já percebi que para me compreender preciso de compreender o que me envolve, daí todas estas análises, mas as conclusões fogem-me como água em mãos de areia.

Talvez nenhuma teologia, seja ela gerada em que século for, tenha uma resposta satisfatória para a morte, porque até é possível eu acreditar em Deus e num mundo para lá da morte... mas a verdade é que a filosofia cristã não passa de uma bússola de salvação para a vida... todos sabem que ela utilizava a morte como um pretexto...a salvação pós-morte de que fala a Bíblia era direccionada a homens que não percebiam que a recompensa de fazer o bem era precisamente fazer o bem. Estamos condenados à insipiência da morte até à morte.

Subitamente, a porta do meu quarto abre-se, entra a minha tia, com alguma vacilação e dirige-se a mim, de voz terna:

– Então, querida, ainda acordada a estas horas? Que fazes, escreves? Isto não é fácil para ninguém... deves sentir muito a falta da tua mãe... mas tens de ir dormir... precisas de descanso...

– Sim, vou já, tia, estou só aqui a acabar um conto filosófico...

– Ah sim? E sobre o que filosofas tu?

– Sobre uma tal distopia utópica...